

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO ANO DE 2024  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024**

**NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA  
EM  
BRAGANÇA**

## SIGLAS

<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>AMB</b>	Assembleia Municipal de Bragança
<b>ANAM</b>	Associação Nacional de Assembleias Municipais
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>CCDR-N</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CM</b>	Câmara Municipal
<b>CMB</b>	Câmara Municipal de Bragança
<b>EVM</b>	Estado e Vida do Município
<b>GM</b>	Grupo Municipal
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>JF</b>	Junta de Freguesia
<b>PAOD</b>	Período de Antes da Ordem do Dia
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PJF</b>	Presidente de Junta de Freguesia
<b>POD</b>	Período da Ordem do Dia
<b>PRR</b>	Plano de Recuperação e Resiliência
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>UF</b>	União das Freguesias
<b>ULS</b>	Unidade Local de Saúde

**Segunda Sessão Ordinária/2024 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 29 de abril, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança.**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
Quórum	8
Expediente	8
Membros que solicitaram substituição	10
Membros suplentes convocados	10
Proposta de Recomendação: <i>Pela Promoção da Saúde Mental nas Freguesias</i>	13
Moção: <i>Pela Estabilização dos taludes nas escombreyras das antigas minas do Portelo e desassoreamento dos cursos de água</i>	17
Proposta de Recomendação: <i>À Câmara Municipal de Bragança para o Recrutamento de Juizes Sociais no Concelho</i>	22
Presenças e faltas	132

<b>ORDEM DE TRABALHOS:</b>	
<b>1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.</b>	11
<b>2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.</b>	11
<b>3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA</b>	11
<b>4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:</b>	25
<b>4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município</b>	26
<b>4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:</b>	81
<b>4.2.1 – Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2023 e Proposta de Aplicação de Resultados</b>	81
<b>4.2.2 – Nona Modificação – Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa e Segunda Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2024</b>	96
<b>4.2.3 – Proposta da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2024</b>	98

4.2.4 – Regulamento do Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança – 2.ª Alteração – Conclusão do processo de consulta pública	101
4.2.5 – Contrato-Programa com a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark 2024 – Minuta	105
4.2.6 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias ( <i>JF Baçal; JF Santa Comba de Rossas; UF Parada e Faílde; UF São Julião de Palácios e Deilão; JF Sortes; JF Sendas; JF Salsas</i> )	113
4.2.7 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias ( <i>JF Parâmio; UF Rio Frio; UF Aveleda e Rio de Onor</i> )	122
4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios	124
4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação de Centros de Convívio.	126
<b>4.3 – Apreciação sobre o seguinte documento apresentado pela Câmara Municipal de Bragança:</b> Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a Respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2023	128
<b>4.4 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:</b>	129
4.4.1 – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório do Auditor Externo Sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 2.º semestre de 2023	129
4.4.2 – Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme Deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 15 de dezembro de 2023 (Reuniões de Câmara de 26 de fevereiro, 11 e 25 de março e 08 de abril de 2024)	130

### **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Fátima Bento	14; 76; 101
Telmo Afonso	15
Mário Gomes	19
António Malhão	24
Luís Pires	24; 75; 111
Idalina Brito	76

### **INTERVENÇÕES:**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
António Malhão	11; 15; 24; 79; 95; 112; 118
Caroline Pereira	13; 15
Fátima Bento	17; 19; 103; 116
Luís Pires	19; 94
Júlio de Carvalho	20; 21
Idalina Brito	22; 24
Luís Fernandes	78; 117; 120
Maria do Amparo Alves	78
Isabel Ribeiro	90
João Ortega	104
Telmo Afonso	118
Luís Carvalho	119; 132
Bruno Veiga	132
Presidente da Assembleia	10; 14; 17; 20; 22; 25; 81; 95; 122; 132
Presidente da Câmara	20; 25; 52; 77; 80; 85; 101; 103; 109; 112; 115; 120

**DECLARAÇÃO DE VOTO:**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Luís Pires	16; 113
Fátima Bento	16; 25; 95; 104; 121
António Malhão	104
Luís Fernandes	126

Aos vinte e nove dias do mês de abril, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, a Segunda Sessão Ordinária do ano de 2024, desta Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta e um minutos, e fim às dezasseis horas e quatro minutos, na qual participaram setenta e quatro membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

“1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.

2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.**

**4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

4.2.1 – Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2023 e Proposta de Aplicação de Resultados;

4.2.2 – Nona Modificação – Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa e Segunda Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2024;

4.2.3 – Proposta da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2024;

4.2.4 – Regulamento do Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança – 2.ª Alteração – Conclusão do processo de consulta pública;

4.2.5 – Contrato-Programa com a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark 2024 – Minuta;

4.2.6 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias (*JF Baçal; JF Santa Comba de Rossas; UF Parada e Faílde; UF São Julião de Palácios e Deilão; JF Sortes; JF Sendas; JF Salsas*);

4.2.7 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias (*JF Parâmio; UF Rio Frio; UF Aveleda e Rio de Onor*);

4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios;

4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação de Centros de Convívio.

**4.3 – Apreciação sobre o seguinte documento apresentado pela Câmara Municipal de Bragança:** Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a Respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2023.

**4.4 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:**

**4.4.1** – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório do Auditor Externo Sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 2.º semestre de 2023;

**4.4.2** – Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme Deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 15 de dezembro de 2023 (Reuniões de Câmara de 26 de fevereiro, 11 e 25 de março e 08 de abril de 2024).

**QUÓRUM:** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta e um minutos e foram presentes:

**EXPEDIENTE:** Alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE CORRESPONDÊNCIA MAIS RELEVANTE  
ENTRADA, E EMITIDA, NOS SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL,  
DESDE A REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE, REALIZADA NO DIA  
21/02/2024**

**ENTRADA**

<b>Data</b>	<b>Remetente</b>	<b>Assunto</b>
08/03	ANAM	Convite para a Conferência Internacional “Cooperação Descentralizada”
12/03	GP do PSD – Assembleia da República	Acusa a receção da Moção “Pelo Reconhecimento da Silvopastorícia como Serviço Público Essencial para a Sustentabilidade dos Povos dos Baldios”
13/03	Casa Civil do Presidente da República	Acusa a receção da Proposta da AMB de “Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança relativa à não realização de análises, no âmbito da saúde animal - Planos de Erradicação para 2024 - que põe em causa a saúde pública”
13/03	Casa Civil do Presidente da República	Acusa a receção da Moção “Pelo Reconhecimento da Silvopastorícia como Serviço Público Essencial para a Sustentabilidade dos Povos dos Baldios”.
14/03	ANAM	Envio do link de acesso a Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais n.º 26
14/03	Gabinete do Primeiro-Ministro	Acusa a receção da Proposta da AMB de “Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança relativa à exigência da manutenção, sem interrupção, da Ligação Aérea Bragança – Vila Real – Viseu – Tires – Portimão”
14/03	Gabinete do Primeiro-Ministro	Acusa a receção da Moção “Pelo Reconhecimento da Silvopastorícia como

		Serviço Público Essencial para a Sustentabilidade dos Povos dos Baldios”.
18/03	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	Acusa a receção da Proposta da AMB de “Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança relativa à não realização de análises, no âmbito da saúde animal - Planos de Erradicação para 2024 - que põe em causa a saúde pública”
19/03	Secretário-Geral do PS	Acusa a receção das Propostas da AMB de associação às tomadas de posição aprovadas em Sessão da AMB do dia 29 de fevereiro de 2024
20/03	Casa Civil do Presidente da República	Acusa a receção da Proposta da AMB de “Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança relativa à exigência da manutenção, sem interrupção, da Ligação Aérea Bragança – Vila Real – Viseu – Tires – Portimão”
26/03	GP do PCP – Assembleia da República	Acusa a receção da Moção “Pelo Reconhecimento da Silvopastorícia como Serviço Público Essencial para a Sustentabilidade dos Povos dos Baldios”.
28/03	Gabinete do Primeiro-Ministro	Acusa a receção da Proposta da AMB de “Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança relativa à não realização de análises, no âmbito da saúde animal - Planos de Erradicação para 2024 - que põe em causa a saúde pública”
03/04	Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática	Acusa a receção da Moção “Pelo Reconhecimento da Silvopastorícia como Serviço Público Essencial para a Sustentabilidade dos Povos dos Baldios”
03/04	ANAM	Envio da publicação “História da Literatura Portuguesa”
04/04	Câmara Municipal de Mogadouro	Informa da tomada de conhecimento, em Reunião do dia 26 de março, das tomadas de posição aprovadas em Sessão da AMB do dia 29 de fevereiro de 2024

#### EMITIDA

<b>Data</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
05/03	Várias Entidades	Envio da Moção “Pelo Reconhecimento da Silvopastorícia como Serviço Público Essencial para a Sustentabilidade dos Povos dos Baldios”
05/03	Várias Entidades	Envio da “Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança relativa à não realização de análises, no âmbito da saúde animal – Planos de Erradicação para 2024 – que põe em causa a saúde pública, nos precisos termos e fundamentos que constam da certidão remetida pela Câmara Municipal de Bragança”

05/03	Várias Entidades	Envio da “Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança relativa à exigência da manutenção, sem interrupção, da Ligação Aérea Bragança – Vila Real – Viseu – Tires – Portimão, nos precisos termos e fundamentos que constam da certidão remetida pela Câmara Municipal de Bragança”
05/03	CMB	Envio das senhas de presença e dos boletins itinerários relativos à Sessão da AM de 29/02/2023
12/03	Membros da AMB	Envio do Convite para a Conferência Internacional “Cooperação Descentralizada” remetido pela ANAM
14/03	Membros da AMB	Envio do link de acesso a Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais n.º 26

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MANDATOS – MEMBROS:

#### SUBSTITUIÇÕES:

##### - de membros efetivos

**PSD:** João da Rocha e Silva; António Henrique Venâncio Dias; Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso.

**CDU:** José Manuel Correia Santos Ferreira de Castro (solicitou suspensão de mandato por 15 dias, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, e no artigo 70.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança).

#### MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

**PSD:** António Manuel Afonso Pires; Maria Eduarda Pires Rodrigues; Pedro Luís Esteves Fernandes.

**PS:** Paulo Alexandre Gonçalves Barreira (efetivo até 30/04/2024 por suspensão de Cláudia Beatriz Morais Afonso).

**CDU:** Fátima da Conceição Borges Bento.

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Líder do Grupo Municipal do CHEGA, António Anes, havia enviado um email, datado de 27 de abril, sábado, justificando a sua ausência, por motivos de força maior, na sessão evocativa do 25 de Abril, e comunicando a sua ausência, pelos mesmos motivos, na sessão da Assembleia Municipal que estava a decorrer. Referiu, ainda, que, antes do início da Sessão, dia 29 de abril, segunda-feira, os serviços administrativos de apoio à Assembleia haviam efetuado as diligências necessárias para proceder à substituição do membro António Anes, o que se revelou impossível, por motivo de agenda dos membros

contactados. Em nome pessoal e de todo o Plenário, a Sra. Presidente da Assembleia desejou as melhoras à familiar do membro António Anes.

Em seguida, informou que, também antes do início da Sessão, o membro do Grupo Municipal do PSD, Fernando José Barreira Gomes, por motivos de falecimento de um familiar, informou que não poderia estar presente na Sessão e solicitou a justificação da falta. Em nome de todos os membros da Assembleia Municipal, apresentou as condolências ao membro Fernando Gomes, extensíveis à sua família.

### **Ponto 1 – ATA: Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª sessão ordinária do ano de 2024, realizada em 29 de fevereiro**

**Não tendo havido discussão, foi a mesma ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três votos de abstenção e cinquenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e um membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

### **Ponto 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção – Não houve inscrições.**

### **Ponto 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Sendo nove horas e trinta e sete minutos, a Sra. Presidente deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia e informou que era regido pela Grelha A, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal.

**Fizeram intervenções** os membros António Malhão (PSD), Caroline Pereira (PS), Fátima Bento (CDU), Júlio de Carvalho (PSD) e Idalina Brito (PS).

**António Malhão** – Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Quero, em primeiro lugar, apresentar em meu nome e do Grupo Municipal do PSD sentidas condolências aos Senhores Presidentes da União das Freguesias de Faílde e Parada e da Junta de Freguesia de Macedo do Mato e ao membro *eleito* desta Assembleia Municipal, Fernando Gomes, *cuja notícia acabamos de receber*, pela recente perda dos seus entes queridos.

Em segundo lugar, gostaria de fazer três saudações: A primeira, para o governo recém-empossado, chefiado pelo Dr. Luís Montenegro, com raízes no nosso concelho, a quem endosso votos de grandes sucessos para as suas novas funções, *certamente* uma tarefa hercúlea e exigente a todos os títulos, quer pela falta de uma maioria parlamentar, quer ainda pelas dificuldades herdadas do anterior Governo, em áreas tão importantes como a educação, a saúde, a segurança, a habitação e a juventude.

Aproveito também este momento para me congratular com os excelentes resultados que a AD obteve no nosso Distrito, muito acima da vitória tangencial verificada a nível nacional.

A segunda saudação, é dirigida ao Dr. Hernâni Dias, pela sua *recente* nomeação como Secretário de Estado da Administração Autárquica e do Ordenamento do Território do atual Governo, desejando-lhe os maiores sucessos e realizações no desempenho desta sua nobre missão ao serviço *da região* e do país. A sua grande experiência política, a sua inteligência e a sua capacidade *notável* de trabalho permitem-nos certamente augurar-lhe uma ação governativa com excelentes resultados e um contributo muito particular na concretização dos desafios do futuro que dizem respeito, *em particular*, à *nossa* região. São eles: uma fiscalidade mais competitiva e amiga do interior, a concretização das ligações rodoviárias Bragança-Vinhais, Bragança-Vimioso, Bragança-Puebla da Sanábria e *também* a conclusão do IP-2 e do IC-5, e ainda a ligação ferroviária, com a opção pela ligação em alta velocidade Porto-Bragança-Zamora, a transformação do aeródromo Municipal de Bragança em Aeroporto Regional, a construção das barragens projetadas para o nosso concelho, *de capital importância para a nossa agricultura*, e *também* a otimização da ligação 5G, *naturalmente entre outras que constam do caderno de encargos que fomos aqui reivindicando*.

Bragança e a região poderão beneficiar muito da sua proximidade com o território e do seu conhecimento profundo dos problemas e dos constrangimentos que historicamente têm bloqueado o seu desenvolvimento, e, que como consequência direta desses *mesmos* constrangimentos mantêm o seu rendimento *per capita* abaixo da média nacional e *abaixo da média* da união europeia.

Dizer por último, que foi para nós um privilégio e uma satisfação enorme termos lido e acompanhado de perto o trabalho autárquico do Dr. Hernâni Dias, ao longo destes últimos 10 anos, no qual se empenhou com grande afincio, competência e *excelentes* resultados.

A terceira e última saudação é dirigida ao Dr. Paulo Xavier, no momento em que abraça a nobre missão de presidir com carácter definitivo à Câmara Municipal de Bragança. Uma tarefa certamente árdua, mas ao mesmo tempo gratificante e desafiante. *E permita-me que fale desta forma e com este à vontade, ainda para mais tratando-se de* um cidadão com um enorme coração e imensa alma brigantina, que pautou sempre a sua vida por uma cidadania responsável e ativa. Chegou a este lugar de sonho a pulso e por mérito próprio, tendo-se destacado sempre em todas as funções e atividades que desempenhou ao longo da sua vida. Tanto no desporto federado, como exímio praticante de futebol, *que eu tive, também, o privilégio de assistir*, como na música, fazendo parte do agrupamento musical porventura mais marcante da sua época, como na *qualidade de* funcionário público, ou ainda como um dos melhores Presidentes de Junta de Freguesia e mais recentemente como Vice-Presidente da Câmara Municipal. Em todo o seu percurso tem demonstrado sempre uma grande dimensão humana, uma postura genuína, afável e de respeito e amizade por todos.

Desejamos por isso as maiores felicidades e os maiores sucessos no exercício das suas novas funções, com a garantia do nosso apoio leal e descomprometido e com a certeza que dará continuidade de forma indelével a este ciclo de 25 anos de governação autárquica do PSD.

Para terminar *esta minha intervenção* duas notas muito breves. A primeira para sensibilizar todos os presentes, *tal como fiz o ano passado*, a exercer a sua opção de consignação de 0,5% do seu IRS, de preferência a favor de uma IPSS do nosso concelho. É um gesto simples, fácil e de grande solidariedade. Caso contrário, esse valor que faz muita falta às nossas IPSS reverte para os cofres do Estado.

A segunda nota, é também de sensibilização para a limpeza de terrenos. É importante também aqui que ninguém se demita das suas responsabilidades, porque a floresta é de todos e avizinha-se uma época de incêndios preocupante, dado a *abundância de material combustível*. Neste âmbito, as Juntas de Freguesia *desempenham* um papel *primordial* e, como sempre, saberão estar à altura deste grande desafio e *das suas responsabilidades*.

Muito obrigado pela vossa atenção!”.

**Caroline Pereira** - Apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação**, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

**“Proposta de Recomendação**  
*Pela Promoção da Saúde Mental nas Freguesias*

Considerando que:

I. A promoção da Saúde Mental tem adquirido uma nova relevância, na discussão pública em Portugal, especialmente após a pandemia de Covid-19. Este contexto exacerbou muitos dos problemas preexistentes, além de originar novos desafios;

II. De acordo com os dados apresentados no relatório “Portugal: *The Nation’s Health 1990-2016*”, Portugal é um dos países da Europa com maior incidência de problemas de saúde mental. Assim como, um dos maiores consumidores de psicofármacos, nomeadamente, antidepressivos e ansiolíticos;

III. Segundo a Ordem dos Psicólogos, cerca de metade dos portugueses sentiu impactos psicológicos moderados ou graves, durante a Pandemia, e mais de 70%, dos que estiveram em situação de isolamento, relataram sofrimento psicológico;

IV. A crise económica, a guerra na Ucrânia, a escalada dos conflitos no Médio Oriente e as alterações climáticas representam fatores de risco significativos, para o agravamento da saúde mental dos jovens. Desde logo, estando na base de transtornos como a ansiedade;

V. É essencial desmitificar o estigma associado à doença mental, assim como o papel fundamental dos profissionais da área, o que pode ser alcançado através da informação e da sua aproximação à população.

Desta forma, propomos à Assembleia Municipal que aprove a presente **Proposta de Recomendação** de:

1. Criação de Gabinetes Locais de Psicologia, em todas Freguesias, ou de Unidades Móveis de Apoio à Saúde Mental, que permitam:

- Acesso a serviços de saúde mental, trazendo à Freguesia profissionais especializados na área;

- Realizar campanhas de combate ao estigma e conscientização, sobre a importância da saúde mental, que incentivem à procura de ajuda;

- Delinear, juntamente com os cuidados de saúde primários locais, programas de prevenção e apoio às famílias, que permitam identificar e intervir precocemente em situações de risco;

- Estabelecer parcerias com instituições locais, como empresas e organizações, de modo a ampliar o alcance das ações de promoção da saúde mental;

- Promover a inclusão social, através da criação de espaços de convivência e lazer, programas de capacitação profissional e apoio a grupos vulneráveis, como pessoas em situação de isolamento.

*Bragança, 29 de abril de 2024.*

**Os Proponentes:** Os deputados da Bancada Municipal do Partido Socialista.”

**Solicitaram esclarecimentos** os membros Fátima Bento (CDU) e Telmo Afonso (PUF de Sé, Santa Maria e Meixedo).

**Fátima Bento** – Começou por questionar se as medidas apresentadas na Proposta de Recomendação eram dirigidas à Câmara Municipal de Bragança e referiu, ainda, que o Grupo Municipal da CDU concordava com algumas delas, mas que outras seriam de mais difícil execução.

Assim, e como forma de clarificar quais as medidas propostas, atendendo a que se tratava de muitos pontos, solicitou à Sra. Presidente da Assembleia que procedesse, novamente, à leitura, daquilo que era recomendado.

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à leitura, tal como solicitado pela membro Fátima Bento, do ponto único da recomendação constante da Proposta.

**Telmo Afonso** – Começou a sua intervenção, dizendo que considerava que quantos mais e melhores serviços de saúde existissem, mais as populações teriam melhor saúde e mais prevenida seria a doença, mas que, naquele momento, nem as Juntas de Freguesia nem a Câmara Municipal possuíam a tutela sobre os cuidados de saúde nas suas populações.

Referiu, também, que gostaria de ver os gabinetes implementados na freguesia à qual presidia e que as Juntas de Freguesia, na sua maioria, e a Câmara Municipal, em conjunto, já tinham muitas atividades e eventos que ajudavam no combate ao isolamento das populações mais idosas e que contribuíam para que as populações tivessem uma vida mais ativa.

Acrescentou, ainda, que, enquanto entidades com responsabilidades pela saúde das suas populações, as Juntas de Freguesia não possuíam verba para fazer face a um gabinete com o cariz de apoio psicológico, pois este não se restringia apenas ao psicólogo, mas sim a uma vasta equipa de saúde.

Face ao referido e porque afirmou que as Juntas de Freguesia gostariam de ter um gabinete como o que era proposto, questionou a membro Caroline Pereira de onde proviria a verba, para que pudessem fazer face às despesas com o mesmo.

Finalizou a sua intervenção, dizendo que as Juntas também possuíam protocolos, com várias instituições, para a realização de rastreios de saúde, com distintos gabinetes, para despiste de várias doenças.

A membro **Caroline Pereira** respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados, dizendo que, sendo uma Proposta de Recomendação, o objetivo era promover para que as autarquias, nomeadamente a Câmara Municipal de Bragança, através da reorganização de orçamentos, pudesse auxiliar nesta temática.

Acrescentou que não se tratava de despromover ou atacar o trabalho das Juntas de Freguesia do Concelho de Bragança, pois congratulava-se com o todo o trabalho realizado por estas, mas sim adicionar mais ao que se poderia vir a fazer.

Terminou, referindo que o objetivo, também enquanto membros da Assembleia Municipal, era apresentar ideias inovadoras e progressistas, que pudessem melhorar a saúde, não só física como mental, das populações, nomeadamente, com a criação dos gabinetes propostos, estando, assim, mais próximos da comunidade.

**Fez intervenção** o membro **António Malhão** (PSD) referindo que a Proposta de Recomendação apresentada era interessante e a entendida como uma sensibilização e alerta para um problema que considerava grave e que afetava a comunidade.

Acrescentou que essa valência ainda não existia na rede de cuidados primários e que, apesar da saúde mental não poder ser descurada, também concordava com o que havia referido o Presidente da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo

na sua intervenção, pois a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia não possuíam meios para implementar essa rede tão vasta de serviços de apoio à população.

Contudo, afirmou que o Grupo Municipal do PSD estava de acordo com a essência dos pressupostos e que entendia a Proposta apresentada como uma sensibilização, um alerta e uma preocupação que valoriza e apoiava e, nessa medida, sendo uma Proposta de Recomendação, o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente.

No entanto, ressaltou que a mesma deveria ser mais dirigida ao Governo do que à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia e que, apesar de ser uma ambição de todos, atualmente, ainda era uma certa utopia.

**De seguida, foi a mesma Proposta de Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e oito membros presentes.**

Fizeram **declaração de voto** os membros Luís Pires (PS) e Fátima Bento (CDU).

**Luís Pires** – “Antes de mais nada, também em nome do Grupo, e também em nome pessoal, enviar, aqui, o meu cumprimento ao Nando, pelo momento que está a passar. Também é sempre dura a vida e, às vezes, mostra-nos que lutamos por coisas que às vezes não vale a pena.

Relativamente a este ponto que foi aqui apresentado, apenas dizer que nos congratulamos com este apoio unânime desta Assembleia. Não poderia deixar de ser, também. Eu não estava à espera de outra coisa, até por aquilo que eu percebo de todos os Grupos Municipais que aqui estão, mas, também, e, nomeadamente e concretamente, relativamente ao PSD.

Referir que, obviamente, como sabem, melhor que eu, vai ser iniciado um programa de equipas especializadas em saúde mental, que irá incluir 15 ULS's, entre as quais a ULS Nordeste e, precisamente, o intuito e o objetivo é trazer e articular, com tudo aquilo que é a teia sócio económica, social e de todas as naturezas que possamos aqui colocar em cima da mesa, relativamente aos cuidados de saúde mental, face àqueles pressupostos que a minha camarada aqui apresentou na sua Moção.

E, portanto, obviamente e naturalmente, este é um projeto piloto que irá aqui aparecer e de forma, creio que atempada, avisada, sem gastar recursos, porque aqui o que interessa é criar condições para, como se diz, “o homem pensa e a obra nasce”. E, portanto, meus caros amigos, não é uma questão de dinheiro. Não é isso que se pode pôr em cima da mesa para tentar ultrapassar aquilo que são os bens da população.

Muito obrigado e muito satisfeito com esta votação.”

**Fátima Bento** – “Apenas aqui justificar. A CDU entende que a saúde não é uma competência direta do Município, mas votamos favoravelmente, porque, enquanto

recomendação, é sempre importante o papel que o Município tem na articulação para criar estes serviços e ajudar a população a suprimir as suas necessidades. E é nesse sentido que votamos favoravelmente.”

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal**, retomando os **pedidos de intervenção**, no **PAOD**, deu a palavra à membro **Fátima Bento** que começou por informar que o Grupo Municipal da CDU iria apresentar uma Moção, cujo título descrevia, precisamente, o propósito da mesma, e que o seu conteúdo se baseava, em parte, na resposta que o Governo dera, há uns anos, à CDU, na Assembleia da República, nomeadamente ao Partido Ecologista os Verdes, com a justificação de que o problema continuava por resolver, pelo que a CDU considerava que a Assembleia Municipal podia pressionar para tentar resolver a situação.

De seguida, solicitou à Sra. **Presidente da Assembleia** que procedesse à leitura da **Moção**, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

#### **“Moção**

Pela Estabilização dos taludes nas escombreyras das antigas minas do Portelo e desassoreamento dos cursos de água

Inserido no Parque Natural de Montesinho (PNM), o antigo complexo mineiro do Portelo, constituiu nos finais da década de 1960 uma das mais importantes explorações de estanho (cassiterite) do nordeste transmontano. A área mineira dista cerca de 500 metros da aldeia de Portelo e ocupa cerca de 90ha. A mina foi explorada essencialmente por lavra subterrânea e a céu aberto no período final da atividade que terminou em 1993.

Em 2007, a Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), enquanto concessionária do exercício da atividade de recuperação de antigas áreas mineiras, realizou uma primeira intervenção que apenas restabeleceu as condições mínimas de segurança para a zona (proteção de poços, selagem de chaminés e de galerias), ficando prevista uma segunda fase de reabilitação ambiental nesta antiga área mineira de Montesinho. Porém esta segunda fase continua pendente, há vários anos, da clarificação das responsabilidades assumidas no âmbito da exploração de pedreira licenciada pela Câmara Municipal de Bragança, impedindo por esta via a remediação ambiental e estabilização dos taludes e escombreyras desta mina, com um forte impacto no agravamento do assoreamento do rio Sabor e seus afluentes, nomeadamente do rio Pepim.

Por conseguinte, na aldeia de Aveleda - atravessada pelo Rio Pepim - o assoreamento do rio mudou de forma permanente o caudal até então existente, assim como a galeria ripícola e os taludes das margens. Atualmente as represas existentes já se encontram à cota do paredão e o rio corre por baixo do areal. Apesar de uma intervenção por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de remoção da areia

do rio Pepim, em Aveleda, o assoreamento não foi resolvido, encontrando-se novamente numa situação preocupante decorrente das chuvas que aumentaram a carga de sedimentos nos cursos de água.

Assim,

Considerando que só uma intervenção na origem, com estabilização dos taludes e escombrelas das antigas minas do Portelo impedirá o contínuo assoreamento dos cursos de água, pondo cobro a este atentado ambiental no interior de uma área classificada do PNM, em zona de Proteção Parcial tipo I e II (em acordo com a planta síntese do Plano de Ordenamento do PNM).

Considerando que é urgente uma intervenção de restituição das condições originais dos ecossistemas e da biodiversidade salvaguardando o risco de contaminação das águas e dos perigos para a saúde pública.

Considerando que este impasse e falta de entendimento entre as partes envolvidas é inaceitável, uma vez que está em causa a salvaguarda das populações do PNM, bem como dos valores ambientais desta importante área protegida do Nordeste Transmontano.

a Assembleia Municipal de Bragança reunida no dia 29 de Abril de 2024, delibera:

1. Instar o Ministério do Ambiente e Energia a encetar esforços/ações por forma a garantir a contenção dos processos erosivos das escombrelas das minas do Portelo e/ou a estabilização dos taludes.

2. Exortar o Governo e respetivo Ministério a apurar as responsabilidades no âmbito da exploração de pedreira licenciada pela Câmara Municipal de Bragança, para que se possa proceder à concretização da segunda fase de intervenção prevista pela EDM nas antigas Minas do Portelo.

3. Exortar a Agência Portuguesa do Ambiente a definir e concretizar um plano de intervenção no rio Sabor e seus afluentes no âmbito do programa de reabilitação de leitos e margens de ribeiras.

*Bragança, 29 de Abril de 2024*

**A Proponente:** Fátima Bento (Grupo Municipal da CDU).

Uma vez apreciado e votado pela Assembleia Municipal, é dado conhecimento a:

- S. Ex.º. Sr. Primeiro-Ministro
- S. Ex.º. Sr. Ministro da Presidência
- S. Ex.ª. Sra. Ministra do Ambiente e Energia
- S. Ex.ª. Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente

- Exma. Sra. Diretora Regional (Norte) do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.”

O membro **Mário Gomes** (PUF Aveleda e Rio de Onor) solicitou **esclarecimentos**, começando por agradecer a preocupação da bancada da CDU e, depois, informou que, no início do mês de março, havia reunido a União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor, com um vogal da EDM, a Diretora da APA Norte, um representante da CCDR-N e o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, tendo sido efetuada, com essas entidades, uma visita ao local em causa.

E referiu, que, nessa reunião, havia ficado decidido, entre a Câmara Municipal e a EDM, resolverem a questão do “poluidor, pagador”.

Explicou que, após análise, se verificou existir o princípio do “poluidor, pagador”, pois, tal como era do conhecimento do Plenário, o problema havia começado com a exploração de inertes por parte de uma empresa privada e que, assim, a EDM entendia que a responsabilidade seria do poluidor, que já não existia e que nunca havia dado início, legalmente, à exploração.

Acrescentou, ainda, que haviam tido a informação de que a intervenção a realizar seria a próxima prioridade da EDM, pelo que aguardava por novos desenvolvimentos, na esperança de uma resolução definitiva do problema.

Disse, ainda, que o leito do rio se encontrava completamente assoreado e que se temia que uma tempestade pudesse provocar a repetição do anteriormente ocorrido.

A Proponente da Moção, **Fátima Bento**, respondeu aos pedidos de esclarecimento, dizendo que a CDU desconhecia a informação transmitida pelo Presidente da União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor, mas, que independentemente da mesma, considerava que a Moção apresentada ia no sentido de evitar que o problema caísse no esquecimento, pois já haviam ocorrido muitas reuniões e várias tentativas na resolução do problema.

Assim, e apesar do avanço positivo, afirmou que a CDU entendia que se deveria manter a Moção, como forma de reforço na tentativa de resolução do problema, pelo que deixava a mesma à consideração do Plenário.

**Fizeram intervenção** os membros Luís Pires (PS) e Júlio de Carvalho (PSD).

**Luís Pires** - Referiu que, atendendo ao que anteriormente fora dito, se tornava necessário perceber a evolução dos acontecimentos, relativamente à reunião que se havia realizado, e se a Câmara Municipal de Bragança tinha predisposição de assumir os custos, pagando pelo poluidor, embora não o sendo.

Explicitou que, se já existissem desenvolvimentos, após a referida reunião, e uma solução visível, poderia não fazer sentido avançar com a Moção.

**Júlio de Carvalho** - Referiu que era conhecedor da realidade que estava a ser discutida, pois, possuindo uma propriedade junto do rio Sabor, observava que, de vez em quando, a água vinha turva, fruto da exploração mineira.

Acrescentou que, tendo em conta a informação apresentada pelo Presidente da União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor, era relevante reforçar a ideia da necessidade de zelar pela prevenção e pela situação das populações ribeirinhas e que o Grupo Municipal do PSD entendia que Moção apresentada fazia sentido e que iria votar favoravelmente.

Atendendo ao pedido de esclarecimentos adicionais solicitados pelo membro Luís Pires ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, a Sra. **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao mesmo.

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal**, após os cumprimentos iniciais, agradeceu, em primeiro lugar, ao Líder do Grupo Municipal do PSD, António Malhão, as palavras que lhe havia dirigido de felicitações e de encorajamento, bem como as proferidas pelo Líder do Grupo Municipal do PS, Luís Pires, na Cerimónia das Comemoração do 25 de Abril.

Depois, e relativamente ao tema da saúde mental nas freguesias referido na Proposta de Recomendação apresentada pela membro Caroline Pereira, informou que, desde o mês de dezembro do ano de 2023, existia uma rede entre a ULS, as forças locais e a Câmara Municipal, no sentido de melhorar, dia a dia, as condições de saúde e bem-estar das populações e que as juntas de freguesia faziam parte dessa rede local.

Quanto à questão do assoreamento, disse que havia estado na reunião referida pelo Presidente da União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor e que a mesma havia sido profícua, pois verificou que havia vontade e determinação dos responsáveis na matéria, em resolver o problema e que tudo havia sido avaliado no terreno.

Acrescentou que a Câmara Municipal de Bragança fizera o que era necessário fazer, prontificando-se a ser um parceiro ativo, no sentido de melhorar as condições do rio, tendo sido definidas algumas estratégias, a montante do mesmo, para, depois, se realizar uma limpeza, a jusante.

Explicitou, também, que a reunião decorrerá há um mês e que, entretanto, o Governo havia mudado, vivendo-se, assim, um período de transição, pelo que era necessário aguardar por mais desenvolvimentos, pelo que considerava que a Moção poderia ser um reforço.

**De seguida, foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

Prosseguindo as **intervenções no PAOD**, o membro **Júlio de Carvalho**, após os cumprimentos iniciais, informou que havia decidido proferir a sua intervenção por ter assistido, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, à fórmula de colocação, no centro das mesmas, dos gloriosos militares de Abril, e por entender que, como participante, durante anos, na luta contra a ditadura, devia elogiar a sociedade civil, pois considerava que não havia revolução que resistisse se esta estivesse contra.

Assim, referiu que iria incidir a sua intervenção, por conhecimento direto, no movimento 25 de Abril, pois, como estudante de Coimbra e conhecedor da vida académica, considerava que se devia reforçar o papel que os estudantes daquela cidade e de Lisboa haviam tido na participação e na eficácia do 25 de Abril.

Em seguida, abordou a intervenção das “repúblicas” no movimento de preparação do 25 de Abril, nomeadamente a da Bota Abaixo, em Coimbra, onde ele próprio desenvolvera alguma atividade. Acrescentou que as “repúblicas”, no seio da vida académica, tinham diversas funções, mas que haviam sido, sobretudo, laboratório de ideologias, de luta e de preparação da revolução que acontecera.

Neste contexto, recordou o Doutor Alberto Martins, com ligações a Bragança, pelo seu papel no movimento da crise académica de 69, em Coimbra, por ter iniciado a luta. Explicitou que, quando, em 1969, o então Presidente da República, o Ministro da Educação, o Ministro das Obras Públicas e o Ministro da Justiça se deslocaram a Coimbra para a inauguração do Departamento de Matemática, o Doutor Alberto Martins pedira para fazer uso da palavra, mas que esta lhe fora retirada, originando a ocupação da sala, por parte dos estudantes, e obrigando o Presidente da República e os Ministros a saírem pela “porta do cavalo”.

Acrescentou que o movimento deu então origem a prisões e a movimentos e atividades de promoção de uma revolução autêntica na sociedade portuguesa, e que, a partir daí, durante dias, diferentes personalidades, como Zeca Afonso, participaram nesses movimentos.

Disse que a ideia fora revolucionar a sociedade, tema das reuniões nas “repúblicas” e, como “repúblicos”, haviam lutado contra o colonialismo, contra a guerra colonial, pela democracia na escola, por uma vida melhor, por uma sociedade mais justa e pela mudança na situação do país.

Esta luta, disse, havia levado a que muitas autoridades mundiais visitassem a Academia de Coimbra e as “repúblicas”, como Jorge Amado, Natália Correia, Érico Veríssimo, entre outros, e se cantasse “Trovas ao Vento que Passa”, de Manuel Alegre.

Acrescentou que fora uma luta em que os estudantes haviam feito greves contra os exames, levando ao fecho da Universidade e, como consequência, os estudantes foram mobilizados para a Guerra do Ultramar.

Depois recordou que, em Bragança, no 25 de Abril, enquanto professor do Liceu e participante no movimento, redigiu um comunicado de apoio às forças armadas que fora assinado pelos professores, excetuando dois, por serem membros da União Nacional.

Terminou afirmando que fora a sociedade civil que criara o 25 de Abril e que os militares se aproveitaram e implantaram a revolução com sucesso, porque tinham o apoio da sociedade civil que estava preparada para a revolução e contribuído para o sucesso da Grândola Vila Morena.

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que o PAOD deveria ter terminado à dez horas e trinta e sete minutos, mas como o Sr. Presidente da Câmara Municipal usara da palavra, a Mesa havia decidido conceder mais cinco minutos, precisamente o tempo usado na intervenção pelo Sr. Presidente da Câmara.

**Idalina Brito** - Como introdução à Proposta de Recomendação que iria apresentar, apelou à participação cívica dos membros da Assembleia Municipal que tivessem disponibilidade e se sentissem motivados para apoiarem os juizes de Comarca em matérias específicas, por exemplo, a nível dos tribunais de trabalho e menores.

De seguida, apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação**, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

#### **“Proposta de Recomendação**

#### **RECOMENDAÇÃO À CAMÂRA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PARA O RECRUTAMENTO DE JUÍZES SOCIAIS NO CONCELHO**

1. A Constituição da República Portuguesa (1976) prevê a institucionalização de formas de participação dos cidadãos na administração da justiça, facto em que não somos pioneiros, já que um largo número de países, com idênticas raízes culturais e políticas têm efetuado abundantes aplicações nesta área;

2. A Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais prevê a intervenção de juizes sociais nas causas que tenham por objeto questões de arrendamento rural e em certas categorias de ações da competência dos Tribunais do Trabalho, e, dos Tribunais de Menores, neste caso os processos de promoção e proteção, os processos tutelares educativos e de apadrinhamento civil;

3. Com a institucionalização dos juizes sociais, procura-se fundamentalmente trazer a opinião pública até aos tribunais e levar os tribunais até à opinião pública, já que:

a) Se atua contra a rotina dos juizes e os sensibiliza em relação aos valores sociais dominantes e suas prioridades;

b) Se estimulam os cidadãos à formação de opiniões corretas a respeito da administração da justiça e ao reforço do seu sentimento de legalidade;

4. Tenta-se assim encontrar o justo ponto de equilíbrio entre três ordens de necessidades: a de garantir um acesso democrático das organizações de classe às

formas de designação dos juizes sociais, a de proteger as minorias, e, a de deixar ao Governo um mínimo de intervenção tutelar e supletiva;

Assim expostos, e considerando que:

1. O Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, estabelece normas para o regime de Recrutamento e Funções dos Juizes Sociais;

2. O exercício do cargo de juiz social constitui serviço público obrigatório e é considerado, para todos os efeitos, como prestado na profissão, atividade ou cargo do respetivo titular (art.º 4.º);

3. Estas pessoas, de ambos os sexos, devem ser pessoas que tenham vivências e experiências que enriqueçam a cidadania e sejam exemplo para a reabilitação e inserção por parte dos jovens na sociedade, de reconhecida idoneidade, entre os 25 e os 65 anos de idade, saberem ler e escrever, estarem em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, e, não estarem pronunciados nem terem sofrido condenação por crime doloso (art.º 1.º);

4. Os juizes sociais são nomeados por períodos de dois anos com início a 1 de outubro e os juizes sociais cessantes mantêm-se em exercício até à tomada de posse dos que os devam substituir (art.º 5.º);

5. Que, de acordo com o art.º 12.º do citado Decreto-Lei, a Comarca de Bragança deveria apresentar 15 elementos efetivos e 15 suplentes e que nesta data apenas tem 2 juizes sociais efetivos, que se mantêm em exercício há 6 anos consecutivos;

Apresenta-se a seguinte Recomendação:

1. Que a Câmara Municipal de Bragança proceda à organização de Candidaturas com os respetivos elementos efetivos e suplentes a partir do mês de abril conforme art.º 33.º do citado Decreto-Lei, nas quais se insiram cidadãos da comunidade em geral, de serviços públicos e privados de carácter social, educativo, formativo, trabalho, saúde, e, inclusive, membros desta AM;

2. Que as listas, após votadas e aprovadas pela Assembleia Municipal de Bragança, sejam remetidas durante o mês de junho ao Conselho Superior de Magistratura e Ministério da Justiça (art.º 36.º), dando conhecimento ao Tribunal de Comarca.

*Bragança, 29 de abril de 2024.*

**A Recomendatória:** Maria Idalina Alves de Brito (Grupo Municipal do PS).”

**Solicitaram esclarecimentos** os membros António Malhão (PSD) e Luís Pires (PS).

**António Malhão** – Iniciou a sua intervenção, referindo que não duvidava da importância do tema apresentado pela membro Idalina Brito, pois era a favor de uma democracia e justiça participativa.

Todavia afirmou que, como não tinha informação sobre o mesmo, tinha algumas dúvidas, tais como: se se tratava de uma função *pro bono*, em regime de voluntariado, e se a Câmara Municipal de Bragança estaria sensibilizada e preparada para o desiderato apresentado.

**Luís Pires** - Esclareceu que o conceito apresentado pela membro Idalina Brito existia a nível nacional e também em Bragança, onde era deficitário. Disse, ainda, que o objetivo da Proposta apresentada era sensibilizar para a participação das pessoas. Informou que seria uma função *pro bono*, com o pagamento das ajudas de custo, mas desempenhada com um sentido de participação na sociedade.

Finalizou, dizendo que o Grupo Municipal do PS considerava tratar-se de um assunto importante e que, atendendo aos prazos estipulados, ainda era oportuno.

A proponente da Proposta de Recomendação, **Idalina Brito**, respondeu ao pedido de esclarecimento solicitado, esclarecendo que a figura do juiz social já fora implementada em 1978. No entanto, referiu que, na Comarca de Bragança, por motivos de idade, as pessoas nomeadas foram saindo e que, atualmente, apenas desempenhavam essa função duas pessoas, onde ela se incluía.

Informou, também, que, em média, durante 6 anos, haviam sido apoiados vários juízes, em cerca de 30 a 40 processos, ao nível de situações relacionadas com menores, mas que os juízes sociais poderiam apoiar, por exemplo, a nível do arrendamento, de despejos, de situações de trabalho ou do arrendamento rural.

Disse, ainda, que os juízes sociais eram convocadas, por e-mail ou carta, pelos juízes e que, existindo julgamento, depois de estudado o processo, participavam e emitiam parecer.

Acrescentou ter conhecimento que, de momento, nos concelhos, por exemplo, de Castelo Branco, Fundão, Santarém e Alenquer, entre outros, onde existiam mais processos, os juízes sociais tinham muita importância no apoio aos juízes.

Referiu, ainda, que o objetivo fundamental era trazer a justiça à sociedade e aos cidadãos e que o parecer destes contribuía para o apoio aos juízes nas suas decisões.

Quanto à remuneração, esclareceu que eram pagas as ajudas de custo e que, se as pessoas trabalhassem para outra entidade pública, tinham direito ao dia, como se fosse um trabalho para o próprio organismo.

**Fez intervenção** o membro **António Malhão** (PSD), dizendo que, escutados os esclarecimentos prestados pela membro Idalina Brito e atendendo a que a justiça era uma das peças da democracia, e tendo sido comemorados os 50 anos do 25 de abril, considerava que era bom estimular a participação dos cidadãos.

Assim, reafirmando que, por se tratar de um ato de cidadania responsável, com um sentido cívico elevado, o Grupo Municipal do PSD não poderia ser contra a Proposta de Recomendação e que, por isso e por se tratar de uma Recomendação, iria votar favoravelmente.

Finalizou, afirmando que, tratando-se de um tema nobre e importante, deveria ser mais discutido e aprofundado.

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos e começou por congratular a membro Idalino Brito, pelos seis anos de dedicação, vontade e determinação, bem como pelo tempo que havia dedicado à comunidade, no exercício das funções que referiu.

Depois, acrescentou que os juízes sociais eram cidadãos nomeados por um período de dois anos, podendo haver renovação, e que prestavam apoio na tomada de decisão nos processos de promoção e proteção.

Informou, ainda, que a Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Bragança se encontrava a trabalhar, de forma a desencadear o processo de abertura e submissão das candidaturas, bem como que a estudar, juntamente com a CPCJ e o Tribunal, a proporcionalidade em relação aos casos.

**De seguida foi a mesma Proposta de Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, estando, momentaneamente, cinquenta e seis membros presentes.**

Fez **declaração de voto** a membro **Fátima Bento** (CDU): “Renovando os cumprimentos, dizer que a CDU só poderia acompanhar esta Recomendação. Este, de facto, é um assunto já um pouco perdido no tempo. Houve muito mais participação e temos essa realidade em outros concelhos, que conhecemos que há grande dificuldade em ter esses cidadãos empenhados também na justiça. E acho que, independentemente de já haver algum andamento sobre este trabalho, trouxe pelo menos aqui, publicamente, o assunto que é muito pouco falado e divulgado.”

A Sra. **Presidente da Assembleia** informou que, no prosseguimento dos trabalhos, se passaria a aplicar, a partir deste momento, a Grelha B.

#### **Ponto 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

##### **Ponto 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município**

## **SESSÃO ORDINÁRIA de 29 de abril de 2024**

### **– Estado e Vida do Município –**

*“Conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 29 de fevereiro de 2024.*

#### **1. Gestão, organização interna e relacionamento com os municípios**

##### **1 - Departamento de Administração Geral e Financeira**

##### **1.1 - Divisão de Administração Financeira**

##### **1.1.1 - Finanças do Município**

Em cumprimento do solicitado, e no âmbito das competências cometidas a esta Divisão, apresentam-se seguidamente as atividades que se consideram mais relevantes no período de 2024.01.02 a 2024.03.31, bem como uma breve análise à componente financeira do ano 2024 efetuando-se, sempre que se justifique, a sua comparação ao período homólogo (1º trimestre do ano de 2023).

Referimos que taxa de execução da receita reporta-se à cobrança líquida e a taxa de realização da despesa à despesa realizada.

O orçamento inicial do município para o exercício de 2024, foi aprovado pelo valor de 53.772.500€, incluindo na sua componente corrente, receitas no valor de 42.905.000€ e despesas no valor de 31.653.700€. Para as rubricas de capital, as receitas foram fixadas em 10.364.000€ e as despesas em 22.118.800€. As outras receitas apresentam um valor de 503.500€. Face à origem de fundos explicitadas, estimou-se que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente.

À data de 2024.03.31 o orçamento corrigido apresenta dotações de montante de 76.666.109,11€ e é composto por 43.228.424€ de receitas correntes e 47.662.309,11€ de despesas correntes. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 10.364.000€ e as despesas a 29.003.800€. As outras receitas são no montante de 23.073.685,00€ (inclui o saldo da gerência anterior no valor de 22.570.185,11€).

Esta variação (face ao orçamento inicial), de 22.893.609,11 €, destinou-se a ajustar as dotações orçamentais através do mecanismo das alterações, tendo sido efetuadas, até 31 de março, oito alterações ao orçamento municipal, incluindo sete permutativas e uma modificativa.

Atendendo ao referido anteriormente, a receita apresenta em 31 de março uma taxa de execução de 43,43%, com valores cobrados na ordem dos 33,3 milhões de euros, assistindo-se, face ao período homólogo do ano de 2023 a um decréscimo da receita arrecadada de 4,68%, ou seja 1,64 milhões de euros, originada, em grande parte, pela baixa execução (- 1,35 milhões de euros) na sua componente de capital.

Considerando a representatividade das várias receitas salienta-se:

- Os impostos diretos apresentam um crescimento, face ao ano anterior, de 11,48%. incluem o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC) e

Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). No ano em apreço, no conjunto destes impostos a cobrança ascende a 768.986€, deste valor, 60,70%, ou seja, 466.789€, corresponde a receita proveniente do IMT;

- A componente de taxas, multas e outras penalidades, com cobrança na ordem de 550.224€, diminui, face ao ano anterior, 10,95%;
- Os rendimentos de propriedade, provenientes de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, incluem como valor mais significativo a cobrança da renda de concessão paga pela EDP. Atendendo que a cobrança referente ao 1º trimestre do ano de 2024 só ocorreu no mês de abril, esta rubrica apresenta, face a 2023 uma redução próxima dos 100%;
- As transferências provenientes do OE (ao abrigo do RFALEI), atingiram o valor de 5.747.148€. Estas verbas consubstanciam a participação do Município nos recursos públicos [FEF, FSM e PVIRS, o excedente a distribuir pelos municípios (n.º 3, do artigo 35.º, do RFALEI) e a participação no IVA];
- As transferências decorrentes da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, designadas de Fundo de Financiamento da Descentralização que, no que concerne ao domínio da Educação e Ação Social que ascendem respetivamente, a 1.261.341€ e 80.049€;
- A venda de bens e serviços traduzem, face a 2023, um acréscimo de 7%. Com um volume cobrado de 1.922.190,82€, contribuem para esta variação a cobrança associada aos resíduos sólidos.

No que concerne ao orçamento de despesa, o ano de 2024, apresenta pagamentos de 9,78 milhões de euros e uma taxa de execução de 12,75%, o que demonstra um acréscimo, relativamente ao apurado no período homólogo para o ano 2023, de despesa paga em 23,65%. Para este aumento de 1.869.950,88€, contribuíram com maior destaque (em 1,3 milhões de euros), as despesas correntes, sendo que neste agregado se destacam:

- A aquisição de bens e serviços, que com um acréscimo de 29,27%, relativamente ao ano anterior;
- As despesas com o pessoal, na sua componente de remunerações certas e permanentes, com um aumento de 273.215,74€, ou seja 14,14%, explicado, principalmente, pelo aumento das despesas inerentes ao exercício das competências na área da educação e ação social.

Pelo explicitado anteriormente, e sendo que, a soma das receitas correntes executadas com o saldo da gerência anterior corrente ascende ao valor de 25.247.181,85€ (receitas correntes no valor de 9.561.996,74€ e o saldo da gerência anterior corrente no valor de 15.685.185,11€) são superiores ao total da despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longos prazos (8.215.892,18€ e 338.655,00€ respetivamente), verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental para o período em análise.

Sem contributo para a execução orçamental, mas incluídos nos fluxos de caixa, são de notar no referido período, os pagamentos e recebimentos de dotações não orçamentais no valor

de 219.223,94€ e 109.487,08,90€, respetivamente, que acrescidos aos saldos iniciais transitados do ano de 2023, apresentam em 31 de março o valor de 2.519.421,71€.

Explicitando a taxa de execução do orçamento da despesa do ano de 2024, sob a forma das Grandes Opções do Plano (GOP), que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividades Municipal (PAM), a mesma atinge o valor de 6,42%, representando um nível de pagamentos no montante de 2,1 milhões de euros (o PAM atingiu o valor de 808.619,24€ e o PPI de 1.300.217,23€). As despesas incluídas nas GOP foram principalmente orientadas para as funções sociais (66,85%) e outras funções (21,17%), com um valor de despesa paga de 1.409.654,77€ e de 446.542,33€, respetivamente. A aplicação da despesa associada às funções sociais foi canalizada de forma muito significativa para os projetos associados à habitação e serviços coletivos (694.621,011€), serviços culturais, recreativos e religiosos (460.625,58€).

O passivo da autarquia regista (dados provisórios), em 31 de março de 2024, uma dívida a terceiros de 4,56 milhões de euros, distribuída pela componente não corrente no valor de 1,4 milhões de euros (empréstimos bancários) e corrente com 3,48 milhões de euros.

Face a igual período do ano anterior, verifica-se um aumento das dívidas a terceiros no montante de 278.471€ euros, ou seja, menos 5,75%, com expressão na componente de financiamentos.

Importa salientar que integram as dívidas a terceiros de curto prazo, para além da componente a pagar dos empréstimos bancários, o valor não reconhecido de 255.591,64€ relativo à empresa Águas do Norte, S.A, bem como os credores de cauções (fundos alheios à autarquia que se encontram depositados em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização, para restituição, a qualquer momento), no valor de 2.515.179,33€.

Assim, e face ao referido, se às dívidas a terceiros de curto prazo for deduzida os valores não reconhecidos e de cauções, a dívida ascende a 711.346,80€.

Nesta data, as provisões para riscos e encargos - processos judiciais em curso - de acordo com os processos instaurados e que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2023, sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes, ascendem ao valor global considerado previsível de 30.604.204,80€.

O Município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, encontrando-se aprovisionada a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à sociedade Águas do Norte, S.A., cujo valor ascende a 26.504.813,24€.

No que concerne às atividades desenvolvidas pela divisão, entre o período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2024 destacamos as seguintes:

- O **Balcão Único de Atendimento** do município de Bragança, nas suas mais diversas vertentes e serviços, registou um total de 4.771 atendimentos presenciais, incluindo com marcação prévia (com registos reduzidos face à média de atendimento). A média diária foi de 122 atendimentos a munícipes. No mesmo período foram rececionados via plataforma “NOPAPER” 775 emails, relacionados com licenciamento de construção/reconstrução/ampliação/legalização de edifícios. Salientamos a importância

de outros canais de atendimento tais como o email e o telefone que continuam a ser muito procurados pelos munícipes para evitar as deslocações presenciais.

- Pelo **Serviço de Taxas, contraordenações e Metrologia**, derivada da articulação com os outros serviços destaca-se:

- Processos de execução fiscal instaurados: 260; Valores instaurados: 3.444,62€; Citações expedidas: 260;
- Registo de 15 processos de contraordenações rodoviárias;
- Efetuadas 80 verificações de controlo metrológico com o valor cobrado de 2.936,22€, de referir que deste montante 25% é transferido para o Instituto Português da Qualidade;
- Emitidas 6 certidões;

- Pelo **Serviço de Contabilidade**, nas suas diversas tarefas administrativas e técnicas no período de 1 fevereiro a 31 de março de 2024 destacamos:

- Apuramento dos fundos disponíveis, com elaboração das estimativas mensais da receita e compilação da informação sobre compromissos e pagamentos;
- Verificação e processamento dos encargos com remunerações regulares e com o serviço da dívida;
- Análise orçamental, validação dos documentos financeiros e acompanhamento da execução financeira;
- Elaboração mensal de um relatório de monitorização e acompanhamento financeiro, para apreciação de dirigentes;
- Colaboração com a DLM, no que respeita ao fornecimento de documentação financeira associada a projetos comunitários (Justificação da despesa, receita);
- Avaliação da eventual necessidade de ajustamentos das dotações orçamentais com a elaboração de propostas de alteração ao Orçamento de 2024;
- Colaboração no âmbito da candidatura do Município de Bragança à Bandeira Verde ECOXXI 2024;
- Início dos trabalhos no âmbito da Prestação de Contas do ano de 2023;
- No âmbito do reporte externo foi garantido o envio de informação financeira mensal à Direção Geral das Autarquias Locais:

**Plataforma SIIAL- Sistema central de recolha e validação da informação financeira e não financeira das autarquias:**

Periodicidade trimestral – Contas de ordem, Empréstimos, Leasing, Factoring, Despesas com pessoal, Contribuição SM, AM, e SEL para o endividamento municipal.

**Plataforma SISAL - Sistema de informação para o subsector da administração local:**

- a) Periodicidade mensal – Balancete Analítico, Demonstração Do Desempenho Orçamental, Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Balanço, Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos, Demonstração dos Resultados por Natureza,

Demonstração das Alterações no Património Líquido, Demonstração Dos Fluxos De Caixa, Fundos Disponíveis.

- b) Periodicidade mensal – Reporte da execução orçamental dos municípios, Transferências financeiras e encargos resultantes do processo de descentralização.
- Inspeção Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria
    - a) SIPART - Participações do Estado - Ano 2023
  - Elaboração das conciliações/reconciliações bancárias com especial incidência vista às solicitações dos auditores externos, no âmbito da certificação legal de Contas do ano de 2023;
  - Informação mensal à Administração Tributária, nomeadamente a Integração mensal do ficheiro SAFT - de dados de faturação SAFT e Declaração do Apuramento mensal do IVA e entrega ao Estado;
  - Na faturação de fornecedores e outras, foram analisadas e registadas 1.273 faturas, previamente encaminhadas para conferência;
  - Emissão de 1.230 ordens de pagamento;
  - Conferência de processos de despesa, 602 cabimentos e 1.322 compromissos.

#### Pelo **Serviço de Gestão Patrimonial**

- Foram efetuados a conferência os registos da faturação afeta ao inventário do município para preparação do encerramento de contas do ano de 2023;
- Continuam a decorrer o processo de levantamento e conciliação do património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico.

#### Pelo **Serviço de Tesouraria**

- Efetuado o pagamento de 1.228 ordens de pagamento;
- Efetuados 1.739 movimentos bancários (depósitos e levantamentos) nas diversas contas bancárias da autarquia;
- Verificação e data entrada das receitas provenientes dos diversos serviços, nomeadamente matadouro, mercado e feiras, rendas, águas, ensino, contraordenações, execuções-fiscais, selos de residente, instalações desportivas, equipamentos culturais, estação rodoviária, parques de estacionamento e parcómetros.

## **1.2 - Divisão de Administração Geral**

### **1.2.1. Serviço de Expediente Geral**

Foram tratados os documentos, num total de 2891, em suporte de papel, com entrada na aplicação informática de atendimento, registo de entrada manual e registo de faturas na aplicação informática SNC-AP. A correspondência expedida registou 3031 unidades.

- No âmbito da Lei n.º 37/2006, de 09 de agosto, foram emitidos 6 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, sendo prestado, também, outro tipo de informação, referente a assuntos de legalização.
- Foram, também, desenvolvidos 2 processos de Licenciamento de veículos afetos ao exercício de Transporte de Aluguer, 3 informações para pedido da sala de formação na Casa do Lavrador.
- No que concerne ao procedimento relativo à preparação de agendas, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal, foram elaboradas 4 (quatro) de cada, correspondentes a 4 Reuniões Ordinárias.
- Foram, ainda, emitidas um total de 43 Certidões, destinadas aos diferentes Serviços Municipais e à Assembleia Municipal.
- Procedeu-se, igualmente, à redação de 13 Editais e à conseqüente divulgação nos lugares de estilo. Também as atas das reuniões de Câmara foram publicitadas nos lugares de estilo e no site institucional.
- O Serviço continuou a garantir o apoio à Eleição da Assembleia da República, que decorreu no dia 10 de março de 2024, apoiando a realização de todas as tarefas que lhe são inerentes.

#### **Apoio à Assembleia Municipal**

Para além das normais tarefas do Serviço, bem como assegurar toda a documentação administrativa inerente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de registar as seguintes ocupações do Auditório Paulo Quintela: Cinema - 22; AM - 3; CMB - 5; Associações - 1; Partidos Políticos - 1; IPSS - 2 e Instituições Públicas - 3. Apoio a eventos na sala de atos - 5.

Procedeu-se à atualização da informação do Sistema de Gestão da Qualidade.

#### **1.2.2. Serviço de Recursos Humanos**

Para além das normais tarefas do Serviço, este Serviço procedeu ao acompanhamento dos seguintes procedimentos concursais por tempo indeterminado:

- 1 Técnico Superior, área de comunicação social (GARE);
- 1 Técnico Superior, Jurista (DAGF);
- 2 Especialistas de Informática (DAGF),
- 1 Técnico Superior, área de contabilidade (DAF);
- 1 Técnico Superior, área de recursos humanos (DAG) – em período experimental;
- 1 Técnico Superior, área de expediente geral (DAG) – em período experimental;
- 1 Técnico Superior, área de arquitetura (DU) – em período experimental;
- 1 Técnico Superior, área de segurança e saúde no trabalho (DO) - em período experimental;
- 1 Técnico Superior, área de engenharia do civil (DO);
- 1 Técnico Superior, área de economia ou gestão (DLM);
- 1 Técnico Superior, área de engenharia do ambiente (DSE) - em período experimental;

- 1 Técnico Superior, área de educação social (DE);
- 1 Técnico Superior, área de educação (DE) em regime de mobilidade por 18 meses;
- 1 Técnico Superior, área de engenharia do civil (DAS) - em período experimental;
- 5 Técnicos Superiores - áreas de Sociologia (1), Serviço Social (1) e Psicologia (3) (DASS);
- 2 Assistentes Técnicos, área de gestão patrimonial (DAF) – em período experimental,
- 1 Assistente Técnico, área de taxas, contraordenações e metrologia (DAF) – em período experimental;
- 2 Assistentes Técnicos, área de obras (DO) – em período experimental;
- 1 Assistente Técnico, área de cemitérios (DSE);
- 4 Assistentes Técnicos, para os Agrupamentos de Escolas (DE);
- 2 Assistentes Técnicos, área de museus (DC);
- 2 Assistentes Operacionais, área de atividade - mecânico (DLM) – em período experimental;
- 1 Assistente Operacional, área de atividade - cantoneiro de vias (DLM) – em período experimental;
- 3 Assistentes Operacionais, área de atividade – motorista de transportes coletivos (DLM);
- 1 Assistente Operacional, área de atividade – canalizador (DAS) – em período experimental;
- 2 Assistentes Operacionais, área de atividade - pedreiro (DAS) – em período experimental;
- 4 Assistentes Operacionais, área de atividade – auxiliar da ação educativa (DE) – em período experimental no Agrupamento de Escolas Abade de Baçal;
- 4 Assistentes Operacionais, área de atividade – auxiliar da ação educativa (DE) – em período experimental no Agrupamento de Escolas Emídio Garcia;
- 3 Assistentes Operacionais, área de atividade – auxiliar da ação educativa (DE) – em período experimental no Agrupamento de Escolas Miguel Torga;
- Este Serviço procede, ainda, ao acompanhamento de procedimentos concursais a termo resolutivo certo, para 3 Técnicos Superiores - áreas de Sociologia (1), Serviço Social (1) e Educação Social (1) (DASS) – no âmbito do projeto “Radar Social” – em período experimental.
- Acompanhamento de **3 Estágios Curriculares** (não remunerado), nas áreas de: 1 licenciado em línguas para relações internacionais, a decorrer no GARE; 1 mestrado em solicitadoria, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico de Coimbra, a decorrer na Divisão de Administração Financeira; 1 Estágio Erasmus (Técnico Superior em Assessoria e Imagem - Zaragoza), a decorrer na Divisão de Cultura.

- Acompanhamento dos **12** beneficiários das medidas «**Contrato emprego-inserção**» e «**Contrato emprego-inserção+**», através das quais é desenvolvido trabalho socialmente necessário, nas áreas de auxiliar de serviços gerais, auxiliares da ação social, auxiliar administrativo e jardinagem.

- De registar **7** acidentes em serviço, na carreira de assistente operacional.

- Foi pedida a aposentação para **12** trabalhadores que aguardam resposta da CGA.

- Foram desenvolvidos os processos relativos a **26** ações de formação;

- Processamentos dos **vencimentos** em cumprimento da legislação em vigor, bem como o suplemento de penosidade e insalubridade, e abonos para falhas.

- Foram efetuadas: Segurança Social - **9** reinscrições e **4** alterações; e na ADSE - **9** inscrições e **10** alterações.

Foi desenvolvido todo o processo de marcação de férias no ano de **2024**.

- No âmbito das **faltas por doença**, é solicitada a intervenção da junta médica da A.D.S.E., quando os trabalhadores atingem 55 dias seguidos de falta, sendo encaminhados para a junta médica da C.G.A. sempre que a ADSE informa para tal procedimento.

- Foi prestado apoio na inscrição de **6** trabalhadores na Caixa Geral de Aposentações, na nova **plataforma de gestão de pedidos**, desde a criação de um e-mail pessoal até à submissão dos seus dados pessoais.

- Plataforma **SIIAL** mapas: “Pessoal ao “Serviço”, “Recursos Humanos (trimestral) e “pessoal ao serviço” relativamente ao 1.º (primeiro) trimestre e elaboração do **Balanco Social**.

- Foram efetuados **909** registos de **horas extraordinárias** e verificado o seu limite, quer em número quer em remuneração, fixado por lei para cada funcionário e o tratamento de **103** processos para pagamento das participações referentes a despesas de saúde (**ADSE**) apresentadas pelos trabalhadores.

- No âmbito das ajudas de custo foi efetuado o registo e processamento de **115** Boletins Itinerários de **ajudas de custo**.

- Foi efetuada a alteração e conferência de alguns dados pessoais dos funcionários no âmbito do agregado familiar, para efeitos de retenção na fonte em sede de **IRS**.

Foram prestadas informações legais relativas ao normal desenvolvimento do serviço e **5** informações de caducidades de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

Foram elaboradas informações técnicas relativas à conceção do estatuto trabalhador-estudante a **6** trabalhadores.

- Foi promovida a **1.ª (primeira) alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2024**, para criação de 14 (catorze) postos de trabalho.

- Foram atualizados os dados para o **Sistema da Gestão de Qualidade**, no cumprimento da sua estratégia e orientações, de forma a avaliar os objetivos estabelecidos, os resultados esperados, os métodos e critérios associados e determinados pelo Município para os seus processos, produtos, serviços e atividades.

Procedeu-se à atualização dos planos de formação para o ano de 2023 de diversos setores.

Procedeu-se à elaboração da informação de recursos humanos para incorporar a **prestação de contas de 2023**.

### **1.2.3. Arquivo Municipal**

Para além das tarefas normais de **incorporação (13 ml)**, tratamento arquivístico (limpeza e acondicionamento), transferência, pesquisa e requisição de documentação pelas diversas unidades orgânicas da CMB, foi prestado apoio interno, localização e disponibilização para consulta, dos seguintes processos:

- Localização de documentação comprovativa de descontos efetuados por colaboradores deste município para efeito de aposentação;
- Localização de diversa documentação relacionada com o património rústico e urbano deste município para a sua respetiva regularização;
- Localização de variadíssima informação deliberada em reunião de Câmara, para a resolução de processos;
- Concessão de terrenos no cemitério público de Bragança/Alvarás;
- Registo de inumações;

Foram registadas **138** requisições de documentação e investigações, com consulta de **51** pastas, **8** livros e **15** maços, o correspondente a **15** ml de documentação.

Foram atendidos **11** investigadores externos e disponibilizados **89** documentos para consulta.

Conclusão do processo de avaliação e seleção de documentos, cujo destino final foi a **eliminação**, de acordo com a legislação em vigor, de um total de **260 ml**, o equivalente a **7 toneladas de papel**. Sendo esta documentação proveniente dos seguintes serviços; Aprovisionamento atual Serviço de Compras e Armazém, Tesouraria, Espaços Verdes, Limpeza Urbana, Águas e Saneamento, Manutenção Urbana (sinalética), Mobilidade (transportes urbanos e escolares), Parques de Estacionamento, Parque de Máquinas e Oficinas e Recursos Humanos. Foram elaborados **9 autos de eliminação**, o que permitiu assegurar o normal funcionamento deste serviço, libertando espaço físico no depósito para receber nova documentação dos vários serviços produtores deste município.

Foram atualizados os dados para o Sistema da Gestão de Qualidade em todos os serviços desta unidade orgânica, no cumprimento da sua estratégia e orientações, de forma a avaliar os objetivos estabelecidos, os resultados esperados, os métodos e critérios associados e determinados pelo Município para os seus processos, produtos, serviços e atividades.

### **Oficial Público**

Celebração diária de minutas e de contratos no âmbito de aquisição de serviços, empreitadas, compra e venda e concessão de exploração.

### **1.3 - Serviço de Informática**

As tarefas refletem diversas responsabilidades e atividades no âmbito da administração, resolução de problemas técnicos e procedimentos de aquisição. Cada uma delas é essencial para o funcionamento eficiente e seguro da infraestrutura de TI e para a manutenção de procedimentos administrativos e legais.

#### **Tarefas de administração de sistemas**

- Servidores - Hyper-V, servidores físicos e virtuais (Windows, Linux);
- Contas de utilizadores e acessos – active directory, partilhas;
- Backups – Veeam Backup & Replication, Tape library, Storage, Cloud;
- Serviços DNS, DHCP e AD;
- Relatórios e logs de sistema;
- Monitorização e gestão da rede de dados - ativos críticos, IPs, switching, routers;
- Manutenção de ativos essenciais - servidores, firewalls, Storage, Robot de tapes, Qnap, switching, antivírus, YsoftSafeQ, Clearpass, Airwav;
- Correio eletrónico - criação / eliminação de contas, licenças;
- Proteções de segurança - antivírus, firewalls, 2FA, update de sistemas;
- Site autárquico – manutenção, correção de problemas;
- Acessos VPN – configuração de acessos, implementação de 2FA.

#### **Atividades específicas de âmbito técnico**

- Atualização de servidores com sistemas já não suportados (em curso);
- Update de firewalls e fortimanager;
- Atualizações dos nós do cluster HyperV;
- Update de produtos de gestão IT (ManageEngine);
- Aumento de espaço em disco em servidores;
- Bloqueio de endereços potencialmente perigosos;
- Intervenções referentes a pedidos de apoio colocados na Intranet;
- Atualização do inventário de ativos;
- Gestão de utilizadores (acessos, partilhas, emails, aplicações);
- Atualização de conteúdos do website institucional;
- Alteração dos controladores de domínio;
- Ativação de mecanismos de autenticação de email SPF e DKIM, no domínio cm-braganca.pt;

#### **Atividades de gestão corrente**

- Procedimentos de aquisição: licenciamento Adobe; aquisição espaço adicional para backup na Cloud; revisão de preços – Primavera;
- Gestão de pendentes: confirmação de faturação;
- Atualização de infraestruturas: levantamento de necessidades (em curso);
- Colaboração no processo referente às Eleições Europeias;

#### **Projetos em destaque**

- Cibersegurança: divulgação e implementação de medidas constantes no plano de segurança já aprovado;

- Update de servidores Windows / Linux: concluir o processo de atualização. Garantir a existência das versões mais recentes dos servidores Windows e Linux para assegurar um ambiente de TI seguro, eficiente, e em conformidade com regulamentações;
- Atualização de parque de equipamentos: concluir o levantamento de necessidades e preparar o procedimento de aquisição;
- Renovação da intranet (ambiente gráfico e estrutura). Melhorar o ambiente de trabalho que junta comunicação, acesso a informação e aplicações;
- Implementar a abordagem de helpdesk da intranet para outros serviços que manifestaram esse interesse;
- Preparar procedimentos de aquisição de serviços cujo contrato expira a curto prazo, nomeadamente: Software ManageEngine, Licenciamento backups Veeam Backup & Replication, Manutenção de software de gestão de arquivo – ARCHEEVO, Licenciamento de software Teamviewer, ZOOM ROOMS (Centro de Inovação Jurídica), Suporte Técnico à infraestrutura de TI, Solução de atendimento do BU - Inline Xperience;
- Introduzir melhorias nos serviços online no sentido de disponibilização de mais serviços, ativação de pagamentos online, simplificação do registo e acesso através de chave móvel digital;

#### **No âmbito das aplicações SIGMA**

- Upgrades às aplicações e distribuição de documentação de apoio;
- Formação realizada no âmbito do SIGMA: SNC\_AP (1 abril); PAT (28 de março); PES (22 de março); OBP (16 março).
- Administração das aplicações e apoio técnico aos utilizadores;
- Levantamento de necessidades e agendamento de formação/apoio técnico;
- Elaboração e distribuição de documentação de apoio;
- Implementação do regulamento proteção de dados (em curso);
- Implementação de política de segurança no acesso às aplicações e aos documentos (em arquivo documental (em curso);
- Implementação do sistema outbound, via EDI e email, nas faturas de água, ensino e rendas (em curso);
- Implementação do modelo de 2.ª via num novo formato (em curso);
- Implementação de referência multibanco nos avisos de corte (em curso);
- Implementação de terminais de assinatura eletrónica no BU (em curso);
- Criação de novos circuitos e adequação de circuitos existentes (em curso);
- Generalização do uso das aplicações Sigma em ambiente Web (em curso).
- Implementação da faturação relativamente a “serviços de alojamento prestados na Residência para Estudantes Calouste Gulbenkian” e “serviços de apoio de interrupções Educativas”;
- Apoio na Integração do Sistema de Telemetria da ENERMETER com a Medidata;
- Apoio no envio do ficheiro Saft para as finanças;

- Atualização de modelos com o Logo - 560 Anos de Bragança Cidade;
- Atualização de formulários dos serviços online (em curso);
- Transferência de ficheiros com a Sibs: AGU, OBP, FEI, ENS, EXF e pagamento de coimas;

#### **Tarefas no âmbito das TIC nas escolas**

- Instalação e configuração de equipamento/software;
- Gestão das redes de dados;
- Levantamento de necessidades;
- Apoio às escolas no acesso e na utilização das aplicações (ensino e recursos humanos);
- Aquisição equipamento informático (em curso);
- Atualização da rede de dados da escola EB1 das Beatas e EB1 do Campo Redondo (em curso).

#### **1.4 - Assessoria Jurídica e Contencioso**

Foram elaborados pareceres jurídicos e/ou informações e prestado apoio técnico-jurídico, nas seguintes áreas e/ou serviços:

##### **Área de Administração Geral e Financeira:**

- Elaboração do Relatório no âmbito de 5 Processos de Contraordenação;
- Cessação do Protocolo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Bragança e a União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão - cedência da Escola EB1 de Caravela;
- Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Associação dos Gaiteiros e Tocadores da Lombada - Escola EB1 de Caravela;
- Programa de Cumprimento Normativo no âmbito do novo Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e do novo Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), incluindo a revisão da atual Norma de Controlo Interno adaptada ao SNC-AP e ao RGPC: Componente I - Elaboração do Relatório de Avaliação do PPR em vigor, terminado; Componente II - elaboração do novo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) 2023-2025, terminado; Componente III - elaboração do Código de Conduta do Município de Bragança, terminado; Componente IV - Programa de Formação, planeado; Componente V - Desenho dos procedimentos aplicáveis à denúncia de infrações (denúncia interna e externa), terminado; Componente VI - Revisão da atual Norma de Controlo Interno adaptada ao SNC-AP e ao RGPC, em curso; Componente VII - Sistema de Avaliação do PPR, em curso;

##### **Área de Recursos Humanos:**

- Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro - alteração do posicionamento remuneratório na categoria de assistente operacional da carreira geral de assistente operacional por antiguidade (7 processos);
- Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo - renovação até 31 de dezembro de 2024, Márcia Teresa Neto Moreno;

- Procedimento concursal comum - técnico Superior, área de atividade - Jurista;
- Requerimento apresentado por Rui Filipe Paula Gonçalves, Encarregado Geral Operacional.

#### **Área de Promoção Económica e Turismo:**

- Pedido de Cedência de Espaço no Mercado Municipal de Bragança - Raiz da Música - Associação Cultural.

#### **Área de Ação Social e Saúde:**

- Mudança de titularidade do arrendamento (3 processos).

## **2 – Departamento de Intervenção Social**

### **2.1. Divisão de Educação**

#### **2.1.1. Serviço de Educação**

- No período em referência foi dada continuidade à oferta de **Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)** a todas as crianças dos jardins de infância da rede escolar pública situados na cidade de Bragança, nas interrupções educativas do Carnaval, dias 12 a 14 a fevereiro, e da Páscoa, nos dias úteis de 25 a 29 de março e de 01 a 05 de abril, registando-se a inscrição em cada uma das atividades de um total de 80 e de 178 crianças, respetivamente.

- No **Centro Ciência Viva de Bragança** foi dada continuidade ao projeto “Escola Ciência Viva”, com os alunos do 3º e 4º anos das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico dos agrupamentos de escolas da rede pública e dos colégios privados Sagrado Coração de Jesus e Santa Clara da cidade de Bragança e, que visa combinar o trabalho prático e experimental na educação em ciências com o ambiente educativo, de 23 de outubro de 2023 a 7 de junho de 2024, onde cada turma, estará no CCVB a viver e a sentir uma experiência diferente de aprendizagem, abrangendo um total de 259 alunos, tendo participado nas atividades até então 120 alunos.

- Está a decorrer a 2ª fase das intervenções especializadas de controlo de pragas nas instalações municipais, por forma a garantir índices de infestação ótimos (ou seja, níveis de infestação tendencialmente nulos), nas suas infraestruturas, partes componentes e acessórias, confinantes e ou arquitetonicamente ligados aos mesmos.

- Tendo em conta o aumento de alunos na Escola Básica Artur Mirandela e após a pintura das salas de aula, tornou-se necessário proceder à aquisição e aplicação de placas *bulletin board*, para renovação dos painéis onde são afixados os trabalhos dos alunos e material pedagógico, e de réguas de cabides, para o hall de entrada, os alunos pendurarem os casacos e mochilas.

- Deu-se início às ações na **Escola Fixa de Trânsito**, depois de elaborada a planificação para 2024, em articulação com os agrupamentos de escolas e estabelecimentos do ensino privado. Estas ações de sensibilização sobre segurança rodoviária são dirigidas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Bragança e são ministradas

pelos agentes do Programa “Escola Segura” do Comando da Polícia de Segurança Pública de Bragança, durante o terceiro período letivo.

- Considerando que o Município assegura o aprovisionamento de bens diversos e necessários ao normal funcionamento da Residência para Estudantes Calouste Gulbenkian e os contratos celebrados encontram-se a terminar, está a decorrer uma fase de realização de novos procedimentos de aquisição para o período de doze meses.

- Foi concluída a 1ª fase de auditoria e controlo do fornecimento de **refeições escolares** nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo e de suplementos alimentares aos alunos posicionados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens do 1º ciclo, por laboratório especializado, visando desenvolver ações de verificação do cumprimento das boas-práticas, da adequação dos controlos existentes, dos níveis de formação do pessoal, das garantias de segurança alimentar e do cumprimento da legislação em vigor.

Nos meses de fevereiro e março os representantes do município nos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas participaram numa reunião em cada um dos agrupamentos de escolas.

- Nos dias 26 e 27 de fevereiro, o Auditório Paulo Quintela foi plenário de duas sessões distritais do “**Parlamento dos Jovens**”, dos ensinos básico e secundário, respetivamente. Uma iniciativa que reuniu mais de 100 alunos, de 13 Escolas do Distrito de Bragança, com o objetivo de desenvolver o interesse dos jovens não só pela discussão política e social, mas também pelo processo democrático participativo, utilizando, para isso, o modelo do sistema parlamentar da Assembleia da República.

- Comemoração do **Dia Mundial da Árvore e Dia Mundial da Poesia** (21 de março), com a participação de 1 100 crianças dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico de escolas públicas e privadas do Concelho de Bragança, do meio urbano e rural, e 28 utentes da ASCUDT - Associação Sócio Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes.

- Nos dias 12 e 13 de abril, Bragança reuniu mais de 3 mil estudantes no **12.º Encontro Nacional de Alunos da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica** do Ensino Secundário.

## **2.2. Divisão de Cultura**

### **2.2.1. Serviço de Animação e Equipamentos Culturais**

**Centro de Arte Contemporânea Graça Morais:** Patente, no espaço de Exposições Temporárias, foi inaugurada a exposição “Júlio Pomar: Coleção Atelier-Museu”.

O Atelier -Museu Júlio Pomar traz a sua coleção ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, dando continuidade a um programa de itinerâncias que tem levado a cabo desde a sua abertura. Estas exposições têm o intuito de dar a conhecer a obra deste artista noutras regiões do país, descentralizando-a e tornando o seu acesso cada vez mais plural.

- No espaço destinado à apresentação da obra de Graça Morais, continua patente a exposição “Os Rituais do Silêncio”. Um conjunto de obras, algumas inéditas, resultado de uma imersão nos ateliês da pintora.
- Foram criadas várias peças de merchandising, com imagens de obras da pintora Graça Morais e o logotipo do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, e disponibilizadas para aquisição na Livraria do centro, no passado dia 29 de março.
- Nos meses de fevereiro e março foram realizadas 10 visitas guiadas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1.990 pessoas, sendo 1.496 de nacionalidade portuguesa, 345 espanhola e 149 de outras nacionalidades.

***Museu Ibérico da Máscara e do Traje:*** Durante os meses de fevereiro e março, foram realizadas 18 visitas guiadas e visitaram o museu 2.075 pessoas, sendo 1.325 de nacionalidade portuguesa, 657 espanhola e 93 de outras nacionalidades.

- Até 04 de maio está patente ao público a exposição coletiva “Pelos Mãos D`Elas”, de Sofia Pombares e Sandrina Fernandes.

***Teatro Municipal de Bragança:*** Nos meses de fevereiro e março, realizaram-se 17 espetáculos, com 20 sessões, assistidos por 4.192 espectadores, com uma taxa de ocupação de 91,88%.

- No mês de fevereiro destaque na área de Música – “Concerto Comemorativo 20 Anos do Teatro Municipal de Bragança” (Récita 2); “Carolina Deslandes” e “Café Duplo Tiago Saga + Surma”; Na área Multidisciplinar – “Passagem Secreta”, por Fernando Mota; na área de Dança – “Dom Quixote”, pela Centro de Dança do Porto. Na área de Música – “560 Anos Bragança Cidade”, pela Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública; “Fado Morse – 25 Anos”, pelos Fado Morse e Orquestra de Sopros de Chaves; “Café Duplo: Miguel Cordeiro + Nacho Casado”.
- No mês de março na área de Música – “Liberdade”, por Sara Correia; “Viola Amarantina”, pelo Rui Fernandes Quarteto; “No Princípio O Fim”, por Igor Ferreira, e “Café Duplo: Paulo Vicente + Bia Maria”; na área Multidisciplinar – “O Guarda-Tempos”, por Benedicte Garrido; na área de Teatro: “Quem Matou O Meu Pai” e “Noite de Verão”, pelo Teatro Nova Europa; “Ruy, a História Devida”, pela Yellow Star Company e “O Salto”, pela companhia A Turma.

***Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira:*** Nos meses de fevereiro e março passaram pela Biblioteca Municipal 2.303 utilizadores distribuídos pela secção de adultos, secção infantil e Biblioteca Adriano Moreira.

- Procedeu-se ao empréstimo 1.412 documentos (monografias e audiovisuais), foram consultados presencialmente 303 documentos e registaram-se 401 leitores ativos e 48 novos leitores.

- Nos serviços técnicos foram catalogados, classificados e indexados 18 novos documentos e no processo de revisão da base de dados bibliográfica foram validados 636 registos que perfaz um total de 46. 479 num universo de 56. 629 registos.
- No serviço de animação e extensão cultural realizaram-se 18 eventos de promoção de leitura onde participaram 804 crianças, jovens institucionalizados em entidades do concelho e público em geral.
- Foram realizadas as sessões do **Clube de Leitores de Bragança** nos dias 22 de fevereiro e 21 de março e dos **Sábados de Encantar** nos dias 17 de fevereiro e 23 de março.
- Destaque para o evento **O Escritor vai à Escola**, com a presença da autora Carla Nazareth, nos dias 20 a 22 de março, inserido na Semana da Leitura 2024. Participaram nestes encontros 308 alunos e professores.
- No dia 02 de abril, além das atividades desenvolvidas no âmbito do **Dia Internacional do livro Infantil**, foi apresentado na Biblioteca Municipal de Bragança, o livro "O Sonho que perdeu o H", da autoria de Fabíola Mourinho.

**Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano:** Nos meses de fevereiro e março visitaram o centro 649 pessoas, sendo 324 de nacionalidade portuguesa e 325 de outras nacionalidades.

**Museu Nacional Ferroviário Bragança:** Nos meses de fevereiro e março visitaram o museu 1.387 pessoas, sendo 890 de nacionalidade portuguesa, 389 espanhola e 108 de outras nacionalidades.

**Centro de Fotografia Georges Dussaud:** Continua patente a exposição “**À Força do Arado, Trás-os-Montes na década de 1980**”, de Georges Dussaud e Eduardo Perez Sanchez.

- Na sala de exposições temporárias, esteve patente a exposição “**Veneza: Máscaras de Sedução**”, de Manuela Matos Monteiro e João Lafuente.
- Está patente a exposição “**Um fotógrafo de guerra e paz**”, Carlos Gil.
- Nos meses de fevereiro e março visitaram o centro 1382 pessoas, sendo 554 de nacionalidade portuguesa, 648 espanhola e 180 de outras nacionalidades.

**Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições:** Até 06 de março, esteve patente, na Sala Luís de Camões, a **14ª edição da Bienal de Pintura do Eixo Atlântico 2023-24**.

- No dia 16 de março, na Sala de Exposições Miguel Cervantes, foi inaugurada a exposição “**A Pedalar pela Fronteira... Em Aguarelas**”.
- Nos meses de fevereiro e março visitaram as exposições 555 pessoas.

**Projeções Cinematográficas:** Continuaram as projeções cinematográficas no Auditório Paulo Quintela, com a realização de nove sessões de projeção no mês de fevereiro, assistidas por 327 espetadores, e nove sessões no mês de março, assistidas por 362 espetadores.

## 2.3. Unidade de Desporto e Juventude

### 2.3.1. Serviço de Desporto e Juventude

- Neste período foi feita a gestão das instalações desportivas e dado apoio à realização de torneios e competições oficiais apoiadas pelo Município de Bragança.
- A Piscina Municipal de Bragança acolheu, no dia 17 abril, a fase final distrital de Natação do desporto escolar, com vista ao apuramento para a fase regional. Estiveram presentes 45 atletas, em representação dos agrupamentos de escolas de Vinhais, Macedo de Cavaleiros e Mirandela.
- No dia 16 de abril foram assinados os Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo que permitem ao Município de Bragança apoiar, com cerca de 275 mil euros, 26 associações desportivas do concelho. O apoio concedido servirá de base à atividade regular das diferentes coletividades e beneficia, diretamente, cerca de 1.643 atletas federados e de 983 não federados, 32 modalidades, 79 equipas e dezenas de eventos desportivos de pequena, média e grande escala.
- Nos meses de fevereiro, março e início de abril, no âmbito do programa de Passeios Pedestres 2024, do projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária, realizaram-se quatro caminhadas, nas localidades de São Julião, Donai, Rebordainhos e Nogueira, em que participaram 420 caminheiros.
- O Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira acolheu, nos dias 1 e 2 de abril, a realização de dois jogos amigáveis entre as seleções femininas de voleibol Sub-20 de Portugal e Espanha, tendo marcado presença a seleção regional de voleibol de cadetes de Trás-os-Montes, num total de cerca de 50 atletas participantes. O evento foi organizado pela Associação de Voleibol de Trás-os-Montes em parceria com a Federação Portuguesa de Voleibol e apoio do Município de Bragança.
- O Auditório Paulo Quintela acolheu, a 11 de março, a ação de formação “Doping e a Importância da Verdade Desportiva” dirigida à comunidade desportiva local.
- Número de utilizadores dos equipamentos desportivos municipais durante os meses de fevereiro e março:

Mês	Piscina Municipal	Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira	Pavilhão da Coxa	Pavilhão da Bancada	Estádio Municipal	Campo do CEE	Pista de Atletismo
Fevereiro	5.266	2.111	3.823	804	535	2.632	81
Março	5.023	1.421	5.805	799	304	2.088	32
<b>Total</b>	<b>10.289</b>	<b>3.532</b>	<b>9.628</b>	<b>1.603</b>	<b>839</b>	<b>4.720</b>	<b>113</b>

## **2.4. Divisão de Ação Social e Saúde**

### **2.4.1. Serviço de Ação Social e Saúde**

- No período compreendido entre os dias 15 de fevereiro e 16 de abril de 2024, realizaram-se 233 atendimentos sociais. Nestes atendimentos analisaram-se diferentes pedidos de apoio social solicitados, mediante a elaboração de diagnósticos, com consequente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias, que incidiram sobre as seguintes solicitações:

- Atendimento geral aos munícipes (encaminhamento para a rede social que opera no concelho);
- Beneficiação habitacional na zona urbana e rural;
- Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança.
- Avaliação socioeconómica de processos de atribuição de isenção do Cartão de Munícipe para utilização da Piscina Municipal;
- Solicitação de atribuição do tarifário de família carenciada (fornecimento de água);
- Pedidos de melhorias das condições habitacionais em imóveis que são propriedade do Município (habitação social);
- Análise socioeconómica para reposicionamento de escalão para benefício dos apoios Ação Social Escolar;
- Dívidas de consumos de água, com destaque para situações de pagamento faseado de dívidas de consumo de água e de restabelecimento de ligações de abastecimento de água;
- Sinalização e encaminhamento de famílias para os serviços da Segurança Social, especificamente para outros apoios aos quais sejam elegíveis;
- Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior.

- Acresce a realização de visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas e para avaliação social, tendo-se efetuado 83 saídas/visitas domiciliárias da equipa técnica do SASS (zona rural e urbana)/equipa técnica de acompanhamento dos bairros sociais municipais.

- Enquadrado no Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, procedeu-se à análise das candidaturas e elaboração do Relatório de Análise da 4.ª Fase, para o ano letivo de 2023/2024, sendo elegíveis 22 candidaturas e 2 exclusões, por motivos enquadrados no Regulamento, perfazendo, um apoio de 17.730,00€.

- Tomaram posse os três técnicos superiores que constituem a equipa do Projeto-Piloto Radar Social, no âmbito do Aviso de concurso - Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais, N.º 07/C03-i01/2023, RE-C03-i01.m03 – Radar Social – Criação de equipas para projeto piloto. A sua missão a curto prazo

será realizar o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social, a Carta Social Municipal e o Plano de Ação, no contexto da atuação do CLAS-Bragança.

- A 7 de março, foram celebrados 107 contratos de apoio ao arrendamento para habitação no valor total anual de 119.750,00 €. Neste ano, avaliaram-se 114 candidaturas ao Fundo de Apoio ao Arrendamento do Município de Bragança, das quais 107 foram validadas de acordo com o regulamento em vigor.

- Durante o período compreendido entre os meses de fevereiro e abril foram desenvolvidas atividades de acompanhamento social dos 107 beneficiários do Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento, para 2024, procedendo-se à gestão de documentos e procedimentos necessários para a realização das participações mensais neste domínio.

- Quanto à intervenção no domínio da promoção e proteção de menores (CPCJ), de referir a realização de cinco reuniões da Comissão Restrita e uma reunião da Comissão Alargada.

- De igual forma, atendendo ao serviço prestado na CPCJ e no que se refere ao acompanhamento e monitorização dos processos afetos à DASS, e geridos pelo técnico superior de Psicologia, que preside atualmente a esta estrutura, foram realizadas durante o período em referência 15 visitas domiciliárias e 22 atendimentos presenciais.

- Mantendo uma atuação concertada junto de grupos de população mais vulnerável e no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA), foi dada continuidade ao acompanhamento do grupo de trabalho que efetua a monitorização dos beneficiários integrados no Alojamento Alternativo Temporário (AAT), resposta mantida pelo município para alojamentos de emergência, destinados a pessoas em situação de sem abrigo e/ou casos de emergência social sinalizados pelo SAAS de Bragança.

- Encontra-se em fase de planeamento e estudo a implementação do NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Bragança, para enquadramento dos encaminhamentos de situações de pessoas em situação de sem-abrigo, no contexto da resposta social de Apartamento Partilhado (10 lugares), projeto destinado a criar alojamentos de emergência destinado a pessoas em situação de sem abrigo e/ou casos de emergência social sinalizados pelo SAAS de Bragança, em articulação com a Associação Reaprender a Viver.

- No Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) do Município de Bragança são desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimento, informação e orientação de cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação e respetivo encaminhamento, caso se justifique;
- Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;

- Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
  - Planeamento e organização da intervenção social;
  - Contratualização no âmbito da intervenção social;
  - Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.
  - Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional.
- Nos meses de fevereiro a abril de 2024, a equipa técnica do SAAS realizou 502 atendimentos sociais, sendo que 2 atendimentos foram de emergência social (LNES). Por outro lado, esta equipa realizou 31 visitas domiciliárias, no contexto das diferentes atividades/atribuições. Neste período, foram realizadas 68 articulações com outros serviços e entidades parceiras.
- No âmbito do processo de implementação da Estratégia Local de Habitação do Município de Bragança, continuam os trabalhos de preparação e submissão das candidaturas ao IHRU, IP, enquadradas nos programas 1.º Direito e PRR. Em março de 2024 foram submetidas as candidaturas relativas à reabilitação de 6 frações habitacionais situadas na Cidadela e na sua envolvente. No momento atual, decorrem atividades para a submissão de candidaturas para a reabilitação de fogos situados no Bairro da Previdência.
- Encontra-se em preparação a organização da **12.ª edição de Feira de Emprego, Educação e Solidariedade**, que vai decorrer nos dias 8 e 9 de maio, na Praça Camões, em Bragança, promovida pelo Município de Bragança e que conta com a colaboração do Centro Social Paroquial dos Santos Mártires, da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, da Associação Académica do IPB, do Brigantia Ecopark e do IEFP, I.P.
- O Município de Bragança celebrou, a 11 de março, **contratos de apoio ao arrendamento para habitação** com 107 famílias, no valor de 119 750 euros, no âmbito do Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança.

### **Ambiente e sustentabilidade**

- No âmbito do controlo de animais errantes, foram recolhidos 33 canídeos e 15 felídeos da via pública. Destes animais, 7 canídeos foram adotados, 1 canídeo foi restituído ao tutor e 15 felídeos foram devolvidos à colónia de origem. Importa referir que os animais adotados e os devolvidos à colónia de origem são esterilizados, com o objetivo de controlo de reprodução. A recolha destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança, higiene e saúde pública.

- No âmbito do Plano de Destruição de Cadáveres de Animais de Companhia, foram recolhidos e encaminhados para destruição 988 kg de cadáveres de animais de companhia.
- Em colaboração com as Autoridades Policiais foram efetuadas três ações de fiscalização e controlo em situações de denúncias de maus tratos a animais.
- Relativamente à **Saúde Pública Veterinária**, foram efetuadas quatro vistorias de verificação de queixas de insalubridade.

## **Ambiente**

### **Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – fevereiro e março**

- Remoção/Transporte de RSU – 2 415,26 toneladas

### **Recolha Seletiva – fevereiro e março**

Papel/cartão – 58,92 toneladas

Madeira – 103,72 toneladas

Vidro – 28,42 toneladas

Entulho – 119,44 toneladas

Monstros – 102,40 toneladas

Plásticos – 34,04 toneladas

REEE – 7,52 toneladas

Pilhas – 0,82 toneladas

Baterias – 0,62 toneladas

- **Fiscalização dos serviços contratualizados com a Resíduos do Nordeste**, e por sua vez subempreitados à PreZero.

Incluem-se:

- Recolha e transporte de RSU's e Recolha seletiva;
- Desinfecção e desobstrução de sumidouros;
- Lavagem de arruamentos;
- Corte de vegetação;
- Limpeza manual/mecânica;
- Lavagem e desinfecção de papeleiras;
- Lavagem e desinfecção de contentores.

### **- Gestão Cemiterial**

Durante o período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades:

#### Cemitério St. Condestável

- Inumações 20 - Concessão de terrenos – 5 (1 delas terreno para capela)
- Licenças de construção – 6

#### Cemitério Toural

- Inumações – 13
- Licenças de construção – 0 – Averbamentos – 3

### 3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

#### Promoção Económica

- A Vila de Izeda acolheu a **22.ª edição da Feira do Folar e do Azeite**, um dos mais antigos certames da região, que visa promover os produtos regionais e dinamizar a economia local. O evento contou, este ano, com 31 expositores, vários dos quais dedicados ao característico “folar de Izeda”, o produto mais comercializado do certame.
- Foi lançado o concurso para a concessão da exploração dos dois quiosques do Polis, nomeadamente do Quiosque do Rio Fervença e do Quiosque da Capela do Divino Senhor da Piedade;
- Foi lançado o concurso para o exercício da atividade de Prestação de Serviços de Restauração ou Bebidas com caráter não sedentário, de um lugar com 20m<sup>2</sup>, na Rua Prof. Dr. António Gonçalves Rodrigues.

#### Turismo

- Bragança marcou presença na **BTL**, integrada no stand da CIM-TTM. Durante os cinco dias deste evento destinado a profissionais do turismo e público em geral, o Município de Bragança apresentou o território a diversos operadores turísticos e desenvolveu várias iniciativas de divulgação e promoção dos recursos endógenos, nomeadamente o mel, a castanha, o fumeiro e o azeite. Destaque, ainda, para a promoção e divulgação da Feira das Cantarinhas, tendo-se desenvolvido ações de dinamização do público, através da pintura de cantarinhãs.

#### Logística e Mobilidade

- Nos meses de fevereiro e março de 2024, verificaram-se um total de **564 movimentos de aeronaves** (246 + 318, respetivamente).

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão, a aeronave efetuou, no mesmo período, 86 movimentos (46 + 40, respetivamente), tendo embarcado 173 passageiros (116 + 57, respetivamente) desembarcado 166 passageiros (95 + 71, respetivamente), num total de 339 passageiros (- 44 passageiros em relação ao período homologado de 2023, ou seja - 11,5%).

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão, a aeronave efetuou 902 movimentos, tendo embarcado 1.817 passageiros e desembarcado 1.808 passageiros, num total de 3.625 passageiros (- 455 passageiros em relação ao período homologado de 2021, ou seja -11%).

### 4. Reabilitação Urbana

#### Obras

##### Serviço de empreitadas

- Neste período, **foram abertos seis concursos** no valor de 184 830,75€ + IVA, destacando-se a reabilitação da cobertura de edifício de habitação na rua São Francisco em Bragança (30 000€); melhorias das coberturas dos recintos das Escolas EB 1 das

Beatas e Campo Redondo (25 638,75€); execução de estruturas de contenção e drenagem (44 324€); beneficiação e instalação de equipamentos e sistemas elétricos na Domus Municipalis (25 750€); beneficiação e melhoria térmica do Jardim de Infância de Gimonde (35 000€) e ampliação da rede de saneamento ao longo da EN 217 – Samil (24 118€).

- Foram, entretanto, **adjudicadas as seguintes obras**, no montante de 306 025,17€ + IVA: beneficiação e melhoria térmica do Jardim de Infância de Gimonde (34 445,01€); ampliação da rede de saneamento ao longo da EN 217 – Samil (24 118€); serviços externos de segurança e saúde no trabalho (89 600,16€); elaboração de projeto de execução da circular interna de Bragança - Quinta do Rei à rua Brigadeiro Figueiredo Sarmiento (37 500€); concessão de exploração e utilização do complexo recreativo e desportivo do loteamento de S. Tiago (144 480€); elaboração de projetos de execução para reabilitação da Escola Básica Paulo Quintela, Escola Básica e Secundária Miguel Torga e Residência para estudantes Calouste Gulbenkian Lote 1 – (77 000€); elaboração de projetos de execução para reabilitação da Escola Básica Paulo Quintela, Escola Básica e Secundária Miguel Torga e Residência para estudantes Calouste Gulbenkian Lote 2 – (66 000€); elaboração de projetos de execução para reabilitação da Escola básica Paulo Quintela, Escola Básica e Secundária Miguel Torga e Residência para estudantes Calouste Gulbenkian Lote 3 – (28 500€).

- Inauguração, a 30 de março, das **obras de requalificação da Ponte sobre o Rio Igrejas**, na aldeia de Varge, importante ponto da ligação rodoviária (EM505) entre a cidade de Bragança e Puebla de Sanábria (Espanha). Uma intervenção do Município de Bragança com um investimento de capitais próprios de mais de 135 mil euros, que contou com a colaboração da União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor.

### **Serviço de Gestão Urbanística e Fiscalização**

- No período de 21 de fevereiro a 15 de abril de 2024, e no conjunto das ações do âmbito da competência desta unidade orgânica, foram submetidos 509 pedidos (+36 que em igual período do ano anterior). Foram apresentados 17 novos pedidos de licenciamento de obras particulares, 6 pedidos de legalização de edificações, 18 aditamentos, 15 comunicações prévias (das quais 6 correspondem a construção de infraestruturas de telecomunicações e as restantes a obras de edificação), 3 pedidos de informação prévia, e 5 pedidos de licenciamento de muros confinantes com via pública. Realça-se que, do conjunto das novas operações sujeitas a controlo prévio, 30% destas ações reportaram-se à cidade de Bragança (dos quais, 0% localizam-se na Zona Histórica I e 4% na Zona Histórica II), e os restantes 70% reportaram-se ao espaço rural, sendo que 91% das ações inserem-se dentro de perímetros urbanos.

-Foram liquidadas as taxas relativas a 19 licenças de construção (-4 que em igual período do ano anterior) e 1 comunicação prévia (-2 que em igual período do ano

anterior), e comunicadas 3 obras finalizadas (-15 que em igual período do ano anterior). Foram emitidas 112 certidões (+11 que em igual período do ano anterior).

- No âmbito do **Sistema de Gestão de Qualidade**, orientado para a satisfação do munícipe, com metas definidas para uma resposta aos prazos definidos pelo RJUE, verifica-se que 83% do conjunto das operações urbanísticas foram analisados num prazo não superior a 30 dias (no ano anterior foram 70%), e que para comunicações prévias obteve-se 89% de respostas num prazo não superior a 7 dias (no ano anterior foram 93%). A média em n.º de dias ficou em 17 dias para licenciamentos (-5 que em no ano anterior) e 4 dias para comunicações prévias (+1 que em igual período do ano anterior).

- No âmbito do **Sistema de Cadastro Simplificado**, entre fevereiro e março do corrente ano, foram georreferenciados 1.470 prédios rústicos ou mistos do concelho de Bragança. Desde a abertura do Balcão Único do Prédio já foram georreferenciados 58.113 prédios.

### **Setor de Águas e Saneamento**

Execução de trabalhos nas redes públicas, como:

- Execução de captações em Sortes, instalação de um depósito de água em Lanção e ampliação da rede de água em Santa Comba de Rossas”. Valor da adjudicação: 144.746,00€ + IVA;

- Fornecimento e instalação de um hidropressor em Fontes Barrosas. Investimento: 44.640,00€ + IVA;

- Substituição do coletor de águas pluviais na ligação entre a rua José Reboredo e a Alameda Santa Apolónia. Investimento: 11.850,00€ + IVA;

- Reparação de fuga de água na nova Zona Industrial das Cantarias;

- Alteração de condutas de água, que passavam dentro de um lote, em São Pedro de Serracenos;

- Execução de uma rede de água para a instalação de contadores para as vendas ambulantes e festas no Parque Eixo Atlântico;

- Instalação de válvula de retenção na rede das águas residuais domésticas, Rua da Cerâmica;

- Ampliação de rede de abastecimento de água e rede de águas residuais na Rua Doutor Pedro Campilho;

- Em fevereiro e março, foram efetuados 47 contratos novos, 197 mudanças de nome, 71 substituições de contadores, 25 reparações de ruturas, 3 reparações em edifícios, trabalhos de limpeza de 183 fossas e cisternas e 18 desobstruções de coletores.

### **Serviço de Eletromecânica**

- Manutenção preventiva dos elevadores do património municipal: 2.597,76€;

- Instalação de unidades de ar condicionado na antiga sede da Junta de Freguesia de Santa Maria (serviços SAAS) e Escola Primária de Santa Comba de Rossas: 4.960€;

- Reparações em equipamentos de cozinha e cantinas das escolas do 1.º Ciclo e Residência Calouste Gulbenkian: 959€;
- Elaboração do Plano de Ação contra a bactéria Legionella: 1.750€;
- Reparação da box de distribuição das unidades interiores de ar condicionado do Centro de Fotografia Georges Dussaud: 293€.

### **Serviço Municipal Proteção Civil**

- Apoio na ocorrência, queda de habitações devolutas e revestimentos das fachas de edifícios;
- Apoio à DPIU na identificação e vistoria de edifícios devolutos em risco eminente de queda, total ou parcial, e execução dos respetivos relatórios;
- Apoio à Divisão da Ação Social e Saúde, no alojamento de pessoas sem abrigo, no quartel dos BVB,
- Limpeza do acampamento de Etnia Cigana no Bairro dos Formarigos;
- Articulação, com o Comando Sub-regional TTM e Bombeiros do Concelho, nas ocorrências e presença nas mesmas, sempre que solicitado, com elaboração de relatório, acidentes, fogos rurais, fogos urbanos, entre outros;
- Colocação de gradeamento de proteção e sinalização nos edifícios devolutos identificados com risco de queda, com informação à DU;
- Apoio técnico ao serviço da Carreira Aérea de serviço público, Bragança/Portimão, de acordo com as diretrizes da ANAC;
- Análise diária dos relatórios diários (2 relatórios por dia) emitidos pelo SBLSCI, com reporte ao Diretor do Aeródromo de todas as anomalias;
- Monitorização, verificação e validação, mensal, das faturas emitidas pelos Bombeiros de Bragança e Izeda, relativas aos vencimentos, segurança social e seguros das equipas EIP e GIPE, bem como validação de todas as atividades no âmbito do protocolo anual;
- Preparação dos documentos para efetuar os pedidos de pagamento dos trabalhos efetuados;
- Preparação de procedimentos com vista à aquisição de bens e equipamentos;
- Apoio à coordenação do Balcão eBUPI e preparação, com a DU, do procedimento de Concurso Público para o balcão Bupi até 2026.
- Preparação e apoio na elaboração dos Panos de Coordenação dos eventos, nomeadamente no apoio às atividades da Associação Académica;
- Análise, semanal, da meteorologia com comunicação às chefias no âmbito dos eventos realizados;
- Participação na 6.ª assembleia Geral da Associação Adapt.Local em Coruche, com a participação do Presidente da Câmara Municipal de Bragança;

### **GTF - Gabinete Técnico Florestal**

- Participação nas reuniões, em substituição do Presidente da Câmara Municipal de Bragança, da Conferência Procedimental das Operações Integradas da gestão da Paisagem (OIGP) das ZIF's de Carragosa, Pinela e Baixa Lombada;
- Apoio aos técnicos da DU na análise do condicionamento da edificação fora das áreas prioritárias de prevenção e segurança, no âmbito do art. 61º do decreto-Lei 82/2021, na sua atual redação, com vista à emissão de pareceres;
- Acompanhamento do processo das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e das Operações Integradas de gestão da paisagem (OIGP) das nas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) de Carragosa, Baixa Lombada e Sra. do Aviso;
- Reunião com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) do Comando Territorial de Bragança, no âmbito da “Campanha Floresta Segura 2024”;
- Participação nas Reuniões de Trabalho no Plano Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais, com vista à aprovação das ações;
- Elaboração do Plano Operacional Municipal (POM) 2024;
- Preparação da Reunião da CMGIFR, com vista à aprovação do POM e do condicionamento da edificação fora das áreas prioritárias de prevenção e segurança, no âmbito do art. 61º do decreto-Lei 82/2021, na sua atual redação;
- Atualização dos Oficiais de Segurança do Programa “Aldeia Segura Pessoas Seguras” e posterior envio à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

### **5. Outras informações**

- A Cripta da Catedral de Bragança acolheu, no dia 27 de fevereiro, a **3.ª edição do Fórum Grupo de Emergências e Catástrofes**. Uma iniciativa promovida pela Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda, que promoveu a troca de experiências e o reforço das redes de cooperação entre as diversas entidades com responsabilidades na gestão de situações de crise e emergência na região de Bragança.
- O Município de Bragança voltou a associar-se a causas sociais ao iluminar o Castelo de Bragança de verde (no **Dia Mundial das Doenças Raras**) e de azul (Abril, **mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância**).
- O Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier marcou presença, no dia 6 de março, na Sessão Comemorativa do **148.º aniversário do Comando Distrital de Bragança da Polícia de Segurança Pública (PSP)**, que se realizou no Centro Cultural de Mirandela.
- Bragança acolheu, no dia 21 de março, no âmbito do trabalho "**Preparar as Regiões para as Mudanças Demográficas**", uma delegação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com vista a debater os desafios e oportunidades relacionados com o “desenvolvimento demográfico inteligente e sustentável da região.

- Bragança foi o local escolhido para, nos dias 22 e 23 de março, acolher as reuniões do Conselho Diretivo e do Conselho Geral da Associação Nacional de Freguesias (**ANAFRE**).
- Cruz Vermelha de Bragança inaugurou Academia e celebrou protocolos de cooperação, no dia 4 de abril.
- Bragança acolheu, no dia 15 de abril, a **conferência “Desafios e Oportunidades - As Empresas e os Contabilistas como Parceiros Estratégicos”**, promovida pela Ordem dos Contabilistas Certificados, em parceria com a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança (ACISB) e a Associação Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA).
- O programa comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril terá o seu “ponto alto” no dia 25 de abril, com um conjunto de iniciativas, entre as quais a realização do Passeio pela Liberdade [Percurso realizado em 27 de abril de 1974, data em que aconteceu a primeira manifestação popular organizada, de apoio ao MFA, na cidade, que iniciou e terminou na Praça da Sé, mas que teve o seu ponto alto na escadaria do BC3 (atual entrada dos Órgãos da Autarquia). Passeio acompanhado pela Banda Filarmónica de Bragança], inauguração do “Mural de Liberdade” - Projeto Ruído, a Sessão Evocativa, a inauguração do “Passeio da Liberdade” e do Centro de Convívio de Alimonde. Terminou com o Concerto “Canções de Abril” com Bandas Locais “Red House”, “Banda Jota”, “Zé do Chapéu”, “Otávio” e “SKA”.

Município de Bragança, 22 de abril de 2024

O Presidente da Câmara Municipal,  
*Paulo Jorge Almendra Xavier*”.

O Sr. **Presidente da Câmara** completou a informação escrita relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída aos senhores membros da Assembleia Municipal, através de apresentação em “powerpoint”.





Estado e  
Vida do Município

Relacionamento com os Municípios



### Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril



Passeio pela liberdade, acompanhado pela Banda Filarmónica de Bragança

3

### Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril



4 Içar da Bandeira Nacional, ao som do Hino Nacional tocado pela Banda Filarmónica de Bragança

### Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril



5 Inauguração do "Mural da Liberdade"

A propósito das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, referiu que considerava ter existido um elevado nível de comemorações e que, no seu todo, desde o dia 15 de abril até ao final de junho, se continuava a comemorar Abril. Acrescentou, ainda, que haviam envolvido toda a comunidade Brigantina, por isso Bragança merecia felicitações.

### Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril



Inauguração do "Passeio da Liberdade"

7

7

### Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril



Sessão Evocativa – 50 anos do 25 de abril

6

### Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril



Inauguração do Centro Convívio de Alimonde

8

8

### Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril



Concerto “Canções de Abril” – Praça da Sé

9

9

### Balcão Único de Atendimento



De 1 de fevereiro a 31 de março, efetuaram-se 4 771 atendimentos presenciais.

10

### Receita e despesa

- Orçamento corrigido apresenta dotações de montante de 76.666.109,11€ e é composto por 43.228.424€ de **receitas correntes** e 47.662.309,11€ de **despesas correntes**.
- Taxa de execução de receita de 43,43%, com valores cobrados na ordem dos 33,3 milhões €. Face ao período homólogo de 2023: aumento da receita arrecadada de 18,52%, ou seja 10,9 milhões€.
- Orçamento de despesa – 2024: pagamentos de 9,78 milhões de euros e uma taxa de execução de 12,75%, o que demonstra um acréscimo, relativamente ao apurado no período homólogo para o ano 2023, de despesa paga em 23,65%.

11

**“Parlamento dos Jovens”**



+ 100 alunos, de 13 escolas do Distrito, com o objetivo de desenvolver o interesse pela discussão política e social e pelo processo democrático participativo.

12

**Dia Mundial da Árvore e Dia Mundial da Poesia**



Com a participação de 1 100 crianças dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico de escolas públicas e privadas do Concelho e 28 utentes da ASCUDT.

13

Encontro Nacional de Alunos de Educação Moral e Religiosa  
Católica



+ 3 mil estudantes em Bragança para o 12.º Encontro Nacional de Alunos de Educação Moral e Religiosa Católica do Ensino Secundário.

14

Exposições – Centro de Arte Contemporânea Graça  
Morais



“Júlio Pomar: Coleção Atelier-  
Museu”

“Graça Morais. Os Rituais do  
Silêncio”

15

Exposições – Centro Cultural Municipal Adriano  
Moreira



“A Pedalar pela Fronteira... Em  
Aquarelas”

“XIV Bienal de Pintura do Eixo  
Atlântico 2023-24”

16

Exposições – Centro de Fotografia Georges Dussaud



“Veneza: máscaras de sedução”, de  
Manuela Matos Monteiro e João  
Lafuente

“À Força do Arado, Trás-os-Montes  
na década de 1980”, de Georges  
Dussaud e Eduardo Perez Sanchez

17

Exposições – Centro de Fotografia Georges Dussaud



"Veneza: máscaras de sedução", de  
Manuela Matos Monteiro e João  
Lafuente

"À Força do Arado, Trás-os-Montes  
na década de 1980", de Georges  
Dussaud e Eduardo Perez Sanchez

17

Exposições - Museu Ibérico da Máscara e do Traje



"Pelos Mãos D' Elas", de Sofia Pombares e Sandrina Fernandes

19

### Biblioteca Municipal



“Sábados de Encantar”, nos dias 17 de fevereiro e 23 de março.

20

### Passeios Pedestres



420 pessoas participaram em 4 caminhadas, que se realizaram em São Julião de Palácios, Donai, Rebordainhos e Nogueira.

21

### Seleções de voleibol de Portugal e Espanha



Bragança acolheu 2 jogos amigáveis entre as seleções femininas de voleibol Sub-20 de Portugal e Espanha.

22

### Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo



Município de Bragança apoia, com cerca de 275 mil euros, 26 associações desportivas do concelho, beneficiando 1.643 atletas federados e 983 não federados.

23

**Formação “Doping e a Importância da Verdade Desportiva”**



11.março: Ação de formação destinou-se à comunidade desportiva local.

24

**Contratos de apoio ao arrendamento**



7.março: 107 contratos de apoio ao arrendamento para habitação no valor total anual de 119.750€.

25

### 22.ª Feira do Folar e do Azeite



31 expositores da região marcaram presença no certame

26

### Aeródromo Municipal



Fevereiro e março: um total de 564 movimentos de aeronaves.

#### 4. Reabilitação Urbana - Obras -



Abertos 6 concursos no valor de 195.920,60€

- Reabilitação da cobertura de edifício na rua São Francisco
- Melhorias das coberturas dos recintos das Escolas de Ensino Básico das Beatas e Campo Redondo
- Execução de estruturas de contenção e drenagem
- Beneficiação e instalação de equipamentos e sistemas elétricos da Domus Municipalis
- Beneficiação e melhoria térmica do Jardim de Infância de Gimonde

28

#### 4. Reabilitação Urbana - Obras -



Adjudicadas obras no valor de 324.386,68€

- Beneficiação e melhoria térmica do Jardim de Infância de Gimonde
- Serviços externos de segurança e saúde no trabalho
- Elaboração de projeto de execução da circular interna de Bragança - Quinta do Rei
- Concessão de exploração e utilização do complexo recreativo e desportivo do loteamento de S. Tiago
- Elaboração de projetos de execução para reabilitação da Escola Básica Paulo Quintela, Escola Básica e Secundária Miguel Torga e Residência para estudantes Calouste Gulbenkian - Lote 1/Lote 2/Lote 3

29



Ampliação da rede de saneamento ao longo da EN 217 – Samil

30

**Ponte sobre o Rio Igrejas**



Inauguração das obras de requalificação da Ponte sobre o Rio Igrejas, em Varge. Investimento superior a 135 mil €.

31

**Execução de diversos trabalhos nas redes públicas**



Captações em Sortes, instalação de depósito de água em Lanção e ampliação da rede de água em Santa Comba de Rossas. Valor da adjudicação: 144.746€

32

**Execução de diversos trabalhos nas redes públicas**



Execução de uma rede de água para a instalação de contadores para as vendas ambulantes e festas no Parque Eixo Atlântico

33



34



35

### Castelo iluminado por uma boa causa



O Município de Bragança assinalou o Dia Mundial das Doenças Raras e o mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, iluminando o Castelo de verde e de azul

36

### 148.º aniversário do Comando Distrital de Bragança da PSP



6.março: Sessão comemorativa realizou-se no Centro Cultural de Mirandela

37

### OCDE em Bragança



21.mar: Bragança acolheu, no âmbito do trabalho "Preparar as Regiões para as Mudanças Demográficas", uma delegação da OCDE.

38

### Reunião ANAFRE



22 e 23.mar: Bragança acolheu as reuniões do Conselho Diretivo e do Conselho Geral da Associação Nacional de Freguesias

39

### Cruz Vermelha Portuguesa de Bragança (CVP)



4.abril: CVP de Bragança inaugurou Academia da Delegação e celebrou protocolos de cooperação

40

### Ordem dos Contabilistas Certificados promove conferência



15.abril: Conferência “Desafios e Oportunidades - As Empresas e os Contabilistas como Parceiros Estratégicos”

41

João Lourenço



Conquistou primeiro prémio do concurso de fotografia promovido pela Fundação da Caixa de Crédito Agrícola do Alto Douro

42

Grupo Desportivo de Bragança



Clube sagrou-se Campeão Distrital

43

Associação Desportiva de Paredes



Atletas terminam a 1.ª Fase (Série A) da Taça Nacional Feminina  
Promoção em primeiro lugar

44

Escola Arnaldo Pereira



Equipa qualifica-se para a Taça Nacional Sub-15

45



**Solicitaram esclarecimentos** os membros Luís Pires (PS), Fátima Bento (CDU) e Idalina Brito (PS).

**Luís Pires** – Começou por relembrar a questão dos parques infantis, na zona da Braguinha, dizendo que o chão de alguns se encontrava completamente degradado e que, atendendo que havia passado um ano desde que havia abordado o assunto na Assembleia Municipal, considerava que o problema deveria ter sido ultrapassado.

Relativamente às ciclovias, referiu que havia tido conhecimento de alguns problemas e acidentes, com algumas pessoas de idade, resultantes da degradação das laterais, em madeira, das ciclovias, que, com o tempo, levantavam e que, por isso, careciam de manutenção.

Informou, ainda, que, também na zona da Trajinha, existiam zonas, no chão, à saída dos escorregas, que apresentavam problemas.

Relativamente à ciclovia da Sá Carneiro, questionou se a mesma iria avançar e se, atendendo a que os “fundos” haviam sido atribuídos com base na existência de uma ciclovia, não se poderia estar a incorrer num problema de utilização de “fundos” para algo que, depois, não existia. Acrescentou que, de momento não havia qualquer sinalização vertical relativa à mesma e que, no chão, não se via, pois, com o passar do tempo, a cor que marcava a ciclovia fora desaparecendo, parecendo um passeio único, o que levaria a constrangimentos, caso alguém a usasse.

Relativamente às Xispas, informou que, há cerca de dois meses e até há pouco tempo, a aplicação não funcionava, através do QR Code.

Abordando o tema da habitação, referiu que algumas cidades haviam feito programas de reabilitação, não só para as pessoas com dificuldades, mas também para a classe média. Assim, a este respeito, questionou o que pensava Bragança sobre o

apoio nesse campo à classe média, no intuito de trazer outro tipo de população para a cidade e de a fazer crescer, criando condições para que fosse mais confortável.

Por fim, e relativamente às casas de banho existentes no Parque do Eixo Atlântico, referiu que, havendo eventos, deveria existir uma maior frequência na limpeza das mesmas e que, atendendo à grandeza do espaço e à capacidade instalada ser reduzida, se deveria pensar na ampliação das mesmas.

**Fátima Bento** – Relativamente à informação constante da página dezanove do Estado e Vida do Município, quanto à atuação concertada junto de grupos de população mais vulneráveis, e no âmbito da estratégia nacional para a integração de pessoas sem abrigo, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara mais elementos sobre a forma como era efetuado o acompanhamento das pessoas sem abrigo.

Questionou, ainda, qual havia sido a evolução relativamente às situações de vulnerabilidade social e terminou informando, pois não sabia se já era do conhecimento dos Serviços do Município, que três pessoas estariam a dormir na rua, junto às bombas da Repsol, e questionou de que forma seria acompanhada a situação.

**Idalina Brito** – Fez o pedido de esclarecimentos, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“1.º Face à recente inauguração do Passeio da Liberdade e sua zona envolvente, urge agora intervir nas áreas e serviços já existentes, a fim de tornarem aquele espaço urbano mais atrativo e a ser utilizado por todos os cidadãos. Assim, perguntamos, para quando a recuperação do seu dinamismo e nova visibilidade da Estação de Camionagem, uma vez que se encontra em quase estado de degradação e abandono: os quadros eletrónicos das partidas e chegadas dos autocarros não funcionam, há bancos de espera para os passageiros danificados, tapetes deteriorados ou inexistentes no respetivo lugar, vasos de plantas e flores sem plantas e flores, o chão é quase negro de tanta sujidade ou de materiais inadequados para o seu uso intensivo, imperando em toda a área algum desleixo, falta de higiene e atratividade e até a inexistência de um lugar de venda de jornais e revistas, outrora existente?”

2.º Relativamente à Igreja de S. Francisco, que decisão já tomou a Câmara Municipal sobre o seu destino ou destinos? O mesmo, encontrando-se fechado e sofrendo as consequências climáticas, está em completo abandono e degradação com as paredes da igreja e muros de vedação envelhecidos e danificados e o telhado com telhas partidas, deduzindo-se que haja infiltrações de água para o seu interior?

3.º Quanto à escadaria do Santuário de S. Bartolomeu, para quando o início das obras já aprovadas, bem assim a realização de um projeto de arranjo da Capela e de toda a zona envolvente até à escultura de S. Bento, cuja vista panorâmica da cidade é deslumbrante, mas cujos acessos em terra batida e pedregulhos são do 3.º mundo e nada dignos de uma cidade de média dimensão e capital de distrito?

4.º Por último, e não menos importante, e, sendo para mim, muito importante e desejado, porque me é mais caro, a construção de um monumento às Mulheres Lavadeiras de Alfaião, que aqui já foi apresentado algumas vezes, quer por membros do PS quer do PSD, e que, passado todo este tempo, continua na nuvem do desejo ou a criar raízes na erva da rotunda que dá acesso à aldeia de Alfaião?”.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados e, começando pelas questões levantadas pelo Líder do Grupo Municipal do PS, Luís Pires, disse que, efetivamente, existia um parque infantil em concreto que necessitava de remodelação e que o Município, ainda no ano corrente, iria proceder à sua requalificação, ou retirando tudo e colocando um chão novo ou requalificando-o.

Quanto às ciclovias, referiu que a manutenção era constante, mas que o Município iria estar atento, pois poderia ter que se reforçar, e que registava as preocupações apresentadas.

Relativamente à zona da Trajinha, referiu não ter conhecimento do problema, mas que iria mandar avaliar.

Quanto à ciclovia da avenida Sá Carneiro informou ter informações que funcionava e que, há pouco tempo, haviam sido lavados os pavimentos identificados da respetiva utilização.

No tocante às Xispas, referiu que estavam a funcionar, mas que ficava o registo do que o membro Luís Pires afirmara.

Quanto à habitação para os casais jovens, referiu ser uma preocupação para o Município e que existia o loteamento da Cegonha, com algumas infraestruturas, e também existia um projeto, a que se pretendia dar corpo, até ao final do ano, para poder ser colocado a concurso.

Em resposta à membro Fátima Bento, disse que existia uma preocupação enorme, tanto por parte do Município, como da PSP, da Segurança Social e dos Bombeiros, e que Bragança não tinha casos assinalados de pessoas sem abrigo, mas que poderiam, pontualmente, surgir alguns, aos quais, após alerta, os serviços sociais do Município intervinham rapidamente, pois possuía mecanismos para ultrapassar a questão, não só relativamente às dormidas, como à alimentação.

Reforçou, ainda, a ideia de que em Bragança não havia registo de pessoas sem abrigo, mas que, por vezes, surgiam algumas situações, mas que as pessoas recusavam ajuda e que, nesses casos, só mesmo o Tribunal, é que tem competência para intervir.

Relativamente à intervenção da membro Idalina Brito e quanto ao monumento às lavadeiras de Alfaião, respondeu que esta não deveria desistir do seu propósito. No entanto, referiu que a aludida rotunda não era propriedade do Município de Bragança, pelo que este não poderia intervir na mesma, mas que teria que se abordar o assunto com Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião, para verificar se existiria outro local para colocar o referido monumento.

No tocante à escadaria do São Bartolomeu, referiu que o Município de Bragança estava a trabalhar para, no Portugal 2030, dotar, numa primeira fase, o circuito turístico de mais e melhor mobilidade e, depois, requalificar a escadaria até ao topo e dotá-la de iluminação, realizando um trabalho de qualidade.

Disse, ainda, que existia a intenção, na fase de projeto, de proceder à ligação pedonal do circuito ao castelo.

Relembrou já ter existido um projeto de requalificação do espaço do São Bartolomeu no seu topo, o que poderia entrar numa outra fase, e lembrou que a capela não era património do Município, mas da Diocese de Bragança.

No que dizia respeito à Estação Rodoviária, referiu que o Município iria abrir um procedimento para a sua requalificação, tornando-a mais funcional.

Por fim e relativamente à Igreja de São Francisco, informou que, havia oito dias, tinha estado reunido com a CCDR-N, no Porto, e que estava convencido que o Município iria obter uma boa participação para a reabilitação do imóvel. Todavia, atendendo que o dinheiro não “esticava”, numa primeira fase, poderia ser efetuada determinada recuperação, como do telhado e das paredes, e, posteriormente, uma candidatura para um museu.

**Fizeram intervenção** os membros Luís Fernandes (PS), Maria do Amparo Alves (PSD) e António Malhão (PSD).

**Luís Fernandes** – Após os cumprimentos iniciais, alertou para um ponto de conflito, entre peões e viaturas, na zona do Viaduto, mais concretamente nas passagens laterais, no sentido da avenida Sá Carneiro em direção ao hospital, e também no sentido oposto.

Referiu que, dos dois lados, existiam duas meias passadeiras, e que algumas pessoas tinham tendência, depois de as usarem, de atravessarem a estrada, provocando travagens bruscas das viaturas que transitavam na via.

Assim, referiu que, caso a Câmara considerasse que a situação se deveria manter, se poderia pensar em prolongar o gradeamento, em direção ao hospital, para que as pessoas não tivessem a tendência para atravessar, ou, em alternativa, estudar outra solução, de forma a evitar situações desagradáveis.

**Maria do Amparo Alves** – Fez a sua intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Sr. Presidente

É com um sentido de continuidade e renovação que me dirijo a Vossa Excelência, reconhecendo a importância da sua nomeação para liderar o município de Bragança. A sua ascensão ao cargo, sucedendo a uma figura de destaque que foi chamada a servir um cargo governamental, e aqui dirijo-me a sua Exa., ao Senhor Secretário de Estado, Dr. Hernâni Dias, que é um testemunho da confiança e do respeito

que granjeou durante a sua carreira pública. Desejo-lhe as maiores felicidades e muito sucesso nesta nova etapa.

Sr. Presidente, a responsabilidade que agora recai sobre os seus ombros é imensa, mas não duvido que será um fardo partilhado com a comunidade Bragançana, que confia na sua visão para o futuro. A gestão anterior deixou um legado de progresso, inovação, e é com expectativa que olho para a sua liderança, antevendo a continuação deste trajeto de sucesso.

Bragança encontra-se num momento crucial da sua história, onde o crescimento sustentável e o desenvolvimento equilibrado se apresentam como pilares fundamentais para o futuro. A sua experiência e dedicação serão essenciais na promoção de políticas que assegurem a prosperidade económica, sem descuidar da proteção do nosso valioso património cultural e ambiental.

Encorajam a manutenção de uma governação transparente e participativa, que valorize as opiniões e necessidades de todos os cidadãos. A inclusão social, a educação de qualidade e o apoio ao tecido empresarial local são áreas que acredito que continuarão a beneficiar da sua atenção e empenho.

A sua liderança chega no momento em que o mundo enfrenta desafios sem precedentes, mas também repleto de oportunidades. Com a sua orientação, Bragança poderá não só superar os obstáculos presentes, mas também posicionar-se como exemplo de resiliência e inovação.

Felicito a sua nomeação para a Presidência da Câmara Municipal de Bragança, um cargo de grande responsabilidade e prestígio. Reconheço o seu mérito e competência, bem como o seu compromisso com os valores democráticos e republicanos que orientam a nossa sociedade.

Reafirmo o meu apoio e a minha disposição para colaborar em todas as iniciativas que promovam o bem-estar dos brigantinos e o desenvolvimento do nosso Concelho. Sob a sua Presidência, estou confiante que Bragança continuará a florescer, honrando o seu passado e construindo um futuro promissor para todos.

Desejo-lhe as melhores felicidades e um excelente trabalho a Vossa Exa. e a todos os membros que fazem parte do seu executivo.

Viva Bragança e os Bragantinos!”.

**António Malhão** - Disse que, como fã do desporto e dos clubes da terra, se associava ao Executivo Municipal nos parabéns ao Grupo Desportivo de Bragança, pelo regresso, justo e merecido, ao Campeonato de Portugal, e à equipa feminina da Associação Desportiva de Paredes, pois, no ano em que se comemoravam os 50 anos do 25 de Abril, era bom que, no concelho, existissem senhoras a praticar desporto, e à Escola Arnaldo Pereira, pelo título obtido, a nível nacional, nas camadas jovens.

Disse, ainda, querer fazer uma reflexão conjunta sobre a situação e as dificuldades que os clubes do concelho atravessavam, pois, embora a Câmara Municipal

tivesse distribuído apoios de 274.000 euros aos clubes, considerava ser importante avaliar a ampliação desse apoio.

Acrescentou que, todavia, todos compreendiam que os recursos não eram elásticos, e que, no Município de Bragança, existia um conjunto de prioridades na área social, com o apoio significativo às rendas, em mais de 120.000 euros, ou com as bolsas de estudos, para os jovens estudantes do concelho.

Explicitou que o apoio de 274.000 euros, a distribuir por 26 associações desportivas, 2600 atletas, federados e não federados, 79 equipas, 36 modalidades, resultava em cerca de 10.000 euros por clube, 3.000 euros por modalidade e 100 euros por atleta. Reforçou que, apesar da sensibilidade da Câmara Municipal de Bragança, os clubes precisavam de mais apoios, de forma a ganharem mais capacitação ao nível competitivo e para que o principal clube de Bragança se pudesse afirmar nos campeonatos nacionais.

Por fim, referiu que o apoio não podia ser exclusivamente da Câmara Municipal, mas também dos sócios e do Estado, que deveria apoiar mais o desporto, porque, este era o parente pobre das políticas públicas e que era uma área que não estava na agenda política.

No entanto, concluiu, dizendo que considerava que se tratava de um investimento que, de facto, tinha muito retorno, pois, investir no desporto, era investir na qualidade de vida e no bem-estar físico e mental dos cidadãos.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu às questões que lhe foram colocadas dizendo que o caso de conflito, apresentado pelo membro Luís Fernandes, já havia sido avaliado, mas que não era fácil modificar aquela estrutura e que a colocação de uma passadeira representaria perigo constante, pois os condutores que desciam não tinham visibilidade suficiente. Disse, ainda, que prolongar o gradeamento seria afunilar a estrada e retiraria a possibilidade para quem pretendia virar para o lado direito, antes da rotunda, mas referiu ser uma questão a estudar novamente.

À membro, Maria do Amparo Alves, agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas.

Referindo-se à intervenção do Líder do Grupo Municipal do PSD, António Malhão, disse também considerar que o desporto era fundamental e que, quando, nos apoios, se falava em numerário, era sempre pouco, embora, na sua distribuição, quem tinha mais atletas e, portanto, fomentava mais o desporto, recebia mais, naturalmente.

No entanto, informou que, além do apoio monetário atribuído e que fora referido, havia, ainda, a parte de logística do transporte que também era apoiada pelo Município. E especificando, disse que o gasto com o autocarro do Município de Bragança, todos os fins de semana, rondava, no mínimo, os 1.000 euros por viagem e que este valor não era contabilizado no pacote de financiamento dos contratos-programa.

## **Ponto 4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que ao Ponto 4.2.1 seria aplicada a Grelha D e que, em reunião de Comissão Permanente, havia sido aprovada, por unanimidade, e existência de dois momentos distintos para tratamento das duas propostas, com lugar a pedidos de esclarecimento, intervenção e votações, em separado.

### **Ponto 4.2.1 – Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2023 e Proposta de Aplicação de Resultados**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

#### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

#### **----- «DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2023 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS -----**

-----Pelo Sr. Presidente da Câmara foram presentes, em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2023, previamente distribuídos aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras, preparados de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, e de acordo as instruções emanadas pelo Tribunal de Contas, nomeadamente a Instrução n.º 1/2019-PG, atendendo ao preceituado na alínea m) do n.º 1 do artigo 51.º e do artigo 52.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.-----

-----Os documentos em apreciação, elencados no Anexo A.1 (SNC-AP – Regime Integral), Anexo A.4 (SNC-AP - Documentos genéricos) e Anexo A.5 (SNC-AP – Documentos específicos para a Administração Local), da Instrução n.º 1/2019-PG, do Tribunal de Contas, encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando solicitados. -----

-----O Balanço do ano de 2023 apresenta um ativo líquido no valor de 227.055.987,35 euros, registando o património líquido e o passivo igual montante. A Demonstração de Resultados por Natureza apresenta gastos na ordem dos 46.073.910,65 euros e rendimentos no montante de 44.307.096,51 euros, originando um Resultado Líquido do Período de -1.766.814,14 euros. -----

-----Na Demonstração dos Fluxos de Caixa estão relatados os fluxos de caixa ocorridos durante o período, classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conciliados com os pagamentos e recebimentos orçamentais. Os saldos da gerência (do período anterior e para o período seguinte) encontram-se, igualmente, refletidos. Este mapa, na gerência de 2023, apresenta os seguintes valores:

----- O saldo de caixa e seus equivalentes de caixa no início do período (SGA anterior) ascende a 25.852.537,78 euros, correspondendo 23.407.295,52 euros à execução orçamental e 2.445.242,26 euros a operações de tesouraria;-----

----- Um total de variação de caixa e seus equivalentes, no período, no valor de -653.194,10 euros (-837.110,41 euros orçamentais e 183.916,31 euros de operações de tesouraria), originado pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, investimento e financiamento de 7.593.936,42 euros, -7.560.637,82 euros e -386.492,70 euros, respetivamente; -----

----- O saldo de caixa e seus equivalentes de caixa no final do período de 25.199.343,68 euros e a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo os valores de 22.570.185,11 euros referente à execução orçamental e de 2.629.158,57 euros referente a operações de tesouraria. -----

-----O mapa de Desempenho Orçamental para o ano de 2023 revela uma receita total no valor de 70.014.656,87 euros (com SGA) e uma despesa total no valor de 47.444.471,76 euros, transitando para a gerência seguinte um saldo de 22.570.185,11 euros. -----

----- Proposta:-----

----- 1. Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se aprovelem os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2023 e que sejam submetidos para apreciação e votação da Assembleia Municipal;-----

----- 2. Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de deliberação, que a proposta da aplicação do Resultado Líquido do ano de 2023, constante do Relatório e Contas, no montante de -1.766.814,14 euros, seja transferido, na sua totalidade, para a conta de Resultados Transitados, nos termos das Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – SNC-AP, publicadas pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.-----

**De seguida o Sr. Presidente apresentou o Relatório e Contas 2023 e a mensagem que o integrará:-----**

-----“No contexto macroeconómico, o ano de 2023 foi marcado pela continuação da guerra Rússia-Ucrânia e pelo surgimento de um novo conflito no Médio Oriente, entre

Israel e o Hamas, resultando num aumento da incerteza no panorama geopolítico internacional com impacto nos preços de energia e na confiança dos diferentes agentes económicos.-----

----- Globalmente, 2023 foi um ano dinâmico e desafiante para o Município de Bragança. Continuámos focados em prosseguir a nossa missão, com dedicação, inovação e espírito empreendedor, que tão bem caracteriza esta instituição e os respetivos trabalhadores.-----

----- Diariamente trabalhamos para promover e assegurar as melhores condições de vida à população do nosso território, através da concretização de um conjunto de ações que entendemos inovadoras e inteligentes. Reforçámos o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por forma a alcançar resultados sociais e ambientais concretos.-----

----- Ao nível da gestão, executámos o vastíssimo plano de atividades com rigor, contenção, disciplina, sentido de responsabilidade e transparência, garantindo a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com diminuição gradual do endividamento e pagamento a fornecedores em tempo útil.-----

----- A transição digital e a modernização tecnológica dos serviços municipais continuaram a ser uma das prioridades. Assim, foram desenvolvidas atividades num vasto leque de áreas, nomeadamente: administração de sistemas, segurança da informação, rede de dados, websites, intranet, aplicações de gestão, procedimentos de aquisição e, ainda, a prestação de suporte técnico a todos os utilizadores e serviços da autarquia, incluindo as escolas sob tutela municipal.-----

----- A coesão social é um dos mais importantes pilares da democracia e, nesse sentido, constitui umas das principais preocupações do Executivo Municipal. No decurso do ano de 2023, implementámos um conjunto de medidas sociais, de diferentes naturezas e públicos-alvo e que serão detalhadamente apresentados no presente documento.-----

----- Na cultura, somos uma referência no panorama cultural do nosso país, com variadíssimas iniciativas, que atraem um público cada vez mais esclarecido e exigente. Reforçámos a marca de um território de alta densidade cultural.-----

----- No desporto e juventude foram, igualmente, promovidos vários eventos, de diferentes modalidades, que contribuíram para a construção de um território eclético e mais saudável, mas também dinamizam a economia e promovem o turismo.-----

----- Continuámos a apoiar, de forma muito significativa, o movimento associativo, nomeadamente entidades culturais, humanitárias, recreativas, sociais e desportivas.-----

----- A promoção territorial e turística de Bragança é um objetivo estratégico que prosseguimos todos os dias. Neste âmbito, assinalámos o Dia Mundial do Turismo, com a inauguração do Albergue de Peregrinos de Bragança e promovemos, também, uma ação de (in) formação para agentes da Polícia de Segurança Pública, com vista a reforçar a articulação institucional, bem como a capacitação dos agentes neste domínio.

----- Durante o ano, promovemos importantes eventos que dinamizaram a economia local e criaram relevantes fluxos turísticos, no meio rural e na cidade, com destaque para o festival do Butelo e Casulas & Carnaval dos Caretos, Feira das Cantarinhas e do Artesanato, Festa “Verão Bragança”, Festa da História e, para fechar o ano, o Bragança, Terra Natal e de Sonhos, que atraiu milhares de visitantes ao nosso território.-----

----- Apostados em valorizar e preservar o património gastronómico, a inovação alimentar e em estreitar laços com referências internacionais na área da gastronomia, organizámos o primeiro “Encontro Internacional de Gastronomia – A Arte da Alimentação de Bragança”.-----

----- No que toca aos nossos compromissos ambientais, neste contexto desafiante, continuámos a ser fiéis à nossa missão e a agir com muita responsabilidade.-----

----- Assumimos o compromisso de atingir, gradualmente, a neutralidade carbónica das nossas operações/ações e a promoção de uma mobilidade sustentável. No dia Europeu Sem Carros, apresentámos o renovado sistema de bicicletas partilhadas “XISPA”, com novas estações inteligentes, em pontos estratégicos de utilização e 20 modernas bicicletas elétricas, mantendo a sua utilização gratuita. -----

----- Ao nível financeiro e de modo sintetizado destaque para os seguintes resultados:-----

----- O Município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 98%.-----

----- As receitas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 76% e 102,4%, respetivamente.-----

----- A receita corrente cresceu na globalidade 9,7% (3,5 milhões de euros) face ao ano de 2022.-----

----- Com a despesa paga de 47,4 milhões de euros e taxa de execução de 66,4%, face ao ano 2022, encontra-se acrescida em de 33,0% (11.8 milhões).-----

----- As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 57,4% e 71,1%, respetivamente.-----

----- As despesas realizadas com pessoal, que representam 36,1% das despesas correntes e 25,4% das despesas totais, atingiram cerca de 12 milhões de euros, registando um aumento de 22,1% em relação ao ano de 2022. Para este crescimento revelam, por um lado, os encargos com novas contratações e atualizações salariais, e de forma significativa, os decorrentes do processo de transferência de competências no domínio da educação e ação social para os órgãos municipais.-----

----- É verificado a regra do equilíbrio orçamental apresentando um saldo de 21,6 milhões de euros.-----

----- A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores de 5 dias.--

----- Em 31.12.2023 os financiamentos obtidos provenientes de empréstimos bancários apresentam o valor de 1.407.569,10 euros. Considerando que no ano de 2023 não foram contraídos empréstimos, a dívida apresenta uma redução de 18,79%.-----

----- O cumprimento do limite da dívida, face ao imposto pela lei em vigor, com uma margem disponível por utilizar de 18,7 milhões.-----

-----A afirmação e o sucesso da instituição devem-se, em grande parte, ao envolvimento dos nossos stakeholders: Municípios, Fornecedores, Forças Vivas e, de forma particular os Senhores e Senhoras Presidentes das Juntas/União de Freguesia. A todos o nosso muito obrigado.-----

-----De forma particular, agradecemos a todos os dirigentes e trabalhadores do Município, pelo profissionalismo, rigor, responsabilidade e contínuo esforço em fazer sempre mais e melhor.-----

-----Naturalmente, com confiança, entusiasmo e dedicação permanente, continuaremos empenhados em desenvolver a nossa atividade, criando um ecossistema mais desenvolvido, sustentável e criativo, prosseguido com um trabalho colaborativo e em rede.”-----

**Intervenção dos Srs. Vereadores, João Pinheiro e João Murçós:**-----

-----“Este é um documento técnico que iremos votar favoravelmente. Quanto à mensagem do Sr. Presidente que foi apresentada, já a interpretamos como uma intervenção política.”-----

-----Após a apresentação e intervenção, o Sr. Presidente colocou o assunto à discussão e votação.-----

-----Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de 2023, bem como a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, e nos termos propostos, submeter o Documento de Prestação de Contas do ano de 2023 para apreciação e votação da Assembleia Municipal, bem como, para deliberação, a proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.»-----

-----**Anexo:** Relatório e Contas 2023 (512 páginas).-----

-----Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

-----Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

**II – Anexo: Relatório e Contas 2023.”**

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais, relativamente à proposta, através da seguinte apresentação em “powerpoint”:



Apresentação de Resultados  
2023



- ✓ **Volume de Receita: 71,43 milhões €**
- ✓ **Volume de Despesa: 47,44 milhões €**
- ✓ **Execução do orçamento da receita: 98,00%**
- ✓ **Execução do orçamento da despesa: 66,40%**
- ✓ **Prazo médio de pagamentos: 5 dias**

2

## Apresentação de Resultados 2023



### Evolução das despesas correntes por classificação económica (2021-2023)

Despesas Correntes	2021	2022	2023	Variação	
				2021-2022	2022-2023
Despesas com o pessoal	7 600 312,89	9 859 844,09	12 035 714,50	29,7%	22,1%
Aquisição de bens e serviços	12 068 691,50	13 735 189,31	16 392 403,93	13,8%	19,3%
Juros e outros encargos	65 523,64	57 393,70	60 793,99	-12,4%	5,9%
Transferências correntes	3 214 541,18	3 850 194,91	4 272 144,97	19,8%	11,0%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras despesas correntes	364 412,11	959 023,36	574 806,07	163,2%	-40,1%
<b>Total</b>	<b>23 313 481,32</b>	<b>28 461 645,37</b>	<b>33 335 863,46</b>	<b>22,1%</b>	<b>17,1%</b>

Valores em euros

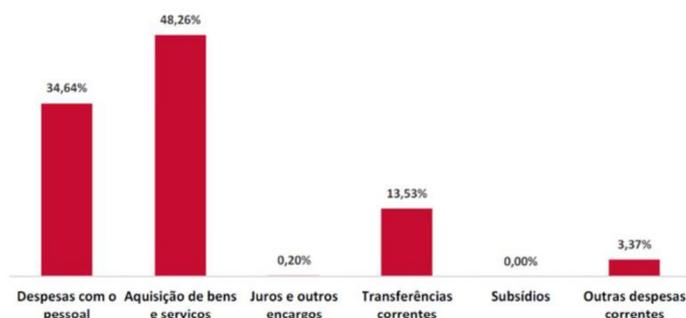
As despesas correntes apresentam, face ao ano de 2022, um acréscimo de 17,1%. Este acréscimo é explicado, principalmente, pelo aumento das despesas inerentes ao exercício das competências na área de educação, com maior impacto nas despesas com pessoal.

3

## Apresentação de Resultados 2023



### Estrutura das despesas correntes (%) no ano de 2023



As despesas com pessoal, correspondem a cerca de 36,1% da despesa corrente e 25,4% da despesa global, registando um aumento de 22,1% em relação ao ano de 2022.

4

## Apresentação de Resultados 2023



### Evolução da despesa segundo a classificação orgânica (2022-2023)

Unidades Orgânicas	Despesa Paga						Variação (2022-2023)		
	2022			2023			Correntes	Capital	Total
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total			
Administração Autárquica	12 004 829,15	1 986 777,59	13 991 606,74	14 226 969,45	2 776 014,74	17 002 984,19	18,5%	39,7%	21,5%
Departamento de Administração Geral e Finança	1 600 834,19	9 714,54	1 610 548,73	1 882 255,34	172 654,30	2 054 909,64	17,6%	1677,3%	27,6%
Departamento de Serviços e Obras Municipais	7 020 233,07	5 062 942,32	12 083 175,39	7 519 292,42	10 915 153,79	18 434 446,21	7,1%	115,6%	52,6%
Divisão de Promoção Económica e Turismo	1 390 760,85	93 211,46	1 483 972,31	1 480 356,26	9 467,02	1 489 823,28	6,4%	-89,8%	0,4%
Departamento de Intervenção Social	6 444 988,11	50 977,57	6 495 965,68	8 226 989,99	235 318,45	8 462 308,44	27,6%	361,6%	30,3%
<b>Total das Despesas</b>	<b>28 461 645,37</b>	<b>7 203 623,48</b>	<b>35 665 268,85</b>	<b>33 335 863,46</b>	<b>14 108 608,30</b>	<b>47 444 471,76</b>	<b>17,1%</b>	<b>95,9%</b>	<b>33,0%</b>

Valores em euros

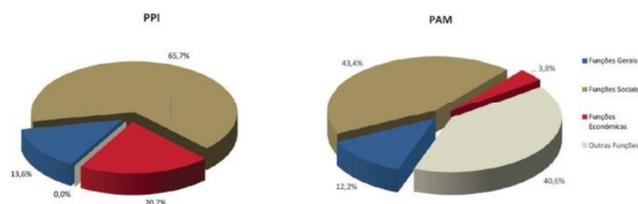
A **Administração Autárquica**, conjuntamente com o **Departamento de Serviços e Obras Municipais**, absorvem **74,69%** da despesa executada em 2023.

5

## Apresentação de Resultados 2023



### Repartição funcional das GOP's no ano de 2023



As **funções sociais e económicas** representam **75,81%** das despesas, absorvendo a maior parte do investimento (12,53 M€).

6

## Apresentação de Resultados 2023



### Dívida total da Autarquia a 31 dezembro 2023

Dívida Total								
Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL /Ent.Part	Dívida total	Dívida total excluindo não orçamentais	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem utilizável	
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*40%	
01/01/2023								
49 527 954	4 985 295	357 258	5 342 554	2 897 311		46 630 642	18 652 257	
31/12/2023								
	5 064 700	351 363	5 416 062	2 786 903		46 741 050	18 696 420	
							Variação da dívida %	-3,81%
							Variação do excesso da dívida %	
							Margem disponível por utilizar	18 762 665

Valores em euros

✓ Em 31.12.2023 os financiamentos obtidos provenientes de empréstimos bancários apresentam o valor de 1.407.569,10 euros. Considerando que no ano de 2023 não foram contraídos empréstimos, a dívida apresenta uma redução de 18,79%.

✓ O cumprimento do limite da dívida, face ao imposto pela lei em vigor, com uma margem disponível por utilizar de 18,7 milhões.

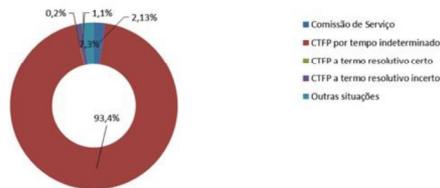
7

## Apresentação de Resultados 2023



### Pessoal ao Serviço (efetivos), segundo o vínculo de emprego público e género

Relação Jurídica	Comissão de Serviço	CTFP por tempo indeterminado	CTFP a termo resolutivo certo	CTFP a termo resolutivo incerto	Outras situações	Total
Homens	10	265	1	1	9	286
Mulheres	4	306	5	7	4	326
Totais	14	571	1	8	13	612



8

Um agradecimento a todos os que, durante o ano de 2023, interagiram com esta grande instituição: Múncipes, Fornecedores, Forças Vivas e, de forma particular os Senhores e Senhoras Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia.

O nosso reconhecimento e agradecimento a todos os dirigentes e trabalhadores do Município, pelo profissionalismo, sentido de compromisso, responsabilidade e o espírito de missão de sempre.

9



Terminada a apresentação do ponto, por parte do Sr. Presidente da Câmara, e **não tendo havido pedidos de esclarecimento, fizeram intervenção os seguintes membros:** Isabel Ribeiro (PSD), Luís Pires (PS) e António Malhão (PSD).

**Isabel Ribeiro** – Fez a sua intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

*“Vou tecer apenas algumas considerações relativamente ao documento de prestação de contas e começo pelo orçamento e execução orçamental, desde logo há*

a registar o saldo de gerência positivo no montante de 2,6 milhões que resultou da diferença do total de recebimentos e do total de pagamentos. De resto, a estabilidade orçamental *nunca esteve em causa*, manteve-se, mesmo havendo um decréscimo do saldo de gerência, relativamente a 2022, de 3,58%.

Em 2023 registou-se um crescimento, quer da despesa quer da receita total, e também um crescimento significativo da despesa e receita de capital relativamente a 2022. No lado das receitas de capital é de destacar a venda de bens e serviços em 80,6% e as transferências de capital em 57,9%. Relativamente às despesas de capital é de registar um significativo aumento de 104,3% na aquisição de bens de capital, *que são aqueles equipamentos que estão à disposição da população e que podem trazer melhor qualidade de vida*.

As taxas de execução registaram valores acima dos valores obtidos em 2022, *embora*, a taxa de execução da despesa *esteja* abaixo da execução da receita (98% para a receita e 66,4% para a despesa).

*Em termos de receitas* e tal como já foi dito, em 2023, foi garantido o equilíbrio orçamental, como estava previsto no n.º 1 do Art.º 40 do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais). Isto é, as receitas são em montante superior às *despesas*. A receita cobrada, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias do *empréstimo de médio/longo prazo*. Além disso, a relação entre receitas próprias e o total de receitas é 60,72%, muito acima do valor de referência, *que são os 50%*, garantindo, assim, a autonomia financeira do município. Ademais, 89,6% da despesa foi financiada com receitas próprias. Em relação à estrutura das receitas, em 2023, à semelhança do que tem vindo acontecer, as receitas correntes tiveram maior peso na receita total e *superaram também* as receitas correntes em 6,7 milhões de euros, respeitando o princípio contabilístico de equilíbrio orçamental. *Registando, então*, um aumento de 9,7% relativamente ao ano de 2022, contabilizando-se em 40.075.495,25 euros.

### **Despesa**

As despesas correntes e as despesas de capital representam 70,26% e 29,74% da despesa total, respetivamente. *Está dentro da média daquilo que se verifica em termos médios a nível nacional*.

A despesa total em 2023 cresceu 33,03% face a 2022, e tal ficou a dever-se ao *aumento e ao* crescimento das despesas correntes, *nomeadamente* os custos com o pessoal *como* resultado da delegação de competências da Educação. As despesas com o pessoal continuam a ter um peso considerável na estrutura de custos da autarquia, 36,1% e 25,4% na despesa corrente e na despesa total, respetivamente, embora, dentro dos valores recomendáveis (abaixo dos 40% da despesa corrente).

As despesas de capital, que representam o *verdadeiro* investimento de longo prazo e, por isso, resultam em melhores condições e aumento da qualidade de vida das populações, foram *aquelas* que registaram *maior* aumento, *ou seja*, o aumento mais expressivo de 95,9%.

De registar um aumento quer dos passivos quer dos ativos financeiros. Em relação aos passivos *houve um aumento* de 0,69%, *muito residual*, e *este aumento esteve associado aos custos de capital alheio de médio/longo prazo*. Também, os ativos financeiros aumentaram já que foi constituído *também* um depósito a prazo no montante de 300.000 euros.

#### **Despesas por unidade orgânica**

Tendo em conta a repartição, sem surpresa, o Departamento de Serviços e Obras Municipais sorve quase 53% da despesa e, com um peso cada vez mais relevante, o Departamento de Intervenção Social com um peso de 30,3% foi o departamento que registou o maior acréscimo da despesa, com um aumento da despesa de capital em 361,6% e da despesa corrente em 27,6%.

De salientar, também, o aumento substancial da despesa no Departamento de Administração Geral e Financeira em 1677,3% face a 2022, que ficou a dever-se, *essencialmente*, ao investimento na compra de equipamentos *de atualização de sistemas informáticos e, portanto, atualização desses equipamentos*.

#### **Grandes Opções do Plano**

Com o registo dos maiores investimentos no plano plurianual de investimentos e das outras despesas no plano de atividades municipais, sobressaem, no primeiro, as funções sociais, com uma despesa executada no montante de *7,9 milhões de euros* e as funções económicas com uma despesa executada de 2.499.588,23 euros, com taxas de execução *também bastante boas* de 52,3% e 56,9%, respetivamente. No segundo, ou seja, no plano de atividades municipais, mais uma vez, se destacam as funções sociais, *elas têm vindo a ganhar terreno*, com uma despesa associada no montante de *1,9 milhões de euros* e uma taxa de execução de 60,2%.

De resto, ficou assegurada a capacidade financeira uma vez que o rácio de cobertura da despesa pela receita foi de 1,49 em 2023.

#### **Análise financeira**

- O valor do património *final de 2023* ronda os 227 milhões de euros, sendo que 187,4 milhões são ativos fixos e 39,6 milhões são ativos correntes.

- Registou-se um aumento do *valor do património*, de 7,3 milhões face a 2022, que, em termos relativos, representou um aumento de 3,32%. O aumento ficou a dever-se, fundamentalmente, ao aumento dos ativos fixos tangíveis como equipamentos ou bens de domínio público.

- Este património foi financiado em 78,56% por fundos próprios e 21,44% por capital alheio. *Estamos bem em termos de autonomia financeira*.

- Os fundos patrimoniais ou capital próprio registou um aumento de 0,83%, comparativamente a 2022, apesar do resultado do período ter sido negativo e no montante de *1,7 milhões de euros*.

- Registou-se um aumento do passivo em 13,59% que ficou a dever-se ao aumento das dívidas a credores e também a fornecedores, apesar de terem diminuído os empréstimos de médio e longo prazo em 23,19%.

- O fundo de maneiio é francamente positivo e no montante de 22.600,64 euros.
- Os capitais permanentes cobrem por completo os investimentos de longo prazo sendo esta relação de 112,06, sinónimo de *grande* estabilidade financeira do município.
- A estrutura de capitais apresenta-se sólida e robusta.

### **Análise económica**

O desempenho económico do município de Bragança é negativo e *vem sendo negativo há 3 anos consecutivos*. Sofreu um agravamento, face a 2022, ainda que residual de 0,78%, o que significa que os rendimentos *não chegam para cobrar todos os gastos e, basicamente, aquilo que mais contribuiu para este resultado negativo foram os gastos em fornecimentos e serviços externos, diria eu, custos relacionados com a energia e, além disso, também contribuíram os custos com o pessoal, tal como já foi dito, que ganharam uma nova dimensão*.

### **Tendo em conta os rácios económicos e financeiros:**

- O município apresenta uma boa autonomia financeira em 78,56% sendo que o valor de referência é de 40%, *portanto está muito acima*, sinal de saúde financeira, boa dotação de fundos próprios e não dependência de credores, destacando a capacidade do Município de se autofinanciar sem necessidade de recorrer a capitais alheios.

- A solvabilidade é de 366,37% (valor de referência > 60%), *isto é o património cobre 366 vezes o passivo, representando, mais uma vez, uma boa capacidade financeira para o cumprimento dos compromissos assumidos a longo prazo*.

- A liquidez é favorável e bastante superior *também* aos valores de referência.

- O endividamento está *também* muito aquém do limite estabelecido por lei. O município apresenta uma margem, *tal como já foi referido hoje*, de 18.762.665 euros.

- Além disso, e tendo em conta os rácios de atividade, o prazo médio de pagamentos é *quase, podemos dizer, pronto pagamento, 4, 5 dias, não é nada*.

- De referir, um aspeto menos positivo, a rentabilidade negativa dos fundos patrimoniais. Ou seja, por cada euro de capital próprio investido, *temos um retorno, no mesmo montante, negativo*. Mas, como *costumo afirmar*, uma autarquia não é uma empresa e, como tal, o bem-estar e os interesses da população estão acima dos *objetivos do lucro*. No entanto, deve haver um esforço adicional para melhorar o desempenho económico por forma a obter um retorno zero, que é isso que interessa, sem registo de perdas.

Mais uma vez, os documentos de prestação de contas apresentados dão conta do rigor na aplicação e gestão dos recursos do Município. É notório o esforço levado a cabo por este executivo na procura de fontes de financiamento para concretizar e implementar projetos em benefício da população de Bragança. Trabalhar com e para a comunidade tem sido o mote deste executivo. Exemplo disso são todas as iniciativas, atividades e projetos implementados no nosso território, tornando Bragança, cada vez mais, acolhedora, moderna e aprazível de se visitar e de viver. Bragança oferece segurança, qualidade de vida, gastronomia, tradição e muita, *mas muita cultura!*”.

**Luís Pires** – Começou por, recuperando a intervenção que havia proferido no Ponto relativo ao Estado e Vida do Município, relativamente ao aumento da capacidade das casas de banho, por afirmar que seria interessante estudar uma solução, para a zona do parque da Braguinha, pois não existiam, nessa zona, casas de banho públicas.

Quanto ao documento em análise, citou Shakespeare, para afirmar que tudo se mantinha igual, considerando que existia uma grande disparidade entre aquilo que fora o caderno de encargos contratado com os brigantinos e o que fora, de facto, executado.

Afirmou que a dinâmica da vida havia ultrapassava aquilo que fora o planeamento e o apresentado aos brigantinos, pelo Executivo camarário, na altura de eleições, e que existiam muitas coisas por fazer e que este facto não era exclusivo deste mandato. Assim, reforçou que havia um conjunto de coisas novas que nem apareciam nos planos nem eram concretizadas.

Acrescentou que, embora o documento apresentado tecnicamente estivesse bem, gostaria que, numa cidade em que se falava de abertura e de inclusão, e face ao peso significativo de votos no PS, nas eleições, que algumas ideias, na proporcionalidade correspondente, propostas pelo PS, e que, mais tarde, eram consideradas positivas e valiosas, para melhorar o estado do Concelho de Bragança, da urbe e também do distrito e da região, fossem acolhidas para executar.

Afirmou, ainda, que, atendendo à autonomia financeira que a Autarquia possuía, considerava que devia existir maior ousadia, no que era proposto, e no que se concretizava.

Reafirmou, igualmente, que considerava que Bragança continuava em alguma monotonia pastosa e que seria necessária uma estrutura mais facilitadora, com um conjunto de abordagens que conseguisse manter uma veia de juventude, de maior dinamismo, maior tecnologia e, também, de acesso a alguma habitação, por parte da classe média, para que algumas famílias se conseguissem fixar.

Considerou, ainda, que era o momento, apesar das duas guerras que se viviam, de dar um salto mais qualitativo, mas que, para isso, era necessário mudar algumas das políticas. Neste contexto, apresentou como exemplo as dificuldades relatadas e sentidas de quem, querendo um terreno para implantar uma empresa, sentia dificuldades, nomeadamente na escolha discricionária do lote pretendido, bem como na demora dos procedimentos necessários.

Disse considerar que, se Bragança quisesse crescer, teria que ultrapassar alguns dos problemas que já havia referido e relacionados com a demografia, com o impacto das condições climatéricas, o impacto da demografia de Juventude e do dinamismo económico para a criação de empresas de vertente tecnológica.

Terminou dizendo que a Câmara Municipal de Bragança há muitos anos que era liderada por governos do PSD e, assim sendo, a culpa não podia ser imputada ao PS e que considerava que estava na altura de se mudar o marasmo que se sentia em Bragança nos últimos anos.

**António Malhão** – Referiu que aquilo que o havia desafiado a usar da palavra fora a última classificação, usada pelo membro Luís Pires, de que Bragança vivia num marasmo.

Acrescentou que, no entanto, o conjunto de atividades que fora comunicado, na informação transmitida pela Câmara Municipal, espelhava uma outra cidade e que todos eram unânimes em reconhecer que Bragança possuía dinamismo, era uma cidade diferenciadora e, como afirmara a membro Isabel Ribeiro, tinha um conjunto de iniciativas grandiosas do melhor que existia no país.

Assim, referiu não entender e não poder concordar com a adjectivação usada pelo membro Luís Pires que, além de negativa, não contribuía para o otimismo e para se puxar Bragança para cima.

Referiu também que existia alguma incoerência, pois os vereadores do PS, no Executivo, haviam aprovado o documento, que era técnico e não político, e que, se, tal como havia afirmado, o documento estava bem elaborado tecnicamente e cumpria os requisitos legais das normas, o Grupo Municipal do PS só tinha que votar favoravelmente.

**De seguida, foram os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2023 submetidos a votação, tendo sido aprovados, por maioria absoluta, com zero votos contra, doze votos de abstenção e cinquenta votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e dois membros presentes.**

**Fez declaração de voto a membro Fátima Bento (CDU)** – “Dizer que a CDU se absteve, como em anos anteriores. Não colocamos obviamente em causa o documento técnico e os resultados que ele apresenta. Mas, para nós, esta é uma posição política, porque este documento, sendo técnico, representa e é o resultado de opções políticas e, portanto, não poderia ser outra a nossa posição, também tendo em conta e enquadrada a votação que normalmente temos e a argumentação que temos em relação ao orçamento.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenções.

**De seguida, não tendo havido discussão, foi a proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023 submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com zero votos contra, doze votos de abstenção e quarenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e oito membros presentes.**

Não houve declarações e voto.

A Sra. **Presidente da Assembleia** informou que seria retomada a Grelha B, até ao final da Ordem de Trabalhos.

#### **Ponto 4.2.2 – Nona Modificação – Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa e Segunda Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **----- «NONA MODIFICAÇÃO – SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA E SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2024-----**

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Administração Financeira:-----

----- “Considerando que,-----

----- 1. As alterações orçamentais encontram-se reguladas no Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);-----

----- 2. O SNC-AP estabelece que as alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial. A alteração orçamental modificativa (anterior conceito de revisão) é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor;-----

----- 3. O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, enquadra no seu ponto 8.3.1 – Modificações ao Orçamento, quais as situações em que as mesmas se executam;-----

----- 4. A abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo do Município, salvo quando resultem de Plano Plurianual legalmente aprovado, nos termos previstos no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua redação atual;-----

-----5. De acordo com o previsto no artigo 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, apenas se pode considerar que um projeto está incluído num plano plurianual legalmente aprovado, quando se encontra observado o seu horizonte temporal e com verba suficiente para acomodar os encargos decorrentes do mesmo, nos anos da sua execução;-----

-----6. Compete à câmara municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões;---

-----7. Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proceder à aprovação da revisão orçamental.-----

-----Face ao exposto, apresenta-se a nona Modificação - Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento e Plano Plurianual Previsional (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais), que se consubstancia no reforço e anulações de igual valor, para o ano de 2025, do montante de 393.000,00 euros.-----

A proposta agora apresentada, de revisão, tem por base:-----

----- O reforço no PPI no projeto n.º 2018/46 – Remodelação e ampliação da rede do Município, para o ano de 2025, em 393.000,00 euros;-----

----- Este reforço tem origem na necessidade de contratação da execução da rede de saneamento localizada em Vilarinho, com o valor base de 695.000,00 euros (acresce o IVA à taxa legal em vigor), distribuídos pelos anos de 2024 e 2025, com 278.000,00 euros e 417.000,00 euros, respetivamente.-----

----- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para deliberação da Assembleia Municipal.”-----

-----Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a nona modificação – segunda alteração modificativa ao orçamento municipal da despesa e segunda alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos para o ano de 2024, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.»-----

-----**Anexos: I - 2.ª Alteração Modificativa da Despesa (1 página); II - 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (1 página).**-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

#### **II – Anexos:**

**I - 2.ª Alteração Modificativa da Despesa (1 página); II - 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (1 página).”**

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção e cinquenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e oito membros presentes.

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.3 – Proposta da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **----- «PROPOSTA DE 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E ATUALIZAÇÃO DO MAPA ANUAL DE RECRUTAMENTOS AUTORIZADOS, PARA O ANO DE 2024-**

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Administração Geral:-----

----- “Considerando que:-----

----- 1. Em reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 04 de dezembro de 2023, e na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 15 de dezembro de 2023, foram aprovadas as Grandes Opções do Plano, Orçamento, o Mapa de Pessoal e o Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2024.-----

----- 2. No Gabinete de Apoio e Relações Externas, no Departamento de Administração Geral e Financeira, e nas Divisões de Administração Financeira, Obras, Educação, Ação Social e Saúde, e Cultura, pretende-se o reforço da equipa existente, visando garantir o cumprimento das obrigações de prestação do serviço público.-----

----- 3. Do universo de todos os trabalhadores constantes do Mapa de Pessoal do Município de Bragança, não existem recursos humanos com perfil de competências associadas à especificidade dos postos de trabalho, para assegurar, cumprir e executar as atividades, de natureza permanente, não sendo possível a reafetação interna de recursos humanos entre unidades orgânicas.-----

----- 4. Se trata de atividades municipais essenciais e permanentes, necessárias para garantir o regular funcionamento das várias Unidades Orgânicas e do Gabinete de Apoio e Relações Externas.-----

----- 5. De acordo com o disposto no artigo 30.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2024, os municípios em situação de saneamento ou de rutura, salvo raras exceções, estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais. Esta condicionante não se aplica ao Município de Bragança.-----

----- 6. De acordo com as regras previstas no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações que sucessivamente lhe foram introduzidas, é aferido o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental, bem como o cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.-----

----- 7. Para cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), para a ocupação dos postos de trabalho a seguir identificados, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, (cabimentos n.ºs 767/2024, 869/2024, 917/2024 e 934/2024).-----

----- 8. O disposto na Circular n.º 4/Dsajal/Daal/NG – que esclarece que o Mapa de Pessoal é alterado, quando se pretende introduzir uma mudança na quantificação, ou caracterização do(s) posto(s) de trabalho, na identificação das atribuições, competências ou atividade por ocupante(s), ou nos respetivo(s) cargo(s) ou carreira(s)/categoria(s).-----

----- 9. A 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e a atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2024, por ocorrer durante a execução do orçamento, fica sujeita a aprovação do órgão deliberativo.-----

----- Proposta:-----

----- Face aos considerandos acima enunciados, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se submeter para deliberação da Exma. Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Exma. Câmara Municipal, a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2024:-----

----- 1. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, área de atividade - Comunicação Social, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para o Gabinete de Apoio e Relações Externas;-----

----- 2. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, área de atividade - Jurista, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para o Departamento de Administração Geral e Financeira;-----

----- 3. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, área de atividade - Administração Autárquica, a preencher com vínculo de

emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Administração Financeira, Departamento de Administração Geral e Financeira;-----

-----4. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, área de atividade - Educação Social, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Educação, Departamento de Intervenção Social;-----

-----5. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, área de atividade - Serviço Social, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Ação Social e Saúde, Departamento de Intervenção Social;-----

-----6. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, área de atividade - Sociologia, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Ação Social e Saúde, Departamento de Intervenção Social;-----

-----7. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, área de atividade - Artes, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Cultura, Departamento de Intervenção Social;-----

-----8. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, área de atividade - Gestão Patrimonial, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Administração Financeira, Departamento de Administração Geral e Financeira;-----

-----9. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, na área de Segurança e Saúde no Trabalho, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Obras, Departamento de Serviços e Obras Municipais;-----

-----10. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Obras, Departamento de Serviços e Obras Municipais;-----

-----11. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, na área Educativa, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Educação, Departamento de Intervenção Social;-----

-----12. A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, área de atividade - Museus, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Cultura, Departamento de Intervenção Social;-----

-----13. A criação de 2 (dois) postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, área de atividade - Auxiliar da Ação Educativa, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Educação, Departamento de Intervenção Social.”-----

-----Após análise e discussão foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal e atualização do Mapa Anual de Recrutamentos

Autorizados, para o ano de 2024, nos termos da informação, bem como submeter à Assembleia Municipal, para deliberação.»-----

----- **Anexo: 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal (5 páginas).**-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

**II – Anexo: 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal (5 páginas).”**

Solicitou **esclarecimentos** a membro **Fátima Bento** (CDU), questionando a razão do recurso recorrente, por parte do Município, à bolsa de reserva de recrutamento, presumindo que esta fosse composta por trabalhadores que, no passado, haviam concorrido a um concurso público e que não haviam sido contratados.

Disse, ainda, que, sendo necessários novos trabalhadores para determinadas vagas, o normal seria abrir concurso e proceder à contratação, com base nos resultados obtidos e que, recorrendo à bolsa de recrutamento, existiria a possibilidade, de algumas das pessoas que a integravam já nem estarem disponíveis à data da contratação efetiva.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao pedido de esclarecimentos solicitados, esclarecendo que o recurso à bolsa de reserva de recrutamento decorria da lei.

Explicou que de um concurso de recrutamento resultava uma lista final, e que, sempre que existisse necessidade de contratação, durante os 18 meses que decorriam da lei, o Município podia recorrer à bolsa para contratar as pessoas que constavam da lista e que não tinham sido contratadas inicialmente.

Finalizou dizendo que eram propostos um total de 14 postos de trabalho.

Não houve pedidos de intervenção.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, cinquenta e quatro membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.4 – Regulamento do Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança – 2.ª Alteração – Conclusão do processo de consulta pública**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município

de Bragança:-----  
----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de março do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Vice-Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, que presidiu à Reunião, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – 2.ª ALTERAÇÃO – Conclusão do processo de consulta pública** -----

----- Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Ação Social e Saúde:-----

----- “Dando cumprimento à deliberação da Câmara Municipal de 27 de novembro de 2023, a proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento do Fundo de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança, foi submetida a consulta pública, conforme Aviso n.º 24793/2023, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 244, de 20 de dezembro, e disponibilizado na página institucional do Município de Bragança em [www.cm-braganca.pt](http://www.cm-braganca.pt), para efeitos de recolha de sugestões, pelo período de 30 dias úteis, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.-----

----- Decorrido o período de 30 dias úteis para recolha de sugestões, cujo prazo terminou no dia 02 de fevereiro de 2024, não foi recebido qualquer contributo com proposta de alteração do Projeto de Regulamento.-----

----- Nestes termos, propõe-se a aprovação da proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento do Fundo de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança, em anexo ao processo e previamente distribuído aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar a 2.ª Alteração ao Regulamento do Fundo de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.»-----

----- **Anexo:** Regulamento Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança – Versão Consolidada (11 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

**II – Anexo:** Regulamento Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança – Versão Consolidada (11 páginas).”

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, informando que esta alteração permitiria três coisas muito importantes.

A primeira, a candidatura além do período inicial, tendo os Serviços do Município a possibilidade de, por existir uma lista de espera, poderem ajudar algumas famílias num período mais alargado.

A segunda afirmou tratar-se da possibilidade de alteração dos cálculos dos escalões, permitindo deduções, em determinados casos, tais como a incapacidade superior a 60% ou o estatuto de vítima, por exemplo, de violência doméstica, desde que verdadeiramente comprovada.

A terceira, a compatibilização do apoio do Estado com o da Câmara Municipal, pois as rendas, no máximo, não podem ser comparticipadas a mais de 75%. Assim, exemplificou com uma renda que, tendo o valor pago na ordem dos 500 euros, o Estado comparticipava 40% ou 50%, cabendo ao Câmara Municipal apoiar entre os 35% ou 25%, nunca superior aos 75%.

Não houve pedidos de esclarecimentos.

**Fizeram intervenção** os membros Fátima Bento (CDU) e João Ortega (PS).

**Fátima Bento** fez a sua intervenção suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“A CDU entende que esta forma de apoio, via apoio ao pagamento do arrendamento disponibilizado por privados, deveria ser excepcional, tal como acontecia anteriormente e, *até me refiro ao primeiro regulamento que na altura foi criado no pós COVID e que nós não fomos contra.*

A falta de habitação para arrendamento é já uma realidade preocupante, assim como os preços praticados muito acima do comportável pela maioria dos Brigantinos, tendo em conta a sua média salarial. E não sabemos até que ponto as rendas elevadas e a falta de oferta não colocam mesmo entraves reais no acesso a estes apoios por parte dos munícipes.

Pelo que para a CDU é urgente a aposta, mais ampla do que previsto pelo município na sua estratégia local de habitação, na criação de mais habitação pública. Entendemos que as situações de emergência estavam já salvaguardadas no quadro anterior e que este regulamento desresponsabiliza o município e o estado (conforme plasmado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa) de criar a habitação pública para dar resposta à procura e às situações de vulnerabilidade habitacional.

Se este fosse um regulamento temporário até à disponibilização de nova e mais habitação social, acompanharíamos - porque não temos dúvidas de que é essencial apoiar as famílias que se vêm obrigadas a recorrer a estes apoios - mas este regulamento é, na nossa avaliação, a normalização e regulamentação do recurso ao

dinheiro público para apoiar uma já clara especulação no arrendamento privado, e reafirmamos que a resposta em casos urgentes e imediatos já estava prevista. Justifica-se por todas estas razões o nosso sentido de voto, em coerência com o que em anos anteriores aqui expressamos.”

**João Ortega** – Referiu trazer uma sugestão e uma reflexão sobre o artigo 16.º, que, no seu ponto um, expressava poder haver suspensão da atribuição do apoio financeiro sempre que existissem fundados indícios da ocorrência de fundamentos para a determinação da cessação de apoios e, no ponto 2, que, não se comprovando, a ocorrência dos fundamentos, era retomada a atribuição do subsídio e se procedia ao pagamento dos valores relativos ao período de suspensão.

Assim, referiu, que, atendendo tratar-se de um apoio a alguém necessitado, considerava ser necessário que primeiro fosse verificado o ponto 2 e, só depois, fosse efetuada a suspensão, pois referiu tratar-se de uma questão de filosofia, em que primeiro se verifica, seriamente, as razões da suspensão e, só depois, é que se suspende.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e cinquenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e nove membros presentes.**

**Fizeram declaração de voto** os membros António Malhão (PSD) e Fátima Bento (CDU).

**António Malhão** – “Naturalmente congratular-me com a aprovação, com uma larga maioria, desta proposta, que é uma proposta nobre, uma boa proposta, que funciona bem, que favoreceu cerca de 100 famílias desfavorecidas, passo a redundância, e com apoio de mais cento e vinte mil euros. Por isso não se compreende como é que a CDU não está ao lado dessas famílias. A CDU, que tanto apregoa o apoio às famílias mais carenciadas e mais desfavorecidas, lamentavelmente, quando pode, de facto, dar mostras que está do lado dessas pessoas, vota contra.”

**Fátima Bento** – “O que nós aqui vimos dizer é que faz sentido este Regulamento, do ponto de vista excecional, e nós, já, em alturas, que concordamos com ele. Só que a perpetuar, ou seja, ele estava previsto anteriormente, em situações excecionais, porque nós sabemos que estas famílias precisam de soluções. Mas também sabemos que a habitação pública é que dá efetiva resposta a todas estas pessoas, porque qualquer pessoa que tente, hoje, procurar uma casa, em Bragança, sabe as dificuldades que tem em encontrar, sabe os preços que têm, e a ser esta a habitação pública dava resposta.

Nós aceitaríamos este Regulamento no sentido de construir essa habitação pública, para dar resposta às necessidades, porque conhecemos a realidade, que são rendas elevadas para os rendimentos que as pessoas têm e falta de oferta. Acho que isto será do conhecimento de todos.

Aqui, dizer que nós, obviamente, apoiamos todas as iniciativas para apoiar situações de vulnerabilidade, entendemos é que esta já estava resolvida anteriormente e que se poderia ter mantido assim, de forma temporária.”

#### **Ponto 4.2.5 – Contrato – Programa com a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark 2024 – Minuta**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«CONTRATO-PROGRAMA COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK 2024 – Minuta** -----

----- **O Sr. Presidente, invocando o regime previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declarou-se impedido de participar na discussão e votação deste assunto e ausentou-se da Reunião, ficando a Sra. Vice-Presidente, Fernanda Silva, a dirigir os trabalhos.** -----

----- Pela Sra. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Assessoria Jurídica e Contencioso:-----

----- “Considerando que o n.º 3 do artigo 59.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL), aditado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, veio instituir a possibilidade de celebração de contratos-programa com associações de direito privado nas quais os municípios participem e exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele regime; -----

----- Considerando que a *Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark*, doravante *Associação*, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos,

constituída por escritura pública, outorgada no dia 29 de outubro de 2008, pelos Municípios de Bragança e de Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto Politécnico de Bragança e Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto;-----

----- Considerando que o Município de Bragança, doravante Município, exerce uma influência dominante na Associação, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do RJAE, em razão da detenção da maioria das unidades de participação (UP) do Fundo Social, que garantirá em qualquer circunstância e a todo o tempo, por imposição do número 2 da Cláusula Quarta do respetivo Regulamento Interno, o que lhe confere a maioria de direitos de voto na Assembleia Geral, nos termos do número 5 do artigo 12.º dos Estatutos; -----

----- Considerando que a Associação tem como objeto a promoção, lançamento e gestão do equipamento público “*Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia*”, que visa contribuir para o desenvolvimento económico da região, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior, conforme estabelece o número 1 do artigo 3.º dos respetivos Estatutos;-----

----- Considerando que o Brigantia Ecopark é um espaço privilegiado para a prestação de serviços de ciência e tecnologia relacionado com economia do conhecimento de elevada qualidade e valor acrescentado e apoio a empresas consolidadas e a empresas incubadas, ambas de base tecnológica, desenvolvendo a sua atividade em três áreas temáticas (Energia, Ambiente e Eco construção, Economia regional), sem prejuízo de outras que possam vir a ser determinantes para o seu desenvolvimento;-----

----- Considerando que o Brigantia Ecopark oferece um serviço de incubação durante o ciclo de vida inicial, para dar apoio a empresas recentes ou empresas desenvolvidas a partir de grupos de investigação, ambas de base tecnológica, estando disponíveis dois programas para incubação: pré incubação com período de curta duração e a incubação com período de média duração;-----

----- Considerando que o Brigantia Ecopark está aberto a pequenas, médias e grandes empresas que pretendam tornar-se mais competitivas, tendo em vista o desenvolvimento de uma comunidade de base tecnológica para sustentar e desenvolver o crescimento económico e social;-----

----- Considerando que o Brigantia Ecopark visa aproveitar os recursos e a envolvente universitária para desenvolver oportunidades de colaboração entre as empresas e as instituições do SCTN, através de projetos de I+D+i, cultivar a excelência e atualizar o conhecimento nas áreas estratégicas, utilizando emprego qualificado;-----

----- Considerando que o Brigantia Ecopark vem assumindo um papel decisivo na dinamização e incremento das atividades de I+D+i, potenciando a criação de conhecimento, a colaboração em redes institucionais (universidades, laboratórios associados e outras entidades do SCTN), o desenvolvimento da atividade de I+D+i nas empresas, a colaboração com pólos de competitividade e grupos especializados, a

realização de encontros de negócios e de troca de ideais, numa conceção multifuncional;-----

----- Considerando que a valorização económica das atividades de I&D em contexto empresarial, a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, o empreendedorismo e a inovação são fatores impulsionadores das dinâmicas positivas imprescindíveis ao desenvolvimento económico e social, local e regional, com especial impacto na criação de mais e melhor emprego, na criação de riqueza e no melhor posicionamento do tecido empresarial local e regional face aos mercados; -----

----- Considerando que constitui atribuição do Município a promoção do desenvolvimento económico e social do Concelho, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

----- Considerando que as atividades desenvolvidas pela *Associação* dão prossecução às atribuições municipais em matéria de promoção do desenvolvimento económico e social local, através da prestação de apoio à instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior;-----

----- Considerando que o Brigantia Ecopark, com exceção, por razões decorrentes da crise energética, do indicador de “*redução dos custos com energia*”, no ano de 2023, cumpriu e excedeu os indicadores de eficiência e de eficácia fixados no Contrato-Programa respetivo, verificando-se, designadamente um crescimento da ocupação de 1,33%, totalizando 76 empresas e cerca 380 colaboradores, 95% qualificados e altamente qualificados e uma taxa de ocupação a rondar os 97,10%; um crescimento de 34% dos empregos nas áreas de engenharia e/ou investigação e um reforço das receitas próprias em 13%; -----

----- Considerando que, para o ano de 2024, se prevê, um acréscimo do orçamento de cerca de € 21.578, relativamente ao orçamentado para 2023, considerando a consolidação do parque conjugada com fatores externos, nomeadamente o aumento dos preços causado pela inflação e ao incremento exponencial dos gastos com energia elétrica; -----

----- Considerando que, neste contexto, apesar do acréscimo acentuado das receitas com o arrendamento/aluguer de espaços/equipamentos, os rendimentos do Brigantia Ecopark são deficitários para fazer face aos gastos, estimando-se, no Plano de Atividades e Orçamento, o montante total das necessidades de financiamento não supridas pelos demais associados em € 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil euros), (cabimento n.º 2024/1024);-----

----- Considerando que, segundo o requerido pela entidade, o apoio a atribuir para suprimento daquelas necessidades de financiamento consubstancia um “*subsídio relacionado com rendimentos*”, tal como definido na Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 22, visto que não cumpre os requisitos para ser classificado como subsídio relacionado com ativos, cuja condição primordial é a de que a “entidade que a

eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir ativos a longo prazo”;

----- Considerando que é necessário dotar a *Associação* dos instrumentos financeiros que lhe permitam fazer face ao défice supracitado, garantindo as condições necessárias para a prossecução da sua atividade, em concretização da política municipal de promoção do desenvolvimento económico e social local;

----- Considerando que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do RJAEL, o contrato-programa deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, o montante do subsídio à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos.

----- Assim, analisado o processo, propõe-se submeter para deliberação da Câmara Municipal a proposta de celebração do Contrato-Programa com a “Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark”, subordinado ao clausulado da Minuta em anexo ao processo e que foi previamente distribuída aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL), conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas as leis na sua redação atual.”

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL), conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- **No final da discussão e votação deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente entrou na Reunião.»**

----- **Anexo:** Minuta do Contrato-Programa entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark para o ano 2024 (44 páginas).

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024.

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

**II – Anexo:** Minuta do Contrato–Programa entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark para o ano 2024 (44 páginas).”

O Sr. **Presidente da Câmara**, antes de fornecer esclarecimentos adicionais à proposta, disse à membro Fátima Bento, relativamente à sua intervenção do ponto anterior, 4.2.4, que era necessário olhar para as novas realidades e que estas não se compadeçam com a filosofia que havia apresentado. Acrescentou que o Município gostaria de construir mais habitação, mas que, de momento, usavam um fator de puxar para cima no momento em que as pessoas necessitavam.

De seguida, através da seguinte apresentação em “powerpoint”, forneceu os esclarecimentos adicionais ao Ponto em análise.

## SUMÁRIO

Em suma, em 31/12/2023, o Brigantia Ecopark encerra o ano com 79 empresas sediadas, o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos, o laboratório colaborativo MORE - Montanhas de Investigação, representando uma taxa de ocupação de 97,24%. Face aos cenários acima referenciados, as empresas sediadas no PCT Brigantia Ecopark contam aproximadamente com 383 colaboradores. Regista-se assim um crescimento de 5,33% face ao ano anterior (2022) no que respeita à instalação de novas empresas no Parque, e 16,76% relativamente ao número de colaboradores a laborar no mesmo.

Salienta-se o rácio acima dos 94,21% referente aos postos de trabalho qualificados ou altamente qualificados existentes no Parque ( $\geq$  Licenciatura), sendo que 75,42% dos quais possuem uma relação direta com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB - 70,34%) e Universidade de Trás-os-Montes (UTAD - 5,08%). Finalmente, impera realçar o volume de negócios das empresas sediadas no parque ultrapassa os 30M€ (trinta milhões de euros) e os mais de 7M€ (Sete milhões de euros) respeitante às remunerações dos seus colaboradores.

No âmbito da prestação de apoio a empresários e empreendedores através do balcão de atendimento integrado - Espaço Empresa+ (IAPMEI), salienta-se, ao longo do ano 2023, o apoio a 206 empresas.

## PROJETOS APROVADOS

### Projeto Interreg - NATURFAB (2023-2026):

O projeto totaliza um montante de **1.077.145,21€**, sendo o corresponde ao Brigantia Ecopark: **51.584,39€** (cofinanciados a 75%).

### Projeto Interreg - DIH SE (2023-2026):

O projeto totaliza um montante de **1.636.823,57€**, sendo o corresponde ao Brigantia Ecopark: **181.642,01€** (cofinanciados a 75%).

### Projeto ERASMUS+ - Masks - (2023-2026)

O projeto totaliza um montante de **1.024.888,00€**, sendo o corresponde ao Brigantia Ecopark: **41.242,00€** (cofinanciados a 75%).

## CANDIDATURAS SUBMETIDAS

- PRR (Aviso - 2023-C16i02-17 - Vales para incubadoras e aceleradoras) no montante de 150.000,00€ (cofinanciado a 100%). Estamos atualmente a aguardar resultado da referida candidatura.

**Submetido em dezembro 2023 e aguardar decisão!**

## CONVITES PARA INTEGRAR CANDIDATURAS - 2024

- **Candidatura SUDOE** (Portugal, Espanha e França) - **Captura CO2 e blockchain**. Reunião com os 9 parceiros em maio 2024;

- Candidatura **SIAC Empreendedorismo / Formação** - UTAD, Régia Douro-Park e Brigantia Ecopark; Reunião maio 2024;



FIGURA 1: Evolução das Empresas Incubadas no Brigantia Ecopark



FIGURA 2: Evolução do Número de Trabalhadores no Brigantia Ecopark

Terminada a apresentação, acrescentou não ter entendido alguns pontos da intervenção proferida pelo membro Luís Pires, no Ponto 4.2.1, pois o Município de Bragança havia realizado um trabalho consolidado e que o Brigantia Ecopark, anteriormente apelidado de “elefante branco”, tinha, atualmente, 400 trabalhadores, qualificados, e que até, ao ano de 2019, o trabalho municipal fora sempre no sentido de dar mais e melhor às empresas.

Assim, disse que, antes da pandemia, no ano de 2020 existiam 1.100 postos de trabalho, num trabalho realizado pelo Município na captação de empresas, e que também se traduzira num gasto de quatro milhões e meio na nova zona industrial, sendo que, atualmente, estavam a laborar 10 empresas, cujo valor de negócio rondava dezassete ponto sete milhões de euros e de quase trezentos postos de trabalho.

Em seguida, questionou se, ao contrário do Município de Bragança, que havia feito o que era possível, o Governo do PS, nos últimos oito anos, fizera algo positivo pelo território de Bragança e pelo interior, nomeadamente em termos de infraestruturas e também pela passagem do aeródromo de Bragança a aeroporto.

E, quanto à ferrovia, questionou, também, se, ao contrário do expectável, o Governo Socialista não teria condicionado Bragança, a nível nacional, com a ligação a Espanha.

Solicitou **esclarecimentos** o membro **Luís Pires** (PS), começando por referir que nunca usara a expressão “elefante branco”, relativamente ao Brigantia Ecopark, atendendo nomeadamente à natureza do seu trabalho no início do projeto.

Disse, ainda, que, e porque havia entendido a abordagem feita pelo Sr. Presidente da Câmara como um pouco pessoal, havia participado, com o anterior

Presidente da Câmara Municipal, Hernâni Dias, em tentativas de fixação de duas empresas, em Bragança, quando ainda não existia o Brigantia Ecopark, e que estas haviam vindo estudar a possibilidade de se fixarem na cidade por conhecimento pessoal do membro Luís Pires.

Acrescentou, também, que, no que tocava ao Brigantia Ecopark, o PS sempre fora a favor e sempre havia trabalhado para que fosse uma realidade e acrescentou que considerava estar na altura de se pensar na construção do Ecopark dois e três, como uma forma de escalar mais e proporcionar mais acolhimentos, no seguimento do que vinha afirmando na Assembleia Municipal.

Relativamente à questão da ferrovia, referiu que se estava a viver um momento em que havia a hipótese de esta voltar a existir em Bragança e que haviam pessoas do PS que estavam a trabalhar para que isso fosse possível e relembrou que não havia sido o PS que retirara a ferrovia de Bragança.

Ainda em relação ao PS, recordou a figura do Eng. José Sócrates para lembrar que, se não fosse ele e o Governo que integrara, atualmente, não havia a mobilidade que existia na região nem no norte do país, e, portanto, referiu que não se podia afirmar que o PS nada tinha feito.

Acrescentou, ainda estar provado que, com o PS no Governo, existiam mais serviços públicos e mais benefícios na região e que, quando estava o PSD no Governo, havia cortes.

O Sr. **Presidente da Câmara** dirigindo-se ao membro Luís Pires disse que, de facto, havia sido pela mão do Cavaco Silva que a ferrovia saíra de Bragança, mas relembrou Mário Soares para dizer que não se havia comprometido nem investido numa linha para Bragança.

E acrescentou que, relativamente aos últimos oito anos, de governos PS, não houvera qualquer investimento na região.

Terminou agradecendo todo o trabalho que o membro Luís Pires tivera, individualmente, para trazer empresas para Bragança e que cabia a cada cidadão fazer esse trabalho.

**Fez intervenção** o membro **António Malhão** (PSD), começando por referir que o Presidente da Câmara havia demonstrado que Bragança tinha projetos de excelência que contrariavam o marasmo de que o Líder do Grupo Municipal do PS falara.

Relativamente ao Brigantia Ecopark, reafirmou que, apesar de o membro Luís Pires nunca se ter insurgido contra esta obra, no passado, a mesma fora muito atacada por alguns dos camaradas daquele membro, designadamente pelo Professor Alfredo Teixeira.

Acrescentou que, atualmente, ninguém duvidava que o investimento do Brigantia Ecopark fora uma aposta ganha do executivo do PSD, então liderado pelo Engenheiro

Jorge Nunes, e continuada pelo Executivo do Dr. Hernâni Dias, o que, certamente, ninguém ousava pôr em causa.

Referiu que se atrevia até a considerar que o Brigantia Ecopark fora uma das principais obras dos 50 anos de democracia do Concelho de Bragança, na perspetiva da criação de emprego e desenvolvimento, embora existissem outras também importantes e com impacto direto no PIB local, como o Instituto Politécnico de Bragança e a Faurécia.

Disse ainda que o Brigantia Ecopark era um projeto estruturante, reprodutivo e que criava auto valor acrescentado e exercia uma missão virtuosa e sustentável e que, assim sendo, todos se podiam congratular por a Câmara Municipal ter lançado essa grande obra.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção e sessenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.**

**Fez declaração de voto o membro Luís Pires (PS):** “Apenas referir que, face ao facto de nós considerarmos este ponto muito importante, por isso é que votamos a favor. Aquilo que gostava de deixar aqui de nota, é que não se deve deixar extrapolar a natureza dos pontos, porque fica aqui a ideia que estamos com uma opinião sobre um ponto, que não é a opinião que nós temos. E, portanto, houve aqui claramente uma intervenção sobre algo que não tem nada a ver com a declaração do Brigantia Ecopark e há aqui alguma confusão que pode ficar e nós gostaríamos que isso não ficasse. E, portanto, vamos tentar cingir e de alguma forma deixar estanque aquilo que é a natureza dos pontos a cada um dos pontos.”

#### **Ponto 4.2.6 – APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias (JF Baçal; JF Santa Comba de Rossas; UF Parada e Fáiide; UF São Julião de Palácios e Deilão; JF Sortes; JF Sendas; JF Salsas)**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro,

Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Considerando que:-----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros, enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, nomeadamente ao nível da mobilidade, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhes estão associadas; -----

----- 8. Nos casos em concreto, que vão ao encontro das necessidades reais da população e que contribui para o desenvolvimento integrado do concelho e para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos cidadãos, propõe-se:-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Baçal** para a realização de obras de melhoria do largo da fonte em Vale de Lamas, no montante de 25.000,00 euros, cabimento n.º 908/2024;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas** para a pavimentação das bermas da Rua do Pinhal, no montante de 54.000,00 euros, cabimento n.º 909/2024;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Parada e Faílde** para a recuperação da fonte da Vila e zona envolvente, em Parada, no montante de 15.000,00 euros, cabimento n.º 910/2024;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão** para a 1.ª fase do arranjo do Largo da Trêmbola, em São Julião, no montante de 97.000,00 euros, cabimento n.º 911/2024;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Sortes** para a pavimentação de várias ruas da Freguesia, no montante de 15.000,00 euros, cabimento n.º 914/2024;---

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Sendas** para a construção de um muro para o alargamento da Rua dos Morais, em Vila Franca, no montante de 55.000,00 euros, cabimento n.º 912/2024; e-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Salsas** para o calcetamento de várias ruas da Freguesia, no montante de 75.000,00 euros, cabimento n.º 913/2024.

-----As despesas enquadram-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2024, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 16/2018 – “Apoio na requalificação das ruas e largos nas aldeias”, estando, em 20.03.2024, com um saldo disponível para cabimento de 386.984,76 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 17.007.468,97 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal.-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»-----

-----Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

-----Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta referindo a importância do trabalho de cooperação entre o Município e as Juntas de Freguesia e o excelente trabalho que estas vinham realizando.

Acrescentou que o Município apoiava as Freguesias, no que era importante, e afirmou que o Concelho de Bragança, estava, atualmente, em termos de coesão territorial, mais fortalecido e que as comunidades também ficavam mais fortalecidas, ao nível das requalificações, infraestruturas, sedes de juntas, centros de convívio.

Disse, ainda, que tal só era possível com a colaboração dos e das Presidentes de Junta de Freguesia, que muito tinham dado às suas localidades, e que o Município, em consonância com o anseio e necessidade das populações, tinha feito aquilo que mereciam.

Referiu, ainda, que considerava que os apoios apresentados na sessão da Assembleia Municipal que se estava a realizar eram bem empregues e que contribuíam para o melhor bem-estar das populações.

Terminou referindo que o trabalho de cooperação, de coesão e de afirmação das freguesias e a parte económica e social eram uma realidade.

Não houve pedidos de esclarecimentos.

**Fizeram intervenção** os membros Fátima Bento (CDU), Luís Fernandes (PS), com duas intervenções, António Malhão (PSD), Telmo Afonso (PUF Sé, Santa Maria e Meixedo) e Luís Carvalho (JF Alfaião).

**Fátima Bento** – Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Encontramos nesta e nas subseqüentes certidões as seguintes frases:

4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça;

5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão;

6. Estas propostas de apoios financeiros enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos;

E depois segue-se

7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhes estão associadas;

*Isto é o que está nas certidões que temos ao nosso dispor.*

Portanto reconhecendo o Sr. Presidente e o seu executivo a importância de apoiar o desenvolvimento das freguesias, *também eu já o disse aqui hoje*, de acordo com critérios de igualdade e justiça, não haveria qualquer razão para não promover estes mesmos princípios na sua metodologia, *e nós já o dissemos aqui inúmeras vezes a nossa questão é com a metodologia*, de apoio às freguesias. Ora à data hoje, *desta Assembleia*, o total dos apoios *trazidos aqui para serem votados* durante este mandato, demonstraram que das 39 freguesias do concelho, *e não estou aqui a subdividir, por assim dizer, por lugar ou aldeia*:

- 6 freguesias, *durante este mandato*, ainda não receberam qualquer apoio desta índole, e nós sabemos, *pois à frente até tenho uma explicação, que o FFF não é*

*suficiente para o desenvolvimento e para os investimentos que as freguesias necessitam.*

- 8 freguesias receberam apoio superior a 100 000€ e que todas as restantes receberam apoios inferiores, e em alguns casos, muito inferiores.

Muitas conjeturas podiam ser feitas face a estes números, mas a CDU vem aqui *novamente* apelar ao espírito democrático da Câmara Municipal, ao respeito pelos valores da Constituição da República Portuguesa, ao respeito pela autonomia financeira das freguesias. Reafirmamos, para as juntas de freguesias conseguirem concretizar uma planificação anual/plurianual do seu desenvolvimento, precisam de saber antecipadamente com o que podem contar, e isso não é possível com este método, porque ele obriga *que* o Presidente da Junta, a arranjar alguém/empresa que lhe faça a obra, lhe passe a fatura, sem que esta seja paga, e *o que eu estou aqui a dizer é que a gente depreende, porque não temos forma de saber, é bom que também seja dito isso*, e que depois fiquem ambos à espera que o município entenda que aquela obra até era necessária, *que pode entender sempre, também não estamos aqui a colocar isso*, para depois poder pagar o serviço prestado à pessoa/empresa.

A autonomia do poder local assenta na capacidade de decisão e de intervenção dos órgãos autárquicos na prossecução dos interesses das respetivas populações, é pelos valores do respeito pelas freguesias e das suas populações, pela exigência de critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça que a CDU aqui continuará a defender que se altere este método, *porque pode continuar a haver apoios extraordinários, não é isso que está em questão, é este apoio que deveria ser anual, para obras que não têm outra forma de serem financiadas*. Estamos certos que é da mais elementar justiça, porque mesmo nestas freguesias que não receberam qualquer apoio e nas quais o Fundo de Financiamento das Freguesias apenas dá para despesas de funcionamento, existem certamente fregueses que também deviam ser munícipes, porque têm esse direito!”

**Luís Fernandes** – Disse que, atendendo a que a Câmara Municipal tinha atualmente o Governo do seu lado, o Presidente de Câmara poderia fazer diligências para alterar a lei autárquica, no que respeitava à relação com as Juntas de Freguesia e o poder autárquico, bem como fazer uma proposta para que, pelo menos no Concelho de Bragança, as Juntas de Freguesia, aquando das eleições para o Município, ficassem todas afetas a quem ganhasse a Câmara.

E justificou o anteriormente dito, recordando que, nos mandatos anteriores, para três ou quatro Juntas, pertencentes à oposição, se havia revelado um sacrifício obter uma transferência extraordinária e que, atualmente, eram milhares os euros transferidos.

Referiu saber estar num tom que não era, em termos jurídicos, possível, mas que era o que lhe ia na alma, o que lhe doía e era a sua mágoa, pois reconhecia que estivera oito anos a prejudicar a União das Freguesias de Izeda, Paradinha Nova e

Calvelhe. Acrescentou que não obtivera o reconhecimento de quem de direito, mas sim uma afronta direta à sua pessoa e aos munícipes que representava.

**António Malhão** – Considerou que se estava a assistir, repetidamente, a uma posição errática e enviesada, por parte Grupo Municipal da CDU, em votar contra os apoios às Juntas de Freguesias e que existia mesmo uma contradição entre aquilo que proferia na intervenção e a votação, à semelhança do que acontecera no ponto relativo ao Regulamento dos apoios às rendas.

Acrescentou que essa prática era, nitidamente, votar contra o desenvolvimento do mundo rural e a qualidade de vida das pessoas, que não se resignavam e resistiam às dificuldades próprias da sua realidade e do seu despovoamento, bem como contra a capacidade de iniciativa, as opções dos Presidentes de Junta e a sua preocupação quotidiana de dotarem as freguesias com as melhores infraestruturas. Disse, ainda, que, atualmente, as freguesias do concelho de Bragança eram, em matéria de infraestruturas, das melhores do país.

Relativamente à intervenção do membro Luís Fernandes referiu que ele teria o seu pensamento sobre a matéria, mas que, já em Sessões anteriores da Assembleia Municipal, fora demonstrado que o Município tinha toda a abertura para, de uma forma abrangente e transversal, apoiar todas as freguesias e que era isso que acontecia.

Referiu que, se assim não fosse, as populações não teriam tido razões para votar no PSD e atribuir-lhe o pleno das Freguesias, considerando, assim, que as freguesias do meio rural sentiam que os executivos do PSD não tinham uma política para o meio urbano e outra para o meio rural. Acrescentou tratar-se de uma política de justiça e de grande preocupação em dotar freguesias do concelho de Bragança com qualidade de vida e com as melhores condições.

Terminou reiterando que não entendia a posição da CDU, porque considerava existir uma metodologia e critérios irrefutáveis, como o da boa política, da justiça, da coesão social e o critério da necessidade da obra.

**Telmo Afonso** – Começou por dizer que tinha tido o gosto de ter sido Presidente de Junta ao mesmo tempo em que o membro Luís Fernandes também fora e que ambos haviam feito parte do Conselho de Coordenação Distrital da ANAFRE.

Acrescentou que o que o membro Luís Fernandes dissera, em relação às freguesias e à União das Freguesias de Izeda, Paradinha Nova e Calvelhe, não era tudo verdade e que o poder totalitário que havia sugerido tinha pouco a ver com a democracia, pois os órgãos das freguesias eram eleitos de forma democrática como os outros órgãos.

Depois, e retrocedendo ao tema abordado na Proposta de Recomendação relativa à saúde mental, solicitou que alguém explicasse qual havia sido o critério usado para que o Conselho Local Saúde de Mental fosse atribuído à gestão do Município de Macedo de Cavaleiros.

Quanto à intervenção da membro Fátima Bento referiu que, contrariamente ao que afirmara, não existiam freguesias que não tivessem recebido verbas do Município de Bragança, no presente mandato ou em outro.

Explicitou que as Juntas de Freguesia tinham verbas, além dos apoios logísticos, de máquinas, técnicos e de procedimentos, e que as verbas a atribuir às Juntas e para as despesas de capital constavam do Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte, reportado à Assembleia Municipal em dezembro. Acrescentou que esses valores eram calculados em reunião e acordo entre os presidentes de Junta e o executivo do Município de Bragança e que, depois, existiam outros apoios, como os que estavam a ser deliberados, e que eram realizados em função das necessidades prementes, na altura, das freguesias.

Acrescentou que, desde que assumira as funções de Presidente de Junta, todas as Freguesias, em todos os mandatos, haviam recebido verbas para as despesas de capital, e reiterou que os apoios que vinham por acréscimo eram em função das necessidades.

Relativamente à União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova e no tempo em que o membro Luís Fernandes fora Presidente de Junta, disse que considerava que fora beneficiada em relação às outras freguesias e exemplificou com o cálculo das verbas recebidas em função do consumo da água.

Disse, ainda, que, em 95%, ou mais, das freguesias, a água fora explorada pelos antepassados e pelas pessoas das aldeias e esse bem era depois cobrado em função do fornecimento à população e que em Izeda nunca faltara a água, pois a Câmara Municipal de Bragança pagava a água para estar em Izeda e, além disso, a União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova recebia em função do fornecimento de água e que, por isso, o Município de Bragança tinha um duplo gasto.

**Luís Carvalho** – Referiu ter-se sentido atingido pelas palavras da membro Fátima Bento do Grupo Municipal da CDU, pois considerava que se tratava de um atestado de incompetência aos Presidentes de Junta, relativamente aos apoios recebidos.

Afirmou que as necessidades das Juntas não eram todas iguais e que, perante o que era dito, parecia que os presidentes de Junta que haviam recebido pouco, trabalhavam menos, quando, possivelmente, na realidade, essas juntas, tinham menos necessidades, pois nem todas precisam de centros de convívio ou de pavilhões nas aldeias, mas que careciam de outras estruturas.

Acrescentou que considerava que se não fosse a parceria de trabalho existente entre os presidentes de junta e a Câmara, muito provavelmente não teria existido, nos últimos 30 anos, o crescimento das aldeias, numa tentativa de combater a sua desertificação, através da criação de infraestruturas, conseguidas com o apoio da Câmara Municipal.

Relativamente à proposta do membro Luís Fernandes, de, no próximo mandato, todas as Juntas serem todas do mesmo partido, considerava que, enquanto candidato a Presidente de Junta da Freguesia, se ele próprio tivesse que assumir algum compromisso, o faria com o candidato à Câmara Municipal do seu partido, neste caso o PSD, mas caso vencesse o PS, o Município teria que ajudar e colaborar, tal como o Município de Bragança sempre fizera.

Finalizou dizendo que a tentativa de passar atestados de incompetência aos Presidentes de Junta e de os dividir, era discurso que não iria atingir os objetivos porque estavam com saúde e força.

**Luís Fernandes** – Afirmou que esperava que os anteriores intervenientes, Telmo Afonso e Luís Carvalho, tivessem percebido que a proposta que havia feito não era séria, mas jocosa e que era lógico que não era democrática.

Quanto à questão da água mencionada pelo membro Telmo Afonso, referiu que a entidade responsável pelo fornecimento de água às freguesias era e continuava a ser a Câmara Municipal e que Paradinha Nova, Calvelhe e Izeda também, anteriormente, haviam feito a exploração da água que tinham, mas que as coisas haviam mudado.

Referiu que, se a Câmara de Bragança pagava a água que colocava em Izeda a Macedo de Cavaleiros, isso era um problema da Câmara, e questionou o porquê de não fazer uma exploração própria ou uma barragem para colocar água em Izeda.

Terminou, referindo que a questão que trazia era outra.

O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra dizer que havia solicitado à membro Fátima Bento, na última Sessão da Assembleia, que tivesse um olhar diferente no sentido de voto para as freguesias.

Acrescentou, ainda, que não eram todos os concelhos que faziam, em termos de apoios às Juntas de Freguesias, o mesmo que o de Bragança fazia, nomeadamente alguns da CDU, e informou que o valor dos contratos, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, rondava os 700.000 euros.

Disse, ainda, que a ANAFRE, quando reunira em Bragança, dera os parabéns ao Município de Bragança, pelos montantes atribuídos às Freguesias, e que, no caso de alguma Freguesia ainda querer fazer obra e tivesse necessidades, o Município corresponderia a esses anseios, conjuntamente e em concordância com os Presidentes de Junta.

Ao membro Luís Fernandes, questionou quantas vezes, enquanto exercera o cargo de Presidente de Junta da Vila de Izeda, tendo solicitado apoio, não lhe havia respondido positivamente, e que tal significava que a Câmara Municipal tinha sempre um olhar atento às necessidades.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de**

**abstenção e sessenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.**

**Fez declaração de voto** a membro **Fátima Bento** (CDU): “Como já não tinha tempo na intervenção, vou fazer a declaração de voto.

Não, não somos contra os presidentes de Junta. Entendemos que o dinheiro que lhes é dado é, certamente, insuficiente. Tanto que até defendemos que a forma como as Juntas de Freguesia são financiadas, centralmente, devia, esse apoio, que eu vim aqui há pouco falar do Fundo de Financiamento das Freguesias, devia ser muito mais do que o que é, para permitir esse investimento e esse desenvolvimento que, neste momento, depende da Câmara Municipal.

Isso acho que, ... o FFF não serve para fazer, para reparar o muro, para fazer a estrada, serve? Depende do valor que recebem. Pronto, que depende dos critérios que quanto mais pequena e menos população tiver... É isso que nós estamos a dizer, que o FFF deveria ser alargado às necessidades efetivas e não critérios que já estão atualmente, e até penso que essa é a opinião da ANAFRE.

Não somos contra, e nós e o nosso voto contra não é que não queremos, porque, também, a CDU tem aqui um eleito, e este eleito entende que a forma como é dado o apoio, ninguém está a dizer que deixe de haver apoios extraordinários.

A questão é, e não é preciso ir muito longe, inúmeros Municípios aqui à volta, para além desses apoios extraordinários, têm um valor anual que permite o mínimo.

E eu por o mínimo quero dizer o quê. A Feira do Cebolo de Alfaião, todos os anos tem que vir aqui essa proposta a pedir esse apoio. Mas não pode, não se sabe já que essa proposta, ou seja, essa Feira vai ser realizada? Não podia estar já previsto anualmente? Qual é a necessidade de vir aqui se é uma despesa que já está prevista, e dou este que é um exemplo muito concreto. Não estou a dizer o muro que cai amanhã. Estou a dizer coisas que já estão programadas.

A nossa proposta é apenas melhorar a forma como as Freguesias podem programar a sua autonomia. O nosso voto continua a ser na tentativa que se melhore a forma como são as Freguesias apoiadas. Podem vir aqui dizer o que entenderem, é o vosso direito, mas esta é nossa posição e não permitimos que a continuem a tentar deturpar”.

**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO** – Após a declaração de voto da membro Fátima Bento, a Sessão teve que ser interrompida, devido a uma falha da corrente elétrica, alheia aos Serviços de Apoio à Assembleia.

**INTERVALO PARA ALMOÇO** – Perante a impossibilidade de se retomarem os trabalhos, quando eram treze horas e vinte e seis minutos, foi interrompida a Sessão, para almoço, cujo reinício ocorreu, depois de verificada a existência de quórum, às

quinze horas e quarenta e nove minutos, sendo retomadas as declarações de voto ao **Ponto 4.2.6..**

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal** antes de conceder a palavra ao membro Luís Pires informou o Plenário que se estava a proceder apenas à captação do som, com recurso aos telemóveis pertença da Câmara Municipal, para feitos de redação da ata

**Fez, também, declaração de voto**, relativa ao **Ponto 4.2.6 – APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias** (*JF Baçal; JF Santa Comba de Rossas; UF Parada o e Failde; UF São Julião de Palácios e Deilão; JF Sortes; JF Sendas; JF Salsas*), o membro Luís Pires (PS).

**Declaração de voto** do membro **Luís Pires**: “Somos de acordo com a transferência das verbas para as Freguesias, ainda que consideremos que a forma inopinada de fazer essa transferência não é a mais correta. Devia haver previsibilidade, devia haver um planeamento, porque, quando aquilo que não é normal se começa a tornar normal, é porque alguma coisa não está bem feita.”

**Ponto 4.2.7 – APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias** (*JF Parâmio; UF Rio Frio e Milhão; UF Aveleda e Rio de Onor*)

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

**“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Considerando que:-----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

-----5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

-----6. Estas propostas de apoios financeiros, enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, nomeadamente ao nível da mobilidade, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

-----7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhes estão associadas; -----

-----8. Nos casos em concreto, que vão ao encontro das necessidades reais da população e que contribui para o desenvolvimento integrado do concelho e para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos cidadãos, propõe-se:-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia do Parâmio** para o calcetamento de diversas ruas na Freguesia, no montante de 50.000,00 euros, (cabimento n.º 1110/2024);-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Rio Frio** para o calcetamento de diversas ruas na Freguesia, no montante de 35.000,00 euros, (cabimento n.º 1111/2024);-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor** para a colocação de placa na nova ponte de Varge, no montante de 2.097,15 euros, (cabimento n.º 1112 /2024);-----

-----As despesas enquadram-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2024, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 16/2018 – “Apoio na requalificação das ruas e largos nas aldeias”, estando, em 20.03.2024, com um saldo disponível para cabimento de 87.984,76 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 18.194.655,32 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos

supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal).”-----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que:-----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, cf. n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e

salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, cf. n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, cfr. n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça;-----

-----5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão;-----

-----6. Estas propostas de apoio financeiro, enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos;-----

-----7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuar-se, deve ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas;-----

-----8. Nos casos em concreto, com vista às ampliações dos cemitérios das Juntas de Freguesia seguintes, que irão contribuir para o desenvolvimento do concelho e para a preservação do património cultural e religioso, propõe-se:-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Coelhoso** para as obras de requalificação do Cemitério de Coelhoso, no montante de 25.000,00 euros, cabimento n.º 915/2024; e-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Serapicos** para as obras de ampliação do Cemitério de Serapicos, no montante de 20.000,00 euros, cabimento n.º 916/2024.-----

-----As despesas enquadram-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2024, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 18/2018 – “Apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios”, estando, em 20.03.2024, com um saldo disponível para cabimento de 45.416,50 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 17.007.468,97 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal.-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»-

-----Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

-----Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta presentes.**

**Fez declaração de voto** o membro **Luís Fernandes** (PS): “A minha declaração de voto é muito simples e rápida. É só para que não fique qualquer dúvida, das intervenções que eu tive aqui anteriores, que eu estou de algum modo contra qualquer apoio às Juntas de Freguesia. Pelo contrário, aquilo que receberam deviam ter recebido em dobro.”

#### **Ponto 4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Realização de Obras de Centros de Convívio**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS – Requalificação de Centros de Convívio** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Considerando que, -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e

salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, cf. n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, cf. n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Esta proposta de apoio financeiro, enquadra-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão deste apoio financeiro, a efetuar-se, deve ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas; -----

----- 8. No caso em concreto, que irá contribuir para a requalificação de um espaço que permitirá melhores condições de usufruto, nomeadamente, conforto, para a realização de atividades recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas, com participação ativa da respetiva população, propõe-se:-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova**, para a segunda fase das obras de recuperação da Escola Primária de Paradinha Nova, no montante de 23.604,82 euros, (cabimento n.º 1109/2024).-----

----- A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2024, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 10/2018 – “Apoio à construção e requalificação de Centros de Convívio (Freguesias)”, estando, em 15.04.2024, com um saldo disponível para cabimento de 33.154,67 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 18.194.655,32 euros.-----

----- Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação do supracitado apoio financeiro, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal).”-----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro proposto, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **4.3 – Apreciação sobre o seguinte documento apresentado pela Câmara Municipal de Bragança: Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a Respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2023**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **----- «INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPETIVA AVALIAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023-----**

-----Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Administração Financeira:-----

-----“A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais – na sua redação atual, preconiza na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I que compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Estabelece a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013 que compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação.-----

-----De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – na sua redação atual, as autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. -----

----- O n.º 1 do artigo 74.º da aludida Lei n.º 73/2013, estabelece que o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais.-----

----- O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação, encontra-se arquivado nos respetivos processos e registado na aplicação de “Património – Gestão de Imobilizado” do Município de Bragança.-----

----- Não obstante o atrás referido, encontra-se a decorrer o processo de levantamento e conciliação do património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico.-----

----- Em face do acima exposto propõe-se que, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação e que o mesmo seja submetido para apreciação da Assembleia Municipal.”-----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação, bem como submeter para apreciação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.»-----

----- **Anexo:** Mapa Síntese dos Bens Inventariados (24 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Mapa Síntese dos Bens Inventariados (24 páginas)”.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta dada como apreciada.**

#### **Ponto 4.4 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:**

##### **Ponto 4.4.1 – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório do Auditor Externo Sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 2.º semestre de 2023**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

#### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVA AO 2.º SEMESTRE DE 2023»-----**

----- Pelo Sr. Presidente foi presente, para tomada de conhecimento, o Relatório do Auditor Externo do 2.º semestre do ano de 2023, previamente distribuído aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborado pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.-----

----- Assim, propõe-se que o mencionado relatório do Auditor Externo, sobre a situação económica e financeira, seja remetido à Assembleia Municipal.-----

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma, remete o documento, informativo, à Assembleia Municipal, sobre a situação económica e financeira reportada ao 2.º semestre de 2023.»-----

----- **Anexo:** Relatório do Auditor Externo (14 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

**II - Anexo:** Relatório do Auditor Externo (14 páginas).”

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Tomado conhecimento.**

**Ponto 4.4.2 – Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme Deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 15 de dezembro de 2023 (Reuniões de Câmara de 26 de fevereiro, 11 e 25 de março e 08 de abril de 2024).**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

## “I – CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que: -----

----- 1. na Ata das Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, em substituição legal, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas; -----

----- 2. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de março do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Vice-Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, que presidiu à Reunião; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós; -----

----- 3. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e João Rafael Costa Moás Murçós; -----

----- 4. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas; -----

----- Se encontram deliberações referentes às Propostas de Isenção de Pagamento de Taxas para o ano de 2024, constantes do mapa anexo. -----

----- Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 15 de dezembro de 2023, com limites à concessão de isenção ou redução do pagamento de taxas para o ano de 2024 e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, dá-se conhecimento à Exma. Assembleia Municipal. -----

----- **Anexo:** Mapa das Isenções (3 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 19 de abril de 2024. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

**II – Anexo:** Mapa das Isenções (3 páginas).”

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

#### **Tomado conhecimento.**

Antes de ser dada como terminada a Sessão, a Sra. **Presidente da Assembleia** concedeu o uso da palavra, primeiro, ao Presidente da Junta de Babe, **Bruno Veiga**, e depois, ao Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião, **Luís Carvalho**.

O Presidente da Junta de Babe convidou todos os presentes a participarem nos jogos tradicionais, organizados anualmente pela Câmara Municipal, no dia 1 de maio, pois iriam decorrer em Babe, conforme programa que fora divulgado.

De seguida, o Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião dirigiu-se, também, ao Plenário para convidar todos os presentes para a 8.ª Edição da Feira do Cebolo, que se iria realizar no dia 11 de maio, em Alfaião, e onde iria ser apresentado, pelas 12h00, o livro “Palavras do Tempo e da Terra”, redigido pela membro Maria Idalina Alves de Brito, seguido de almoço convívio.

#### **PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a**

##### **A – Assembleia:**

##### **I – PRESENCAS**

#### **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

##### **1 – MESA:**

Presidente – Cristina Fernandes Ribeiro

1.º Secretário – João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária – Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

##### **2 - DEPUTADOS**

Júlio da Costa Carvalho

António Eduardo Fernandes Malhão

Isabel Maria Lopes

Maria do Amparo Mendes Alves

Manuel Norberto Trindade

Maria Isabel Barreiro Ribeiro

Filipe Osório Caldas

Natividade de Lurdes Gonçalves

Luís Aníbal Rodrigues Martins

Maria João Gonçalves Rodrigues

Paulo Rafael Nogueiro Preto

Paulo Manuel Almeida da Veiga

Gonçalo Miguel Rodrigues Afonso

Susana Maria de Pinho Costa

Joaquim Manuel Cameirão Veiga

Manuel dos Santos Vaqueiro Machado

Josefina Fátima Pires Correia Carneiro  
António Manuel Afonso Pires \*  
Maria Eduarda Pires Rodrigues\*  
Pedro Luís Esteves Fernandes\*

#### **PARTIDO SOCIALISTA**

Luís Carlos Magalhães Pires  
João Batista Ortega  
Cláudia Luísa Baptista F. G. da Costa  
Carlos Alberto Martins Alves  
António Rodrigues Vieira  
Maria Idalina Alves de Brito  
Luís Filipe Pires Fernandes  
Fernando Rogério Preto Pires  
Caroline Isabel Borges Pereira  
Maria Rosa Pinheiro Gama Paulo  
Paulo Alexandre Gonçalves Barreira \*

#### **CHEGA**

José Júlio Vaz Pires  
Sara de Jesus Pinto Monteiro

#### **COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

Fátima da Conceição Borges Bento \*

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS**

**Alfaião** - Luís Venâncio Pereira Carvalho  
**UF de Aveleda e Rio de Onor** – Mário Francisco Gomes  
**Babe** - Bruno Manuel Rodrigues Veiga  
**Baçal** - Luís Filipe Pires de Carvalho  
**Carragosa** - Élio Manuel Moreira Garcia Vaz  
**UF de Castrelos e Carrazedo** – César Luís Gonçalves  
**Castro de Avelãs** - José Vicente Fernandes  
**Coelhoso** – João Paulo da Veiga Matos  
**Donai** - Manuel José Mesquita Rodrigues  
**Espinhosela** - Octávio Manuel Alves Reis  
**França** - Pedro Miguel Afonso  
**Gimonde** - António Manuel Choupina Assares  
**Gondesende** – Ludgero Filipe Martins Afonso  
**Grijó de Parada** – Elisabete de Jesus R. G. dos Santos  
**UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova** – Rui António Neves Simão  
**Macedo do Mato** - Ramiro Manuel Arrátel  
**Mós** - Anabela Afonso Pereira Rodrigues  
**Outeiro** – César Gustavo Garrido  
**UF Parada e Faílde** - Hervê Pires Gonçalo  
**Parâmio** – Carlos Joaquim Pires Fernandes

**Pinela** - Alex Olivier Alves Rodrigues  
**Quintanilha** - Bruna Esteves Miranda  
**Quintela de Lapaças** – Maria Fernanda Sobral Castanheiro  
**Rabal** - Jaime Rodrigues Loureiro  
**UF de Rebordainhos e Pombares** – Albino Alves Rodrigues  
**Rebordãos** - Adriano Augusto Correia Rodrigues  
**UF de Rio Frio e Milhão** - Adriano Augusto Ferreira  
**Salsas** – Pedro Miguel Ramos Zoio  
**Samil** - Telmo Ricardo Alves Malhão  
**Santa Comba de Rossas** – Luís Filipe Verdelho Paula  
**UF de São Julião de Palácios e Deilão** - Altino Francisco Pereira Pires  
**São Pedro de Serracenos** – Humberto José dos Santos  
**UF de Sé, Santa Maria e Meixedo** - Telmo Ramiro Prada Afonso  
**Sendas** - Maria Antónia Pires  
**Serapicos** - Rui Fernando Pires Caetano  
**Sortes** - José Bernardo Martins Rodrigues  
**Zoio** - Bruno Roberto Fernandes da Silva

#### FALTAS

**Partido Social Democrata:** Fernando José Barreira Gomes – Justificada;  
**Partido Socialista:** Paulo Daniel Oliveira Lopes.  
**CHEGA:** António Cândido Anes – Justificada.  
**Presidentes de Junta de Freguesia /União das Freguesias:** Rui Manuel da Costa Gonçalves – Justificada; António Augusto de Vila Araújo.

(\*) – Membro suplente

(\*\*) – Substituto legal

#### **B – CÂMARA** **PRESENÇAS**

Presidente: Paulo Jorge Almendra Xavier

Vereadores: João Augusto Cides Pinheiro  
Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva  
Miguel José Abrunhosa Martins  
João Rafael Costa Moás Murçós  
Olga Marília Fernandes Pais  
Cristiana Margarida Fernandes Batouxas.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, às dezasseis horas e quatro minutos, e, do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de

achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na 3.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia 26 de junho de 2024, e vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

Cristina Fernandes Ribeiro (Presidente) \_\_\_\_\_

João Adriano Rodrigues (Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro (Segunda Secretária) \_\_\_\_\_

---

**NOTAS:**

*1. Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.*

*2. Os anexos encontram-se arquivados junto da ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.*